

Aula 00 - Somente PDF
CBM-SC (Soldado) História

Autor:
Sergio Henrique

24 09:14:20 de Fevereiro de 2023

SUMÁRIO

00. Bate-Papo Inicial.....	2
1. O Segundo Reinado (1840-1889).....	3
1.1. Aspectos Políticos.....	3
1.2. Aspectos Econômicos.....	4
2. A Revolução Praieira.....	7
2.1. A Guerra do Paraguai (1865-1869).....	8
2.2. O Romantismo e a Identidade Nacional.....	10
2.3. A Abolição da Escravidão.....	11
3. Textos Complementares.....	13
3.1. Conservadores e Liberais.....	13
3.2. A Luta pela Reforma e o Fim do Império.....	13
Partidos e Classes Sociais.....	13
3.3. A Modernização: a dinamização da economia.....	14
3.4. A Tríplice Aliança e a Invasão do Paraguai.....	15
4. Orientações de Estudo (Checklist) e Pontos a Destacar.....	17
5. Questionário de Revisão.....	22
Questionário – Somente Perguntas.....	22
Questionário – Perguntas e Respostas.....	23
6. Exercícios.....	29
7. Considerações Finais.....	130



00. BATE-PAPO INICIAL

Olá, amigo concurseiro. É com muita alegria que o recebo novamente para falarmos de *História*. Estudar as aulas anteriores é fundamental para que você possa compreender muitas das coisas que vamos tratar aqui. Leia com atenção o seu texto de apoio, releia e pratique exercícios. Aos poucos, o conteúdo básico vai ficar retido na sua memória. Claro que, para isso, é muito importante que você faça as suas próprias anotações, em forma de resumo ou comentários nos exercícios, não importa como, você escolhe! O importante é estudarmos bastante e nos concentrarmos nos estudos. Estimule sua disciplina e procure motivação pensando em seus sonhos. Bons estudos!

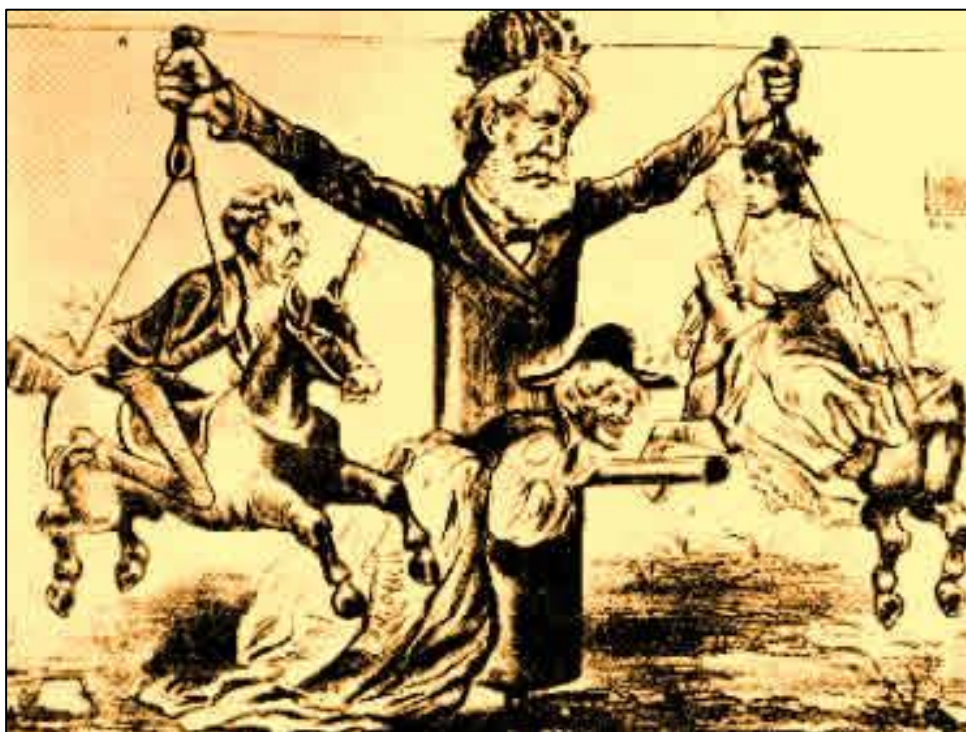


1. O SEGUNDO REINADO (1840-1889)

O Segundo Reinado foi o período do governo de D. Pedro II. Ele está entre os monarcas que ficaram mais tempo no poder. Foi um período de **estabilidade política**, de crescimento econômico devido ao **ciclo do café**, de modernização, com a instalação das primeiras **ferrovias**, da **Guerra do Paraguai**, da abolição **da escravidão** e da **migração européia** para o Brasil.

1.1. ASPECTOS POLÍTICOS

Logo no início do Segundo Reinado, os movimentos separatistas foram sufocados pelas tropas imperiais. Encerram-se as guerras civis e o país foi pacificado. D. Pedro instituiu o parlamentarismo, mas este ficou conhecido como **Parlamentarismo às avessas**. Isso porque, no modelo inglês (o primeiro), o rei é uma figura diplomática e simbólica, e quem governa o país é o primeiro-ministro, o qual é indicado pelo parlamento. Aqui o rei era o 4º poder (o Poder Moderador), e o primeiro-ministro era indicado por ele. As disputas políticas eram ferozes entre os liberais e os conservadores, por isso, para amenizá-las, o imperador instituiu o **Ministério da Conciliação**. A cada ano, o ministério era trocado e alternado, ou seja, em um ano o gabinete era conservador, no outro, liberal. Foi assim até a proclamação da república.



1.2. ASPECTOS ECONÔMICOS

Foi um período de grande prosperidade econômica devido ao ciclo do café. O Brasil foi durante décadas o maior produtor e exportador de café do mundo. O modelo agrícola era o implantado pelos portugueses, o qual permanece até os dias de hoje: **o *plantation*** (monoculturas de exportação em latifúndios). O café começou a ser plantado no Rio de Janeiro e espalhou-se pelo estado de São Paulo, que foi seu maior produtor, chegando ao sul de Minas Gerais. A principal região produtora era o **Vale do Paraíba** (entre SP e RJ). Quando começou a ser produzido no interior, no **Oeste Paulista**, foi necessária a instalação de ferrovias devido à distância do litoral, o que promoveu uma grande modernização no Brasil, visto que, até àquela altura, o gado era transportado por meio dos tropeiros. Não havia indústrias no país e tudo o que consumíamos de origem industrial era da Inglaterra. Desde os tratados de comércio e navegação de 1810, os ingleses pagavam impostos muito reduzidos, a ponto de nossa arrecadação de impostos não cobrir os gastos do Estado. Dessa forma, o ministro da fazenda criou uma tarifa protecionista que aumentava os impostos dos ingleses, a **Tarifa Alves Branco**. Os Ingleses não gostaram dessa atitude e como há tempos eles vinham pressionando o Brasil para que ele abolisse o tráfico de escravos, fizeram isso à força decretando o **Bill Aberdeen**. De acordo com esta medida inglesa, eles poderiam abater qualquer navio brasileiro que estivesse carregado de africanos para serem escravizados. A pressão inglesa fez com que fosse lançada, em 1850, a **Lei Eusébio de Queiroz, que proibia o tráfico de escravos**.

Estimativa do número de escravos africanos desembarcados no Brasil entre os anos de 1846 a 1852.

Ano	Números de escravos africanos desembarcados no Brasil
1846	64.262
1847	75.893
1848	76.338
1849	70.827
1850	37.672
1851	7.058
1852	1.234

Disponível em: www.slavevoyages.org. Acesso em 24 fev. 2012 (adaptado)



Entre as consequências dessa lei, tivemos o aumento do **tráfico interno** (a região nordeste, com a economia decadente, vendia os escravos para o sudeste), a **imigração europeia** (pois com o fim do tráfico, a escravidão acabaria em pouco tempo), e a **lei de terras** (toda terra teria que ser comprada à vista em leilão, sendo esta uma medida para impedir que imigrantes tivessem acesso a elas).

A **migração europeia** foi um dos elementos fundamentais para a formação da população brasileira. Ela ocorreu durante muitas décadas. Como vimos, seu início aconteceu durante o ciclo do café, em torno de 1850 até 1930. As primeiras experiências de imigração foram influenciadas pelas ideias do **Darwinismo social**, pseudociência racista do século XIX, que sugeria a existência de raças e que as superiores estavam destinadas a dominar. Diante disso, foi realizada a imigração europeia, pois além de muitos europeus estarem fugindo da guerra, a vinda de imigrantes iria branquear a população brasileira. Esta é a chamada **teoria do branqueamento**. No início, os imigrantes vinham com a promessa de que pagariam sua passagem com trabalho. No entanto, essas experiências não tinham sucesso, pois eles eram super explorados; os fazendeiros brasileiros eram acusados de praticar a escravidão por dívidas, a ponto de governos europeus proibirem a imigração para o Brasil. A imigração teve sucesso a partir do momento em que o governo começou a pagar a passagem dos trabalhadores, que assim chegavam ao país sem dívidas. Eles vinham direto para a lavoura de café em São Paulo ou para as colônias de imigrantes na região sul do país.

- ✓ **Alemães:** o grupo de maior dificuldade de inserção na cultura brasileira. Ocuparam principalmente o RS e SC. Lá, inclusive, há cidades em que se fala alemão nas ruas e escolas (caso de Pomerode – Sc).
- ✓ **Italianos:** Estabeleceram-se, sobretudo, no interior de São Paulo e no RS, na região das Serras Gaúchas.
- ✓ **Eslavos** (poloneses e russos): instalaram-se principalmente no estado do Paraná.



Imigração para o Brasil (Números aproximados).		
Nacionalidade	1891-1900	1901-1910
Portugueses	313.000	202.000
Italianos	360.000	678.000
Espanhóis	45.800	157.000

HUGON, Paul. *Demografia Brasileira e Fundação IBGE*, Rio de Janeiro.

No início do século XX, o Brasil ainda atraía muitos imigrantes, foi quando migram para cá os japoneses e os sírio-libaneses, principalmente no contexto da primeira Guerra Mundial.

A partir de 1930, no início da **Era Vargas**, foi elaborada uma legislação de **controle mais rígido da imigração**.

Foram criadas cotas de migração: 2% da população total da nacionalidade de origem (por exemplo, se entraram 100.000 imigrantes italianos, era reservada anualmente uma cota de 2.000 daquela nacionalidade). Portugal ficou isento da cota. Também foram tomadas medidas sanitárias e de seleção social: não poderiam migrar portadores de doenças infecciosas (como a tuberculose, que ainda era muito comum no início do século XX) nem pessoas com antecedentes criminais. Com isso, a migração diminuiu bastante nos anos seguintes.

Nos anos 60, recebemos muitos asiáticos, sobretudo coreanos, que se estabeleceram em São Paulo; atualmente somos o destino dos vizinhos latino-americanos mais pobres, como os bolivianos. Merece destaque a imigração dos haitianos, que recentemente passaram a migrar para o Brasil, entrando em nosso território pelo Acre. A postura do governo para com os migrantes, sobretudo os latino-americanos, é de acolhida, e não temos leis xenófobas quanto à imigração.



2. A REVOLUÇÃO PRAIEIRA

A “**Revolução**” Praieira foi a última a questionar a monarquia enquanto pacto político de governança. Ela ocorreu pouco após a Regência, num período de afirmação do Estado Imperial no Segundo Reinado. Tinha forte caráter liberal, mas também era muito elitista, apesar de ter tido a participação das camadas populares, sendo um momento de grande convulsão social, em que a população aderiu ao conflito político articulado pelas elites liberais republicanas. Foi uma revolta motivada por questões políticas ligadas ao poder do Estado e que ocorreu entre as elites liberais e as elites conservadoras (chamados naquele contexto de **Gabirus**). A concentração de terras e o grande poder político e econômico da família Cavalcanti estavam no centro do conflito. Na época, eles eram donos da maioria dos engenhos do estado e líderes do Partido Liberal. Nesse momento, sobe ao poder como governador da província o conservador Rego Barros, que foi marcado por grandes negociações secretas entre os conservadores e os liberais (que eram “*farinha do mesmo saco*”, numa expressão da época, e divergiam quanto ao controle do poder). O governador conservador, Rego Barros, foi acusado de favorecer os Cavalcanti na distribuição de cargos políticos e no contrabando de escravos. Ocorreu uma forte luta jornalística na imprensa local, e o Partido Liberal sofreu um racha político, saindo dele o **Partido da Praia**.

O **Partido da Praia** fez sua plataforma política na denúncia das práticas corruptas de contrabando e favorecimento que foram praticadas entre os liberais e os conservadores. Em 1844, o partido se fortaleceu muito com a eleição de deputados e com a indicação naquele ano de um ministério liberal (apesar de terem saído dele, possuíam um certo alinhamento), além disso, o presidente de província indicado pelo imperador também era liberal.

No poder, o Partido da Praia envolveu-se em vários casos de corrupção e seus membros realizaram práticas políticas muito parecidas com as práticas corruptas de seus antecessores. Durante o período de ascensão do Partido da Praia, surgiu um caos administrativo devido à prática corrupta de despedir todo o quadro do funcionalismo que pertencia à oposição (prática que era sempre presente). Com os altos gastos públicos, os impostos aumentaram, assim ocorreu a inflação, penalizando os pobres. Em 1847, manifestações e revoltas populares que possuíam um profundo **sentimento antilusitano** começaram a acontecer.

Ocorreram fortes enfrentamentos entre os praieiros e os gabirus (conservadores). O Partido da Praia se aliou aos liberais radicais, que lançaram o **Manifesto ao Mundo**, em 1º de janeiro de 1849. As principais exigências do texto eram:

- ✓ Voto livre e universal do povo brasileiro.
- ✓ Plena liberdade de comunicar os pensamentos pela imprensa.
- ✓ Trabalho como garantia de vida ao brasileiro (não significa abolição da escravidão).



- ✓ Extinção do poder moderador.
- ✓ Reforma no judiciário para assegurar as garantias individuais dos cidadãos.

Há uma influência dos movimentos revolucionários europeus de 1848, e alguns interpretes da Revolução Praieira sugerem que ela possa ter tido influência das ideias socialistas. Ela se caracterizou fundamentalmente pelo liberalismo republicano, talvez somente as ondas políticas que motivavam as paixões de liberdade tenham influenciado o movimento. As ideias socialistas chegaram a ser discutidas, mas não foram incorporadas pelos praieiros. Os conflitos armados foram encerrados em 1850. Mesmo com a participação de alguns elementos populares, motivados pela carestia (altos preços) e pela pobreza em geral, a abolição da escravidão não era um consenso, pois o projeto visava apenas à liberdade de Pernambuco, não sendo nacional.

Eles foram fortemente reprimidos e seus líderes aprisionados, 10 foram condenados à prisão perpétua, mas obtiveram anistia em 1851.



Abreu e Lima é o nome de um general e liderança jornalística que foi muito influente na Revolução Praieira. Ele e sua família eram diretamente envolvidos no conflito. O nome da refinaria recentemente construída em Pernambuco foi uma homenagem ao liberal.

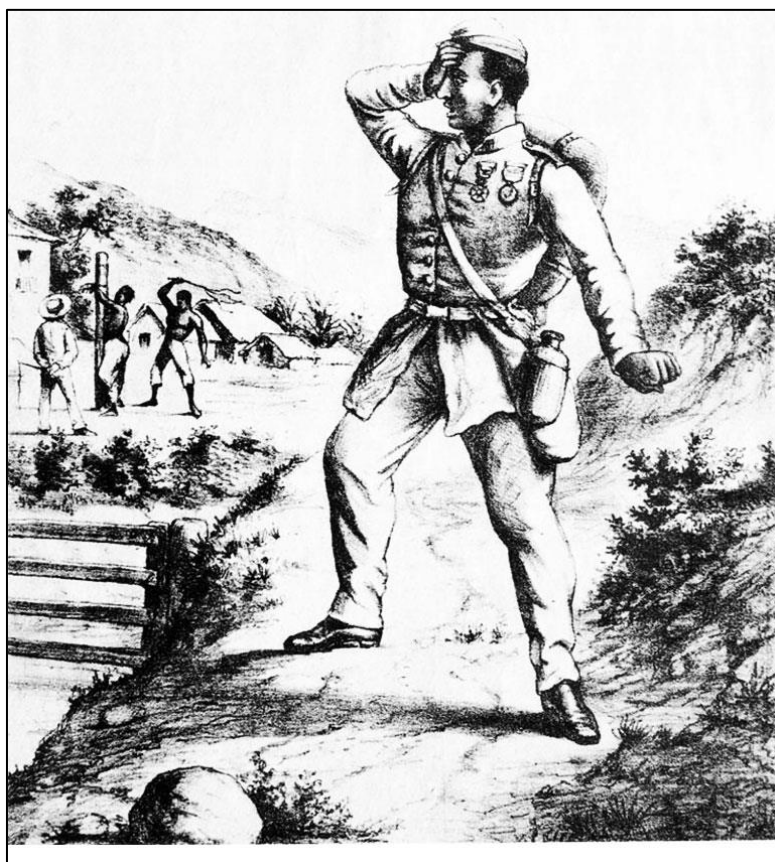
2.1. A GUERRA DO PARAGUAI (1865-1869)

O Paraguai era um país em franco desenvolvimento econômico e industrial. Ele entrou em conflito com os países da Bacia do Prata (Brasil, Argentina e Uruguai). Solano Lopes, ditador paraguaio, queria uma saída para o mar, enquanto D. Pedro II defendia a **livre navegação no Rio da Prata**, visando o seu controle. Brasil e Argentina foram estimulados pela Inglaterra a entrar em guerra com o vizinho. Esse foi um dos conflitos mais sangrentos da História. O Paraguai foi destruído e mais de 70% de sua população masculina foi morta. As dívidas contraídas pelo governo brasileiro foram enormes. Foi também um grande estímulo ao fim da escravidão, pois **muitos negros foram lutar com a promessa de alforria**, dessa forma, a maior parte era alforriada por seus senhores no alistamento.





Esta política provocou uma grande contradição: os sobreviventes da guerra eram alforriados, mas quando estes tinham família, ela não.



Após o conflito, o exército tornou-se uma instituição forte e com grande participação na política nacional, aderindo ao **abolicionismo** e ao **republicanismo**. A produção histórica, durante muito tempo, caracterizou o conflito como inevitável, acreditando que a Inglaterra, a qual se beneficiou dele, teria manipulado os países para que eles realizassem a guerra, mas esta visão já caiu por terra, e hoje é consenso que o ocorrido foi por tentativas expansionistas do Brasil na Bacia do Rio da Prata.

2.2. O ROMANTISMO E A IDENTIDADE NACIONAL

A fala do trono



Pedro Américo, 1873
galeria.cluny.com.br

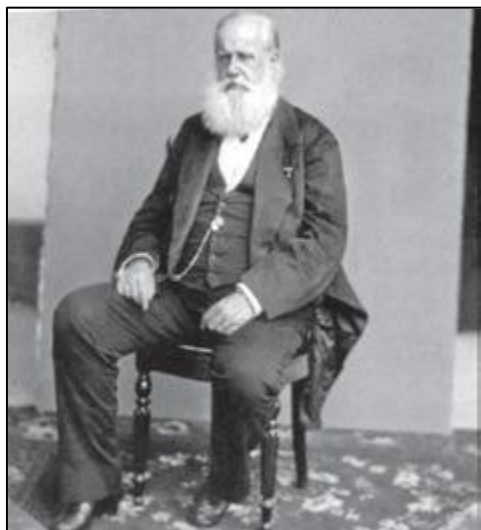
Batalha naval do Riachuelo
(Guerra do Paraguai)



Victor Meirelles, 1872
correiobrasiliense.com.br



MORREAUX. A INDEPENDENCIA DO BRASIL.



FERREZ, M. D. Pedro II.

As artes possuem uma profunda relação com a política. O estilo estético que vigorava no século XIX era o **romantismo**, entre suas características está a criação da imagem de líderes populares, como vemos nas pinturas sobre Dom Pedro I sobre a Batalha de Riachuelo, na guerra do Paraguai. A ideia de heroísmo militar e nacionalismo é um tema sempre presente. Já Dom Pedro II sempre foi também retratado com uma visão glorificada de imperador, e na maioria das telas em que foi representado, mesmo jovem, é um senhor sábio ou um jovem homem que inspira confiança, responsabilidade e que conduziria um governo de forma estável.

Na literatura, temos José de Alencar como uma figura de destaque, este foi um grande político (senador do império) e sua obra é marcada pelo **indigenismo**. Ele retratava o indígena de forma romântica e idealizada, e procurou criar a ideia da identidade nacional fundada na miscigenação do europeu e do índio. A valorização da influência cultural e social do negro só seria discutida e aceita na década de 30 do século XX, com a obra de Gilberto Freyre.

2.3. A ABOLIÇÃO DA ESCRAVIDÃO

O fim da escravidão teve um caráter **gradual**. Ocorreu a participação dos escravos com sua **resistência** ao cativo por meio de fugas, formação de quilombos, abortos, suicídios e várias revoltas. Surgiu depois da lei Eusébio de Queiroz o **movimento abolicionista** que fazia forte militância artística, jurídica e política pelo fim da escravidão. Também devemos lembrar a pressão inglesa. Várias leis foram decretadas:

- ✓ 1850: Lei Eusébio de Queiroz (proibição do tráfico).
- ✓ 1871: Lei do Ventre Livre (estavam livres os recém-nascidos).
- ✓ 1885: Lei dos Sexagenários (liberdade aos maiores de 60 anos).
- ✓ 1888: Lei Áurea (a abolição definitiva).



Muitos fazendeiros queriam a permanência da escravidão, sendo assim, estes grandes proprietários deixaram de apoiar a monarquia. A Igreja católica, depois da prisão de dois importantes bispos, deixou de apoiar o rei. **O exército, desde a guerra do Paraguai, aderira ao republicanismo**, e desacordos com o Imperador fizeram com que ele também retirasse seu apoio à monarquia. Assim, apoiada pelos grandes fazendeiros, foi proclamada a República em 15 de novembro de 1889.



O **Império** estava assentado sobre três pilares: a **igreja**, o **exército** e os **fazendeiros escravistas**. O exército se tornou republicano e, desde a década de 70 do século XIX, manifestava-se. A Igreja deixou de apoiar o Império quando o papa proibiu a maçonaria, pela bula *Rerum Novarum*, e o imperador se negou a obedecer. Os bispos de Olinda e Recife excomungaram e expulsaram todos os membros da maçonaria. Além de irem contra as ordens reais, o próprio imperador era maçom. Com a abolição da escravidão, os fazendeiros passaram a apoiar o exército. Entre as principais ideias que eram seguidas pelos republicanos, estava o **Positivismo**, filosofia elitista e autoritária do francês Augusto Comte. Na nossa bandeira, a frase “ordem e progresso” é uma referência aos ideais positivistas, que compreendiam a ordem como modelo político republicano, num regime autoritário, sem participação popular, enquanto progresso seria o desenvolvimento industrial permitido pelas luzes da ciência.

3. TEXTOS COMPLEMENTARES



3.1. CONSERVADORES E LIBERAIS

Desde 1834, com o Ato Adicional, a elite política dividiu-se em dois agrupamentos: o dos regressistas e o dos progressistas. Desses agrupamentos se originaram, no final da Regência, os partidos conservador e liberal, respectivamente. No Segundo Reinado, os conservadores eram também conhecidos como *Saquaremas*, e os liberais, como *Luzias*.

Conservadores e liberais tinham em comum a formação superior (universitária) e o sentimento aristocrático. Para eles, a sociedade brasileira estava dividida em “três classes; a dos brancos e sobretudo daqueles que por sua posição constituíam o que se chamava a boa sociedade; a do povo mais ou menos miúdo; e finalmente a dos escravos”. Naturalmente, incluíam a si próprios na “boa sociedade” - além de “brancos”, eram possuidores da qualidade de homens *livres* e *proprietários*. Como homens livres, distinguiam-se dos escravos; e sendo proprietários, apartavam-se do povo miúdo. Por isso, conservadores e liberais atribuíam a si próprios a missão de governar, isto é, de manter os escravos presos ao mundo do trabalho e de impor a ordem aos homens livres e pobres, em geral mulatos ou negros alforriados, os quais eram considerados por essa elite indivíduos naturalmente inclinados à rebeldia e à desordem.

Apesar de tais afinidades, conservadores e liberais diferiam quanto ao método ou ao modo de lidar com a realidade social. Os conservadores apostavam num poder central forte. Os liberais defendiam a autonomia provincial e valorizavam a representação nacional (deputados eleitos).

Embora a diferença de posição entre conservadores e liberais não fosse grande nem irreconciliável, a luta entre eles era muitas vezes sangrenta. Nas províncias, ocorriam confrontos mortais entre família liberais e conservadoras, cujas relações estavam envenenadas pelo ódio e o desejo de vingança.

3.2. A LUTA PELA REFORMA E O FIM DO IMPÉRIO

Partidos e Classes Sociais

Atribui-se a Holanda Cavalcanti (1797-1863), político pernambucano, uma frase que ficou famosa:

“*Nada mais igual a um saquarema do que um luzia no poder.*”



A afirmação não é totalmente exata, mas não é falsa. Conservadores (Saquaremas) e liberais (luzias) divergiram em muitos assuntos, como centralismo, federalismo e poder vitalício do Senado, mas não punham em questão o essencial: a monarquia e a escravidão.

No fundo, a diferença entre conservadores e liberais tinha origem na composição social de cada partido. No Partido Conservador, predominavam os funcionários públicos, enquanto no Partido Liberal, predominavam os profissionais liberais, como advogados e jornalistas. Em ambos participavam, em proporções variáveis, os demais grupos sociais da elite (juizes, comerciantes, proprietários rurais).

Em termos de coerência, coesão e firmeza, os conservadores mostraram-se superiores aos liberais. Um dos fatores que os favoreceram foi a ascensão da economia cafeeira a partir da década de 1830. Aos grandes e poderosos proprietários (cafeicultores) do Rio de Janeiro, aliaram-se os altos funcionários e os grandes comerciantes. Eles formavam o principal núcleo conservador, cujos representantes mais destacados eram três políticos fluminenses: Joaquim José Rodrigues Torres (futuro visconde de Itaboraí), Paulino José Soares de Sousa (futuro visconde de Uruguai) e Eusébio de Queirós - integrantes da chamada “trindade saquarema”.

Com exceção do período compreendido entre 1844 e 1848 – o quinquênio liberal – em que o imperador se inclinou pelos liberais, na maior parte do Segundo Reinado, os conservadores dominaram o ministério (poder Executivo do Império). Às vezes, esse domínio era total. Em 1850, apenas um deputado liberal foi eleito. Em 1852, todos os 113 deputados da Câmara eram conservadores. O predomínio avassalador do Partido Conservador permitiu que o líder Honório Hermeto Carneiro Leão (marquês de Paraná) chamasse políticos liberais para o ministério que ele organizou em 1853, dando início à política de conciliação. Essa política vigorou até 1868, quando os conservadores voltaram a dominar com exclusividade o ministério.

3.3. A MODERNIZAÇÃO: A DINAMIZAÇÃO DA ECONOMIA

Com o desenvolvimento da cafeicultura, um novo equilíbrio foi estabelecido. Desde 1860, os superávits tornaram-se constantes nas relações comerciais com o exterior, ajustando novamente a economia brasileira ao mercado internacional.

Em relação ao comércio exterior, a Tarifa Alves Branco (1844) representou uma mudança significativa ao elevar os direitos alfandegários de 15% para 30%. Isso representou para o Estado uma melhoria na arrecadação, criando condições de novos investimentos públicos. A abolição do tráfico (1850), por sua vez, liberou capitais que foram redirecionados para a aplicação no mercado interno.

Assim, em contraste com o período anterior da Regência, bastante conturbado, teve início no Brasil uma nova era de relativa prosperidade. “Pode-se dizer” – afirma o historiador Caio Prado Jr. – “que nesta época que o Brasil tomara pela primeira vez conhecimento do que fosse o progresso moderno e uma certa riqueza e bem estar material”.



A reunião de fatores favoráveis – Tarifa Alves Branco, abolição do tráfico e ascensão do café – estimulou uma onda de empreendimentos urbanos. O historiador Nelson Werneck Sodré contabiliza:

"(...) fundaram-se 62 empresas industriais, 14 bancos, 3 caixas econômicas, 20 companhias de navegação a vapor, 23 de seguros, 4 de colonização, 8 de mineração, 3 de transportes urbanos, 2 de gás, 8 de estradas de ferro."

Dentro desse surto de empreendedorismo, destacou-se, quase como símbolo desse tempo, Irineu Evangelista de Sousa, Barão de Mauá, pela ousadia de sua atuação. Como empresário, investiu nos mais variados setores da economia urbana: produção de navios a vapor, estradas de ferro, comunicações telegráficas, bancos, entre outros.

Apesar de ter iniciado sua atividade comercial na década de 1830 e ter criado o primeiro estaleiro da América do Sul por volta de 1846, a maioria de seus empreendimentos de grande envergadura concentram-se na década de 1850. Porém, não tiveram continuidade e já se encontravam seriamente ameaçados em 1864, quando ocorreu uma grave crise bancária. Mauá faliu em 1873.

De todo modo, seus feitos demonstraram que começava a surgir no país a mentalidade empreendedora, ainda que amparada pelo Estado, que priorizava o dinheiro, em vez do patrimônio latifundiário. Ou seja, começava a ganhar força no Brasil a mentalidade capitalista. Mas ela continuaria minoritária por mais algumas décadas.

Um segundo aspecto importante dessa modernização durante o Segundo Reinado é que ela foi pouco capaz de colocar a escravidão em xeque. Andar de trem, deslocar-se pela cidade em bonde puxado por burros, ver as ruas iluminadas a querosene, agilizar as comunicações com a Europa por meio do cabo submarino, do telégrafo ou mesmo do telefone, tudo isso, para a elite, era perfeitamente compatível com a presença de escravos, que continuavam carregando água para o consumo doméstico e saindo de madrugada para jogar os excrementos dos patrões no mar. Modernização e escravidão se conciliaram durante um certo tempo.

3.4. A TRÍPLICE ALIANÇA E A INVASÃO DO PARAGUAI

De comum acordo, o tratado que criou a Tríplice Aliança fez de Bartolomeu Mitre o comandante-em-chefe das forças aliadas, condição válida somente em combates travados em solo argentino ou paraguaio. Os confrontos no Brasil ou no Uruguai teriam como chefes militares o general Luís Osório e Venâncio Flores, respectivamente. Quanto à força naval, quase toda brasileira, ficaria sob o comando do almirante Tamandaré.

A diversificação do comando foi responsável pelos inúmeros desentendimentos que facilitaram, durante anos, a atuação do exército paraguaio.



O plano dos aliados tinha por objetivo tomar a estratégica fortaleza de Humaitá, às margens do Rio Paraguai, o mais difícil obstáculo a ser superado, antes de dar continuidade à marcha em direção a Assunção, capital paraguaia.

Em 24 de maio de 1866, já em território paraguaio, o exército aliado enfrentou uma contraofensiva (batalha de Tuiuti) que, no entanto, fracassou. Os paraguaios perderam 13 mil homens, entre muitos feridos e 6 mil mortos.

Na primeira quinzena de setembro de 1866, Solano López chamou Bartolomeu Mitre para uma conferência e tentou convencê-lo a abandonar a aliança. A ideia era isolar o Brasil que, sem aliados, seria fácil derrotar. Mitre recusou a proposta.

Fonte: KOSHIBA, Luis e PEREIRA, Denize Manzy Frayze. **História do Brasil no Contexto da História Ocidental**. 8 ed. São Paulo; Atual, 2003.



4. ORIENTAÇÕES DE ESTUDO (CHECKLIST) E PONTOS A DESTACAR



1. O Segundo Reinado é marcado por um período de quase 50 anos, a coroação de Pedro II marca, para os grupos dominantes, a manutenção dos privilégios políticos e econômicos. Em meio a este cenário, dois partidos ganharam o ambiente político: os **Conservadores** (Saquaremas) e os **Liberais** (Luzias).
2. Quando subiu ao poder, Pedro II escolheu, em seu primeiro ministério, membros do Partido Liberal, em virtude de seu apoio ao Golpe da Maioridade. Os irmãos Andrada e os Cavalcanti participaram do ministério, o qual ficou conhecido como **Ministério dos Irmãos**.
3. Eleições para a Câmara dos Deputados foram marcadas para 13 de outubro de 1840, evidenciando as disputas entre liberais e conservadores. Neste dia, capangas contratados pelos liberais invadiram os locais de votação e deram “cacetadas” nos eleitores. Além disso, uma série de fraudes foram feitas na apuração dos votos, substituindo-se urnas autênticas por outras com votos falsos. Os liberais foram acusados de vencer por meio da violência e da fraude, este fato é chamado de **eleições do cacete**.
4. Em 1847, a criação do cargo de presidente do Conselho de Ministros assinalou o início do **parlamentarismo** no Brasil: Dom Pedro II indicava o chefe de governo, que era o **presidente do Conselho**, sendo este um membro do partido com maioria no Parlamento. Porém, o parlamentarismo no Brasil tinha uma característica que o diferenciava dos sistemas parlamentares que vemos hoje em dia. O Imperador possuía o **chamado Poder Moderador**, que lhe assegurava o direito de **dissolver** a Câmara a qualquer momento. No caso de o imperador sair “derrotado” nas eleições para a Câmara de Deputados, ele poderia fechá-la e convocar novas eleições. Esta forma de governo ficou conhecida, no Brasil, como o **Parlamentarismo às avessas**.
5. Diante das transformações político-econômicas da segunda metade do século XIX, o eixo industrial e econômico deslocou-se do Nordeste para o centro-sul, em função da expansão dos cafezais na região. O trabalho escravo passou, lentamente, a ser substituído pelo trabalho assalariado, sobretudo dos imigrantes europeus (italianos, alemães, etc.). Tais investimentos e lucros obtidos com o café incentivaram a industrialização e a modernização do país, uma vez que a venda do produto para a Europa e Estados Unidos cresceu significativamente.
6. Inicialmente cultivado na baixada fluminense e no Vale do Paraíba (MG, RJ e SP), as fazendas se expandiram a partir de 1870 para o oeste paulista, em cidades como Campinas, Sorocaba, Ribeirão Preto, Araraquara e São José do Rio Preto.



7. Duas importantes medidas favoreceram o crescimento da indústria e a modernização das cidades, além do crescimento da produção do café: a extinção do tráfico internacional de escravos (**Lei Eusébio de Queirós**, de 1850) e o aumento das taxas sobre os produtos importados (**Tarifa Alves Branco**, de 1844, que estipulava a cobrança de 30% sobre os produtos importados ao Brasil sem semelhantes, e 60% sobre aqueles que possuíam semelhantes no Brasil).
8. Também em 1850, foi aprovada a chamada **Lei de Terras**, a qual estabelecia que a forma de adquirir a propriedade de terras, a partir de então, seria por meio da compra, e não mais por meio da doação de áreas, como ocorria com as sesmarias. Para tanto, era preciso comprar suas terras do Estado ou de um particular.
9. A partir de tais processos, a ampliação do mercado interno brasileiro, com base na produção de alimentos (gado, charque, cereais) e no crescimento urbano do setor de serviços, comércio e indústria, foi amplamente significativa. Em conjunto com a expansão do café, o crescimento das cidades e a industrialização se desenvolveram, consideravelmente, no Sudeste do país.
10. Contudo, ainda que o país estivesse se desenvolvendo industrialmente e de forma modernizada, alguns acontecimentos internacionais marcaram, negativamente, o Segundo Reinado.
11. Entre 1863 e 1865, as relações diplomáticas entre Brasil e Inglaterra foram rompidas. A partir do desenvolvimento do capitalismo industrial, fruto do processo de industrialização, a Inglaterra tinha interesse em que a escravidão dos negros no Brasil fosse extinta, uma vez que os escravos não participavam do mercado consumidor e o dinheiro gasto com a compra de escravos, feita pelos grandes fazendeiros, poderia ser direcionado à compra de produtos industrializados. Já mencionamos a lei de 1831, na qual os escravos trazidos ao Brasil, a partir desta data, eram declarados livres. Contudo, ela não foi cumprida. Em 1845, a Inglaterra aprovou a lei **Bill Aberdeen**, que autorizava o ataque inglês aos navios negreiros e a prisão de seus traficantes, sob protestos do governo brasileiro.
12. William Christie, embaixador inglês, denunciava o descumprimento das leis contrárias à escravidão e ao tráfico, sobretudo a de 1831. Dois eventos foram determinantes para que desencadeasse a **Questão Christie**: o furto da carga de um navio inglês, Príncipe de Gales, que havia naufragado próximo à costa do Rio Grande do Sul, em 1861, e a prisão, em 1862, de três oficiais da marinha inglesa que estavam embriagados e causando desordem. O embaixador exigiu que o governo brasileiro indenizasse a Inglaterra pelo furto da carga e que punisse os policiais que prenderam os oficiais ingleses, não obtendo êxito. Diante deste imbróglio, ordenou que a marinha inglesa aprisionasse os navios mercantes brasileiros. Para a resolução do conflito, decidiu-se estabelecer o **arbitramento internacional** feito por Leopoldo I, rei da Bélgica, o qual se pronunciou favoravelmente ao Brasil. Esta prática ocorre quando 2 países possuem alguma contenda que, neste caso, será julgada por outro país que não possui interesses nos conflitos; seu julgamento será considerado **definitivo** e deverá ser aceito por ambas as partes envolvidas. D. Pedro II pagou a indenização referente à carga, mas o governo inglês não se desculpou



formalmente pelo ocorrido, levando Pedro II a interromper as relações diplomáticas com a Inglaterra. Elas seriam reatadas somente em 1865, quando a soberania nacional brasileira seria reconhecida por uma grande potência como a inglesa, em um pedido de desculpas enviado formalmente pelo inglês Edward Thornton.

13. Outro aspecto desse período diz respeito à **questão platina**, ou seja, às disputas pela região do Rio da Prata. O Brasil desejava garantir o direito de navegação pelo Rio da Prata, além de impedir que vaqueiros uruguaios atravessassem as fronteiras brasileiras. Como um ponto importante, a questão platina também envolvia o impedimento da anexação do Uruguai pela Argentina. Neste contexto, 3 conflitos envolvendo o Brasil aconteceram: a guerra contra **Oribe e Rosas (Guerra do Prata)**, a **Guerra contra Aguirre (Guerra do Uruguai)** e a mais conhecida, a **Guerra do Paraguai (Tríplice Aliança)**.
14. Intervenção contra Oribe e Rosas (1851-1852): após a formação da República Oriental do Uruguai (1828), organizou-se 2 partidos, o **Blanco** (liderado por Oribe e ligado aos argentinos) e o **Colorado** (liderado por Frutuoso Rivera e ligado aos brasileiros). Rivera foi eleito em 1828, não interferindo nas relações com o Brasil. Contudo, em 1834, Oribe vence as eleições, unindo-se ao presidente da Argentina, **Juan Manuel Rosas**, que pretendia anexar o Uruguai ao território argentino, prejudicando os interesses brasileiros referentes à navegação e às fronteiras. Diante de tal situação, o Brasil interveio militarmente, aliando-se ao colorado Rivera e derrubando Oribe do poder. Tempos depois, Entre-Ríos e Corrientes, províncias argentinas, organizaram uma revolta contra Rosas, comandada pelo general argentino **Urquiza**, com o apoio de tropas brasileiras. Oribe, presidente uruguaio, foi derrotado com o apoio das tropas brasileiras comandadas pelo Duque de Caxias. Na Argentina, Rosas foi derrotado por Urquiza, que assumiu a presidência em seu país.
15. Guerra contra Aguirre (1864-1865): durante a década de 1850, o conflito blancos x colorados permaneceu. Fazendeiros gaúchos deram queixa ao governo brasileiro de que os blancos uruguaios estavam invadindo e roubando gado no Brasil. O governo brasileiro fez reclamações ao presidente uruguaio **Atanásio Aguirre**, do Partido Blanco, que não deu muita atenção à situação. Diante disso, o Brasil declarou guerra ao Uruguai, aliando-se ao Partido Colorado sob liderança de **Venâncio Flores**. O Uruguai foi atacado em terra, sob liderança do general Mena Barreto, e por mar, sob o comando do almirante Tamandaré. Em 1865, Flores derrotou Aguirre com apoio das tropas brasileiras, assumindo a presidência do país. Aguirre, por sua vez, pediu apoio de Solano López, presidente do Paraguai, estabelecendo uma aliança político-militar, o que deu início a mais uma guerra.
16. Guerra do Paraguai (1864-1870): além das causas políticas e territoriais já observadas nas duas guerras anteriores, fatores econômicos foram fundamentais para eclodir a guerra. O desenvolvimento paraguaio ameaçava os interesses ingleses, que preferiam que os latino-americanos fossem apenas fornecedores de matérias-primas e consumidores de seus produtos industrializados. O governo paraguaio, contudo, não se encaixava nessa política, assim a Inglaterra favoreceu a luta entre Argentina, Brasil e Uruguai contra o Paraguai.
17. A Guerra do Paraguai teve inúmeras perdas humanas, além de um grande abalo no Brasil: economia abalada em razão dos prejuízos, aumento da dívida externa devido aos



empréstimos levantados com a Inglaterra, divisão na posição do exército brasileiro, que se mostrava contrário à escravidão (uma vez que boa parte das tropas era composta por negros, homens livres e pobres) e passava, a partir de então, a demonstrar certa empatia pela causa republicana.

18. No cenário das lutas pelo fim da escravidão, podemos destacar, a partir de então, o crescimento de um movimento **abolicionista**, que desejava o fim da escravidão. Este movimento ganhou o apoio de setores da população, por exemplo, parlamentares, imprensa, militares e intelectuais, como Joaquim Nabuco, Luis Gama e Castro Alves.
19. A esse respeito, o governo brasileiro promulgou duas leis que emanciparam parte da população escrava no país: a **Lei do Ventre Livre (1871)**, que declarava livres todos os nascidos de mãe escrava a partir de sua promulgação, além de liberar os donos de escravos da obrigação de alimentar os filhos de escravos. Além disso, permitia que os escravos que tivessem juntado dinheiro suficiente para comprar sua liberdade (**alforria**) entrassem na Justiça para o devido fim. A segunda medida é a chamada **Lei dos Sexagenários, ou Saraiva-Cotegipe (1885)**, que libertava os escravos com mais de 60 anos de idade e liberava os donos de escravos de sustentá-los após este processo, mesmo que grande parte deles não alcançasse tal idade. Tais leis adiaram ao máximo a abolição definitiva, que veio a ocorrer somente em 13 de maio de 1888, com a assinatura da **Lei Áurea** pela Princesa Isabel.
20. Com a abolição da escravidão, em 1888, a situação da população negra no Brasil continuou amplamente difícil, dado que poucos tinham dinheiro para trabalhar por conta própria ou condições de obter um emprego melhor. Além disso, o governo brasileiro não ajudava na melhoria das condições sociais, sendo assim, muitos libertos continuaram nos mesmos locais em que trabalhavam como escravos. Os reflexos de quase 300 anos de escravidão negra são visíveis até hoje, uma vez que grande parte da população marginalizada é negra e é, diariamente, vítima do racismo.
21. Diante de tal panorama, a monarquia apresentava rachaduras em sua estrutura, evidenciando o começo da crise do Segundo Reinado. Dentre os principais fatores, destacamos: movimento republicano, conflitos do governo imperial com o exército e a Igreja, processo abolicionista.
22. Com a abolição, senhores de escravos romperam com o governo imperial, e muitos escravistas passaram a apoiar a causa republicana, que já estava presente desde o século XVIII com a Inconfidência Mineira e a Conjuração Baiana, perpassando o século XIX, com a Revolução Pernambucana e a Confederação do Equador.
23. Terminada a Guerra do Paraguai, em 1870, o movimento republicano ganhou uma formação mais consistente com o lançamento, no Rio de Janeiro, do **Manifesto Republicano**, liderado por Quintino Bocaiúva e que questionava o fato de o Brasil ser, na América, o único país que ainda mantinha o regime monárquico. Em 1873, o Partido Republicano Paulista foi fundado na Convenção de Itu, em São Paulo, apoiado por seguidores no Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.



24. O conflito com a Igreja também é importante de se destacar. Devido ao regime do padroado (submissão da Igreja ao Estado), nenhuma ordem vinda do papa poderia valer no Brasil sem a aprovação do imperador. Em 1872, D. Vidal e D. Macedo, bispos de Olinda e Belém, seguiram ordem do papa Pio IX e puniram alguns religiosos que apoiavam membros da **maçonaria**. D. Pedro II, influenciado pela maçonaria, ordenou a suspensão das punições, as quais foram recusadas pelos bispos. Condenou-os a 4 anos de prisão, mas em 1875 concedeu o perdão imperial e os religiosos foram libertados, mas tal fato abalou as relações entre Igreja e Estado.
25. Finalmente, as questões ligadas ao exército se mostraram cruciais para o declínio da monarquia, visto que, após a Guerra do Paraguai (1870), o exército ganhou ampla importância. Nas decisões políticas, contudo, o poder dos civis era muito maior em relação ao dos militares, gerando tensões no exército, inclusive por meio de punições aos militares que denunciassem a corrupção ou se mostrassem contrários à escravidão. Em meio a este ambiente, altos chefes do exército, como o Marechal **Deodoro da Fonseca**, se manifestaram contrários ao imperador.
26. Tais acontecimentos e a insatisfação com Pedro II favoreceram o golpe militar que daria origem à República Brasileira. Em 15 de novembro de 1889, Deodoro da Fonseca assumiu o comando contra o governo monárquico, ocupando o quartel do Rio de Janeiro. O gabinete foi deposto, o ministro da Justiça e o chefe de gabinete foram presos e, a partir de então, constituiu-se o **Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil**. D. Pedro II recebeu, no dia seguinte, um documento que exigia a retirada da Família Real para Portugal. Tem-se início, então, a **República Brasileira**.



5. QUESTIONÁRIO DE REVISÃO



QUESTIONÁRIO – SOMENTE PERGUNTAS

- 1) Quais os motivos que levaram à transmigração da Corte Portuguesa ao Brasil, sob a liderança de D. João, em 1808?
- 2) Comente sobre a Revolução Pernambucana de 1817, destacando as suas causas, objetivos, principais características e qual foi seu resultado.
- 3) Em que medida a Revolução Liberal do Porto influenciou no processo de independência brasileira, e de que forma D. Pedro I esteve inserido neste processo?
- 4) Quais são as diferenças entre o processo de independência do Brasil e os processos de independência de outras nações latino-americanas, como a Argentina, por exemplo?
- 5) Explique os motivos que levaram Pedro I a rejeitar o projeto de Constituição de 1823 e quais foram as medidas adotadas por ele.
- 6) Em 1824 foi outorgada a primeira Constituição Brasileira. De acordo com ela, quais eram as atribuições do imperador?
- 7) Explique, de forma sucinta, o que foi a Confederação do Equador de 1824.
- 8) O que foi a Guerra da Cisplatina?
- 9) Quais fatores contribuíram para a abdicação de D. Pedro I, em 1831?
- 10) Quais são as principais características da situação política do Brasil entre a abdicação de D. Pedro I, em 1831, até sua morte, em 1834, e quais foram os rumos seguidos entre 1834 e 1840?
- 11) Comente a origem do Partido Liberal e a origem do Partido Conservador no Brasil.
- 12) Caracterize a Regência Trina Provisória e as principais medidas por ela adotadas.
- 13) Qual grupo político a Regência Trina Permanente representava?
- 14) O que foi o Ato Adicional de 1834 e o que ele determinava?
- 15) Comente os principais aspectos da Regência Una de Diogo Feijó.
- 16) Explique o que foi a Lei Interpretativa do Ato Adicional, de 1840.
- 17) Qual era a situação econômica do Brasil durante o período regencial?



- 18) **Elabore um texto explicando, de forma objetiva, as principais revoltas regenciais ocorridas no Brasil. Considere, para isso: a província em que cada revolta ocorreu, sua duração, as causas da revolta, quais grupos sociais participaram, seus objetivos e resultados.**
- 19) **Explique o termo “Parlamentarismo às avessas” no contexto do Segundo Reinado.**
- 20) **Quais fatores foram responsáveis pela expansão cafeeira no século XIX?**
- 21) **O que foi a lei Eusébio de Queirós, de 1850?**
- 22) **Qual foi a atitude inglesa, com base no Bill Aberdeen, em relação ao Brasil?**
- 23) **Explique brevemente a Questão Christie e qual foi o seu desfecho.**
- 24) **Explique os conflitos em que o Brasil esteve inserido na região platina ao longo do século XIX.**
- 25) **Quais foram os efeitos da Guerra do Paraguai para o Brasil e para o Paraguai?**
- 26) **Comente sobre as leis abolicionistas e os seus efeitos no Brasil.**
- 27) **Explique os principais motivos que levaram à queda da Monarquia Brasileira.**

QUESTIONÁRIO – PERGUNTAS E RESPOSTAS

- 1) **Quais os motivos que levaram à transmigração da Corte Portuguesa ao Brasil, sob a liderança de D. João, em 1808?**

Dentre os principais motivos que levaram à transferência da Corte Portuguesa ao Brasil, podemos destacar as invasões napoleônicas entre o final do século XVIII e início do século XIX, resultado da neutralidade de Portugal diante do bloqueio continental imposto pela França à Inglaterra. Como Portugal mantinha relações comerciais com a Inglaterra, o fechamento de seus portos, em atendimento ao bloqueio, seria prejudicial a ambas as nações.

- 2) **Comente sobre a Revolução Pernambucana de 1817, destacando as suas causas, objetivos, principais características e qual foi seu resultado.**

Ocorrida na província de Pernambuco, essa revolta foi resultado da insatisfação de muitos moradores com o crescente aumento dos impostos pagos, que sustentavam apenas os luxos da Corte no Rio de Janeiro. A queda no preço do açúcar no mercado internacional também favoreceu a eclosão da Revolução, contrária ao governo de D. João VI. Apesar de os grupos envolvidos em sua liderança possuírem diferentes metas, um consenso era a proclamação da república. O governo imperial reagiu e enviou as tropas para combater a insurreição, que a essa altura havia tomado a província e estabelecido um governo provisório. Foi a única rebelião anterior à independência que superou a conspiração e agiu de forma a tomar o poder, permanecendo nele por cerca de 2 meses e meio. Seus líderes foram condenados à morte.



3) Em que medida a Revolução Liberal do Porto influenciou o processo de independência brasileira, e de que forma D. Pedro I esteve inserido neste processo?

Na cidade portuguesa do Porto, comerciantes liberais, com o apoio de camponeses, militares e funcionários públicos, conquistaram o poder. Diante deste cenário, criaram uma Constituição de caráter liberal que limitava os poderes de D. João VI, além de pretender recolonizar o Brasil. Frente a esta situação, D. João abdicou do cargo e deixou seu filho Pedro como príncipe regente do Brasil. Contudo, as Cortes de Lisboa, que representavam os interesses da burguesia portuguesa, procuraram restringir a autonomia do governo brasileiro, enfraquecendo a figura de D. Pedro e exigindo o seu retorno a Portugal. Os latifundiários brasileiros, percebendo que isso seria prejudicial a eles, fundaram o Partido Brasileiro, elaborando um documento pedindo que D. Pedro não regressasse, como as Cortes de Lisboa desejavam. Tal fato, ocorrido em 09 de janeiro de 1822, ficou conhecido como o Dia do Fico. Assim D. Pedro rompeu politicamente com Portugal e proclamou a independência do Brasil em 07 de setembro de 1822.

4) Quais são as diferenças entre o processo de independência do Brasil e os processos de independência de outras nações latino-americanas, como a Argentina, por exemplo?

Em linhas gerais, a principal diferença entre as independências ocorridas nos demais países da América Latina, como a Argentina e o Paraguai, por exemplo, em relação ao Brasil, é que aquelas nações se tornaram repúblicas, enquanto o Brasil se tornou uma monarquia, ainda sob o domínio de Portugal.

5) Explique os motivos que levaram Pedro I a rejeitar o projeto de Constituição de 1823 e quais foram as medidas adotadas por ele.

O projeto de Constituição que seria elaborado em 1823 foi rejeitado por D. Pedro I, uma vez que limitava seus poderes e ampliava os poderes do Legislativo. Além disso, estabelecia que o poder político ficasse mantido nas mãos dos grandes proprietários rurais. Diante disso, D. Pedro dissolveu a Constituinte, nomeou uma comissão composta por 10 brasileiros natos e elaborou uma nova Constituição, outorgada pelo imperador em 25 de março de 1824.

6) Em 1824 foi outorgada a primeira Constituição Brasileira. De acordo com ela, quais eram as atribuições do imperador?

Com a Constituição de 1824, o imperador nomeava os magistrados do Judiciário, escolhia os senadores do Legislativo, era encarregado da administração pública e do cumprimento das leis no Executivo. Havia ainda uma quarta função, atrelada ao Poder Moderador, que estabelecia a ele o direito de nomear ministros, senadores e juízes, demitir presidentes de províncias, dissolver Câmaras, vetar atos do Legislativo e, finalmente, dava-lhe o direito de intervir nos demais Poderes, após consulta ao Conselho de Estado, composto por conselheiros nomeados pelo próprio imperador.

7) Explique, de forma sucinta, o que foi a Confederação do Equador de 1824.

A Confederação do Equador foi um projeto que visava estabelecer uma república no Nordeste brasileiro, em razão da queda nas exportações de açúcar, entre as elites, e da miséria social, entre as camadas mais pobres (negros livres, escravos, militares de baixa patente, mestiços). Estiveram sob a liderança de Frei Caneca e Cipriano Barata, que defendiam, além da república, um poder descentralizado e maior autonomia às províncias.



8) O que foi a Guerra da Cisplatina?

Ocorrida entre 1825 e 1828, foi um conflito entre Brasil e Argentina pela posse da Colônia de Sacramento, na região do Rio da Prata, resultando na criação de um novo país, a República Oriental do Uruguai.

9) Quais fatores contribuíram para a abdicação de D. Pedro I, em 1831?

Dentre os principais fatores, podemos destacar: o estilo mais autoritário e centralizador de D. Pedro, vislumbrado pela repressão à Confederação do Equador, pela dissolução da Constituinte, a outorga (imposição) da Constituição e o estabelecimento do Poder Moderador, que somente o beneficiava; balança comercial desfavorável; associação à morte do jornalista Líbero Badaró.

10) Quais são as principais características da situação política do Brasil entre a abdicação de D. Pedro I, em 1831, até sua morte, em 1834, e quais foram os rumos seguidos entre 1834 e 1840?

Ao abdicar do trono, Pedro I deixou seu filho Pedro de Alcântara, que tinha apenas 5 anos de idade, no entanto, ele não poderia assumir até completar 18 anos. Diante disso, o Brasil passou a ser governado por regentes até 1840, quando ocorreu o Golpe da Maioridade, o qual estabeleceu a posse de Pedro como novo imperador brasileiro. Entre 1831 e 1834, notamos que a política foi conduzida por três grupos políticos: os restauradores (defendiam a volta de Pedro I e a monarquia absolutista), os liberais exaltados (descentralização do poder e autonomia administrativa das províncias) e os liberais moderados (centralização política e permanência da monarquia, mas sem o absolutismo). Quando Pedro I morreu, em 1834, os restauradores e os liberais exaltados tiveram seu poder reduzido. A partir de 1837, os moderados foram divididos em progressistas (governo forte e centralizado, mas abertos a concessões) e regressistas (não estavam dispostos a fazer concessões aos exaltados, contrários à liberdade administrativa das províncias).

11) Comente a origem do Partido Liberal e a origem do Partido Conservador no Brasil.

A partir de 1840, os regressistas assumiram a denominação de Partido Conservador (Saquaremas) e os progressistas, a de Partido Liberal (Luzias), possuindo poucas divergências ideológicas entre si.

12) Caracterize a Regência Trina Provisória e as principais medidas por ela adotadas.

Foi estabelecida com a abdicação de Pedro I e vigorou entre 07 de abril e 07 de junho de 1831. Esteve sob responsabilidade de Carneiro de Campos, Campos Vergueiro e Francisco de Lima e Silva. Dentre as principais medidas, temos a readmissão do Ministério dos Brasileiros (demitido por D. Pedro em 05 de abril do mesmo ano), a anistia aos presos políticos e a suspensão parcial do Poder Moderador. Tais medidas possuíam um caráter liberal e contrário ao absolutismo.

13) Qual grupo político a Regência Trina Permanente representava?



Composta por João Bráulio Muniz, José da Costa Carvalho e Francisco de Lima e Silva, governou entre 1831 e 1835; este grupo representava os liberais moderados, em busca da manutenção da ordem política e social.

14) O que foi o Ato Adicional de 1834 e o que ele determinava?

Os políticos moderados estabeleceram uma reforma na Constituição de 1824, conhecida como Ato Adicional, ele estabelecia que a regência deveria ser exercida por uma pessoa, cujo mandato seria 4 anos. Além disso, o Ato extinguiu o Conselho de Estado e criou as Assembleias Legislativas provinciais.

15) Comente os principais aspectos da Regência Una de Diogo Feijó.

Diogo Feijó foi eleito para comandar a primeira Regência Una, a partir de 1835, ligada aos moderados progressistas. Durante sua regência, uma série de revoltas tiveram início, como a Cabanagem e a Farroupilha. Os políticos o acusavam de não conseguir manter a ordem no país. Em 1837, diante dessas instabilidades, ele renunciou ao cargo, sendo substituído por Araújo Lima.

16) Explique o que foi a Lei Interpretativa do Ato Adicional, de 1840.

Durante a Regência Una de Araújo Lima (1838-1840), as revoltas passaram a ser contidas violentamente. Em meio a este cenário, os regressistas criaram uma nova lei, chamada de Lei Interpretativa do Ato Adicional, que reduzia o poder das províncias e subordinava os órgãos da polícia e da justiça ao poder central.

17) Qual era a situação econômica do Brasil durante o período regencial?

O Brasil enfrentava uma grande instabilidade política, social e econômica, sobretudo no que diz respeito ao mercado externo. O preço das exportações brasileiras caía significativamente, dada a concorrência de produtos similares de outras regiões, como o açúcar antilhano e o de beterraba, produzido na Europa, além da baixa arrecadação de impostos devido aos privilégios alfandegários concedidos aos produtos da Inglaterra e outros países. Somado a isso, temos as despesas com as operações militares para conter as rebeliões internas e o crescimento do déficit brasileiro em virtude de empréstimos feitos junto ao exterior.

18) Elabore um texto explicando, de forma objetiva, as principais revoltas regenciais ocorridas no Brasil. Considere, para isso: a província em que cada revolta ocorreu, sua duração, as causas da revolta, quais grupos sociais participaram e seus objetivos.

- Cabanagem (1835-1840), Pará. Organizada por negros, indígenas e pessoas pobres que viviam às margens dos rios (cabanos), em razão das péssimas condições de vida e domínio político de grandes fazendeiros.
- Balaiada (1838-1841), Maranhão. Organizada por pobres da região, escravos e fugitivos, em decorrência da miséria que assolava a população mais carente.
- Sabinada (1837-1838), Bahia. Organizada por militares e classe média, procurava instituir uma república na província.



- Farroupilha (1835-1845), Rio Grande do Sul. Organizada por estancieiros e militares, procurava lutar contra a alta dos impostos sobre o charque (carne seca) sulino, uma vez que o Uruguai estava entrando no mercado do país com uma carne mais barata.

- Revolta dos Malês (1835), Bahia. Organizada por escravos de origem muçulmana (os malês), procurava acabar com a escravidão e a imposição do cristianismo, além de acabar com as demais restrições religiosas.

19) Explique o termo “Parlamentarismo às avessas” no contexto do Segundo Reinado.

A organização do sistema parlamentar brasileiro era diferente do sistema de outros países. Dom Pedro II, imbuído das atribuições do Poder Moderador, possuía autonomia para escolher os integrantes do Conselho de Estado. Este órgão, situado abaixo da autoridade do monarca, poderia escolher os ministros e realizar a dissolução da Câmara de Deputados. Na maioria das vezes, as ações do Conselho somente refletiam os interesses pessoais do imperador. Daí a origem “Parlamentarismo às avessas”, pois quem indicava os cargos era o próprio imperador, não o parlamento.

20) Quais fatores foram responsáveis pela expansão cafeeira no século XIX?

Com a mudança do centro econômico do Nordeste para o centro-sul do país, em razão da expansão dos cafezais, um novo produto ganhou o cenário da economia brasileira: o café é resultado de um processo de industrialização e modernização brasileira, no qual o trabalho escravo foi sendo substituído pelo trabalho assalariado, predominantemente realizado pelos imigrantes (italianos e alemães). O café passou a ser exportado para a Europa e Estados Unidos, incentivando o crescimento do mercado exportador. Além disso, o clima e o solo propícios ao seu cultivo favoreciam o desenvolvimento das lavouras.

21) O que foi a lei Eusébio de Queirós, de 1850?

A Lei Eusébio de Queirós estabelecia o fim do comércio internacional de escravos para o Brasil, ainda que desde 1831 o tráfico negreiro tenha sido proibido, ele ainda permaneceu por cerca de 20 anos, devido, em parte, ao tráfico interno, ou seja, aquele ocorrido entre as províncias brasileiras.

22) Qual foi a atitude inglesa, com base no Bill Aberdeen, em relação ao Brasil?

No ano de 1845, para agir contra os traficantes de escravos, a Inglaterra aprovou a lei Bill Aberdeen, que autorizava a marinha inglesa a atacar navios negreiros. Sob o amparo legal, a marinha da Inglaterra invadiu portos brasileiros a fim de prender traficantes e prender navios negreiros.

23) Explique brevemente a Questão Christie e qual foi o seu desfecho.

Em 1861, um navio inglês naufragou na costa do Rio Grande do Sul e teve sua carga roubada. No ano seguinte, três oficiais da marinha inglesa foram presos no Brasil, acusados de provocarem desordem. William Christie, embaixador inglês, exigiu que o governo brasileiro indenizasse a Inglaterra pelo furto da carga e liberasse os oficiais, o que não foi realizado. Em meio à negativa, ele ordenou que a marinha inglesa aprisionasse navios mercantes brasileiros. Neste cenário, foi estabelecido o arbitramento internacional, feito pelo rei belga Leopoldo I, o qual se apresentou favoravelmente ao Brasil. O governo inglês se recusou a



apresentar desculpas formais, forçando o rompimento das relações diplomáticas, que seriam retomadas somente em 1865. Este episódio ficou conhecido como Questão Christie.

24) Explique sucintamente os conflitos em que o Brasil esteve inserido na região platina ao longo do século XIX.

Além da já mencionada Guerra da Cisplatina, podemos destacar mais três conflitos: Guerra do Prata (1851-1852), que, após a formação da República Oriental do Uruguai (1828), elegeu Rivera como presidente, não interferindo nas relações com o Brasil. Contudo, em 1834 Oribe venceu as eleições e se uniu ao presidente argentino, **Juan Manuel Rosas**, que pretendia anexar o Uruguai ao território argentino, prejudicando os interesses brasileiros referentes à navegação e às fronteiras. Diante de tal situação, o Brasil interveio militarmente, aliando-se ao colorado Rivera e derrubando Oribe do poder. O segundo movimento foi a Guerra do Uruguai (1864-1865), quando fazendeiros gaúchos se queixaram de que os blancos uruguaios estavam invadindo e roubando gado no Brasil; o presidente uruguaio, **Atanásio Aguirre**, do Partido Blanco, não deu muita atenção à situação. Neste cenário, o Brasil declarou guerra ao Uruguai e se aliou ao Partido Colorado sob a liderança de **Venâncio Flores**. Em 1865, Flores derrotou Aguirre com apoio das tropas brasileiras, assumindo a presidência do país. Por fim, ocorreu a Guerra do Paraguai (1864-1870), na qual fatores econômicos foram fundamentais para sua eclosão. O desenvolvimento dos produtos paraguaios ameaçava os interesses ingleses, que preferiam que os latino-americanos fossem apenas fornecedores de matérias-primas e consumidores de seus produtos industrializados. O governo paraguaio, contudo, não se encaixava nessa política, assim a Inglaterra favoreceu a luta entre Argentina, Brasil e Uruguai contra o Paraguai. Além destes aspectos, as questões de navegação foram cruciais para o desenvolvimento do conflito.

25) Quais foram os efeitos da Guerra do Paraguai para o Brasil e para o Paraguai?

No Brasil, a questão econômica foi sentida consideravelmente, visto que o país contraiu inúmeros empréstimos e teve muitos prejuízos, além das dívidas com os banqueiros da Inglaterra. O exército brasileiro também se mostrou conflituoso, pois se apresentou contrário à escravidão. No caso do Paraguai, estima-se que metade da população tenha sido morta ao longo das lutas, mas os números não são confiáveis, devido à falta de informações a respeito. De toda forma, as perdas humanas foram extremamente significativas para o país.

26) Comente sobre as leis abolicionistas da segunda metade do século XIX.

- Lei do Ventre Livre (1871): declarava livres todos os nascidos de mãe escrava a partir de sua promulgação. Além disso, isentava os donos de escravos da obrigação de alimentar os filhos dos escravos. Permitia, também, que os escravos que juntassem dinheiro poderiam comprar sua liberdade (alforria).

- Lei dos Sexagenários (Saraiva-Cotegipe, 1885): declarava livres os escravos com mais de 60 anos, além de isentar os donos de sustentar aqueles que ultrapassassem tal idade (o que era muito raro devido às condições precárias de vida).

- Lei Áurea (1888): extinguiu a escravidão no Brasil, assinada pela Princesa Isabel.

27) Cite os principais motivos que levaram à queda da Monarquia Brasileira.



Dentre os principais motivos, temos a insatisfação dos grandes proprietários de terras em relação ao fim da escravidão, o crescimento do movimento republicano a partir de 1870, os conflitos do governo imperial com a Igreja Católica e o exército e a instabilidade econômica.

6. EXERCÍCIOS



1. (IBFC - Pref. de Cabo de Santo Agostinho-PE - Professor de História /2019)

Não havia outro meio de transportar aquela raça (os africanos) à América, senão o tráfico. Por conta da consciência individual, ocorrem as atrocidades cometidas. Não carregava a ideias com a responsabilidade de semelhantes atos, como não se impunha a religião católica, a sublime religião da caridade, as carnificinas da inquisição. O tráfico, na sua essência, era o comércio de homens; a mancipatio dos romanos. Sem a escravidão africana e o tráfico que a realizou, a América seria ainda hoje um vasto deserto (ALENCAR, 1867).



(Fonte: Scielo)

O trecho acima foi escrito por José de Alencar em 1867 para defender a escravidão no Brasil contra a iminente ameaça do governo em submetê-la a um processo legislativo de emancipação. Já a ilustração acima, de Agostini, refere-se ao confronto entre os abolicionistas e os escravocratas, que insistiam em manter a instituição da escravidão. A respeito deste período, assinale a alternativa incorreta.



- A) Pode-se dizer que os discursos escravistas, produzidos no contexto da lei do ventre livre, compõem o ponto de chegada de um processo mais amplo, cuja montagem data, pelo menos, desde meados do período regencial (1831- 1840)
- B) Embora a escravidão negra tivesse sido progressivamente desmontada nos países e nas colônias da América após a Era das Revoluções, duas outras sociedades também fundadas na instituição cresceram vigorosamente sob o influxo do capitalismo de livre mercado: a ilha de Cuba e o sul dos Estados Unidos
- C) Enquanto o governo norte americano exerceu jurisdição sobre territórios sem cativos, o Império do Brasil se arquitetou sobre uma sociedade genuína e integralmente escravista
- D) Por volta de 1850, o contrabando de africanos se avolumou em escala extraordinária, montando a cerca de 900 mil pessoas violentamente trazidas ao país nos quinze anos subsequentes

Comentários:

A alternativa A está incorreta, pois a Lei do Ventre livre foi uma lei abolicionista, que pregava a liberdade para os filhos de escravas que nasceram a partir da data em que a lei foi vigorada, inicialmente desde o período regencial.

A alternativa B está incorreta, pois a expansão rápida da indústria do algodão no extremo sul após a invenção da máquina de tecer, fez com que a demanda por trabalho escravo no sul dos Estados Unidos aumentasse exponencialmente. Os estados escravagistas tentaram expandir a escravidão para os estados novos formados nos territórios do oeste para que assim eles pudessem manter sua influência política pela nação. Os líderes políticos sulistas queriam anexar Cuba como um território escravagista. A questão da escravidão continuaria a polarizar politicamente os Estados Unidos durante toda a primeira metade do século XIX, efetivamente dividindo o país entre os estados escravos e livres.

A alternativa C está incorreta, pois o governo americano concentrava o poder no Estado, decorrente de sua soberania, para editar leis e ministrar a justiça. Já o Brasil, presava por um governo autêntico, verdadeiro.

A alternativa D está correta, ou seja, é falsa. Pois os escravos ainda eram utilizados como mercadoria muito cara, já que a Lei Euzébio de Queiroz (1850) proibiu o tráfico negreiro e não era mais possível que os escravos fossem transportados de um lugar para outro.

(MOTA; BRAICK, 2005; SKIDMORE, 1998; ENEM, 2020).

Gabarito: D

2. (Pref. de Juazeiro do Norte-CE - Professor de História /2019)

Sobre as mudanças causadas pela economia cafeeira no Brasil do século XIX, analise as afirmativas a seguir.

I. Até o final do século XIX, por volta de 1870, havia poucas indústrias no Brasil. Contudo, após o crescimento da produção cafeeira, muitos cafeicultores usaram seu dinheiro para montar indústrias de sabão, de tecidos, de bebidas, de papel e de alimentos.



II. São Paulo foi a cidade que mais passou por mudanças com a riqueza trazida pelo café. O comércio e a população cresceram, mansões luxuosas foram construídas, indústrias foram instaladas e a eletricidade passou a ser utilizada para iluminar as ruas e fazer funcionar os bondes e as máquinas das indústrias.

III. Um dos símbolos mais expressivos da economia cafeeira foram as grandes construções, as estradas de ferro que transportavam o café pelo País como, por exemplo, a estação de trem da Luz em São Paulo.

Marque a opção que indica a(s) afirmativa(s) CORRETA(S).

A) I – II.

B) II.

C) I – II – III.

D) II – III.

E) I – III.

Comentários:

O Item I é correto, pois as transformações na estrutura produtiva brasileira iniciaram com o acúmulo de capitais proporcionados pelo comércio internacional do café, possibilitando reinvestimentos dos lucros obtidos com a comercialização no próprio setor produtivo, assim como pela substituição da mão de obra escrava pela mão de obra assalariada nas atividades produtivas, motivada, entre outros fatores, pelo fim do tráfico de escravos no oceano Atlântico e pela pressão internacional contrária à exploração escravista no Brasil. O assalariamento se deu a partir da introdução da mão de obra emigrante europeia nas atividades produtivas do país, criando, assim, um mercado nacional para bens de consumo popular. Por outro lado, como nem todos os imigrantes europeus no Brasil se ocuparam com as lavouras de café, dedicando-se às atividades comerciais, aos serviços e ao artesanato, houve espaço para o processo de urbanização da sociedade brasileira, sobretudo na região Sudeste, assim como a criação de bancos comerciais no país. Todos esses fatores, assim como os investimentos públicos imperiais em infraestrutura, principalmente em ferrovias e estradas na região central do país (São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais), foram determinantes para o surgimento das primeiras indústrias no país.

O Item II é correto, pois São Paulo foi à cidade que mais passou por mudanças com a riqueza trazida pelo café. O comércio e a população cresceram, mansões luxuosas foram construídas, indústrias foram instaladas e a eletricidade passou a ser utilizada para iluminar as ruas e fazer funcionar os bondes e as máquinas das indústrias. Com o aumento do comércio e das indústrias muitas pessoas vieram do campo buscando uma vida melhor nas cidades, mas tiveram que trabalhar nas indústrias, para ganhar um salário muito baixo. Uma das construções mais importantes de São Paulo até hoje, forma construídas na época da expansão do café, como a estação de trem da Luz, o Teatro Municipal, a agência central do Banco do Brasil.

O Item III é correto, pois o Barão de Mauá criou ainda a Companhia de Rebocadores da Barra de Rio Grande, conseguiu os direitos de tráfico no Rio Amazonas por 30 anos, e investiu em



companhias de bondes no Rio de Janeiro. Barão de Mauá foi ainda um dos grandes incentivadores da implantação de ferrovias no Brasil, com o objetivo de transportar a produção agrícola do país com maior velocidade. A primeira delas foi a ferrovia Mauá, que ligava o Rio de Janeiro ao Vale do Paraíba fluminense, cuja licença para sua construção foi concedida em 1852. A estação reflete o momento histórico em que foi construída, evidenciando o poder do café na trajetória de expansão da cidade. Erguida junto ao Jardim da Luz, por décadas a sua torre dominou parte da paisagem central paulistana. O seu relógio era o principal referencial para acerto dos relógios da cidade. Destruído pelo incêndio de 1946, foi substituído, cinco anos depois, por um relógio Michelin, de fabricação nacional. No período de auge da estação (ou seja, nas primeiras décadas do século XX, quando a Luz era uma região de destaque na cidade), ela compunha um conjunto arquitetônico que não só era um referencial urbano como efetivamente fazia parte da vida cotidiana do município, constituindo aquilo que pode ser chamado de a "imagem da cidade". A estação, vizinha do Jardim da Luz, compunha com o edifício da Pinacoteca do Estado um marco na definição da região da Luz, marcando os limites dos bairros do Bom Retiro e Campos Elíseos.

Assim, a resposta correta é a letra C).

(CAFEICULTURA. 2007; NEVES. 2020)

Gabarito: C

3. (IDHTEC - Pref. de Maragogi-AL - Professor de História /2019)

Sobre a política e o trabalho no Segundo Reinado marque a alternativa incorreta:

A) Nos primeiros anos da monarquia, a vida política do Brasil concentrava-se em torno de três grupos políticos: liberais moderados, liberais exaltados e restauradores.

B) A disputa entre liberais e conservadores pelo poder no parlamento, por meio do gabinete ministerial, deixava nossa política bastante instável. D. Pedro II foi o responsável por controlar as disputas políticas e por criar um regime conhecido como parlamentarismo, sistema parlamentar no qual o imperador tinha função meramente decorativa.

C) Havia muitas tensões políticas no país envolvendo diferentes questões. Existiam os federalistas, que defendiam maior autonomia para as províncias, enquanto outros defendiam a centralização do poder para que as províncias não tivessem autonomia; alguns eram monarquistas, enquanto outros eram republicanos.

D) O processo de transição para o fim do trabalho escravo foi realizado lentamente, demonstrando o desinteresse da monarquia em acabar com a escravidão no Brasil.

E) A vinda dos imigrantes ao Brasil surgiu como alternativas para substituir os escravos. Vieram para o Brasil um grande número de italianos e portugueses, bem como alemães e espanhóis.

Comentários:

A Alternativa A) não é a resposta correta, pois nos primeiros anos da monarquia, a vida política do Brasil concentrava-se em torno de três grupos políticos: liberais moderados, liberais exaltados e restauradores, cada um com suas próprias convicções políticas. Durante o Primeiro Reinado e o



Período Regencial, esses grupos converteram-se em dois, liberais e conservadores, os quais controlaram nossa política no Segundo Reinado.

A Alternativa B) é a resposta certa, pois a disputa entre liberais e conservadores pelo poder no parlamento, por meio do gabinete ministerial, deixava nossa política bastante instável. D. Pedro II foi o responsável por controlar as disputas políticas e por criar um regime conhecido como parlamentarismo às avessas, sistema parlamentar no qual o imperador tinha plenos poderes de destituir o gabinete ministerial.

A Alternativa C) não é a resposta correta, pois existiam os federalistas, que defendiam maior autonomia para as províncias, enquanto outros defendiam a centralização do poder para que as províncias não tivessem autonomia; alguns eram monarquistas, enquanto outros eram republicanos.

A Alternativa D) não é a resposta correta, pois em relação ao trabalho, as duas grandes questões eram referentes ao trabalho escravo e à chegada dos primeiros imigrantes europeus ao Brasil. No que diz respeito à escravidão, destaca-se a pressão dos ingleses para que o Brasil colocasse fim ao tráfico de escravos – o que, inclusive, quase levou nosso país à guerra contra os ingleses. O processo de transição para o fim do trabalho escravo foi realizado lentamente, demonstrando o desinteresse da monarquia em acabar com a escravidão no Brasil, uma vez que isso poderia prejudicar politicamente o monarca brasileiro. No final da década de 1880, quando a situação já era insustentável, a campanha abolicionista ganhou força no país. Em 1888, a Lei Áurea foi assinada, proibindo o trabalho escravo dos negros em nosso país.

A Alternativa E) não é a resposta correta, pois a vinda dos imigrantes ao Brasil surgiu como alternativa para substituir os escravos, que, após 1850, com a proibição do tráfico negreiro, estavam escasseando em nosso país. Os imigrantes foram muito importantes para as fazendas de café, que começaram a crescer no Oeste Paulista. Vieram para o Brasil um grande número de italianos e portugueses, bem como alemães e espanhóis.

(NEVES, 2020)

Gabarito: B

4. (Pró-Município - Pref. Municipal de Redenção-CE – Prof. de História / 2019)

A declaração da maioria de Pedro de Alcântara três anos antes do previsto foi tramada pelos liberais, que faziam oposição à Regência de Araújo Lima. O menino seria sagrado imperador como Pedro II e seu governo duraria 49 anos. Marque a opção que indique um dos fatos ocorridos no Segundo Reinado.

A) No início o jovem imperador montou um ministério com políticos conservadores, mas este gabinete durou apenas oito meses, pois não conseguiu pacificar as províncias;

B) Neste período a existência de diferenças ideológicas entre os grupos dominantes era marcante. As eleições representavam a vontade da maioria da população;

C) Ocorre a consolidação do deslocamento do eixo econômico das velhas regiões agrícolas do Centro-Sul para o Nordeste;



D) Em 1864, forças brasileiras invadiram o Uruguai com o objetivo de derrubar o presidente Atanásio Aguirre e substituí-lo por Venâncio Flores.

Comentários:

A Alternativa A) é incorreta, pois a disputa pelo poder realizada por conservadores e liberais era intensa e tinha impactos negativos para a política brasileira, pois gerava muita instabilidade. A saída encontrada pelo imperador foi promover uma política de revezamento em que conservadores e liberais alternavam-se na liderança do gabinete ministerial. Isso reduziu um pouco os conflitos. A distribuição do poder durante o Segundo Reinado acontecia de forma que o imperador tivesse amplos poderes na política. O imperador representava pessoalmente o Poder Moderador e estava à frente do Executivo. No Executivo também constava o Conselho de Estado. No caso do Legislativo, destacam-se os cargos de senador e deputado.

A Alternativa B) é incorreta, pois, por fim, da política brasileira, um último e importante destaque a ser mencionado é o que ficou conhecido como parlamentarismo às avessas. O Brasil funcionava como uma monarquia parlamentarista na qual o imperador interferia na política sempre que fosse necessário para garantir seus interesses. Assim, se fosse eleito um primeiro-ministro que não lhe agradasse, eleo destituía, e se a Câmara tomasse medidas que não lhe agradassem, ela era dissolvida. Apesar disso, uma crítica muito forte à atuação dos dois partidos e que já era realizada na época é a de que as divergências entre os liberais e conservadores eram quase inexistentes. Também se dizia, à época, que não havia nada mais parecido com um conservador do que um liberal no poder.

A Alternativa C) é incorreta, pois, em termos econômicos, o grande destaque vai para a economia cafeeira, que se consolidou durante o Segundo Reinado como o principal meio de produção da economia brasileira. As zonas produtoras de café do Brasil nesse período foram três: Vale do Paraíba (RJ/SP), Oeste Paulista (SP) e Zona da Mata (MG).

A Alternativa D) é correta, pois a Guerra do Uruguai, também referida como Guerra contra Aguirre, ocorreu de 10 de agosto de 1864 até 20 de fevereiro de 1865 e foi travada entre o governante Partido Blanco do Uruguai e uma aliança que consistia no Império do Brasil e o Partido Colorado. Desde a sua independência, o Uruguai tinha sido devastado por lutas constantes entre as facções colorada e branca, cada uma tentando conquistar e manter o poder. O líder colorado Venancio Flores lançou a Cruzada Libertadora em 1863, uma insurreição que visava derrubar Bernardo Berro, que presidia um governo de coalizão fusionista Colorado–Blanco. Flores foi ajudado pela Argentina, cujo presidente Bartolomé Mitre lhe forneceu suprimentos, voluntários argentinos e transporte fluvial para as tropas. Em abril de 1864, o Brasil enviou o ministro plenipotenciário José Antônio Saraiva para negociar com Atanasio Aguirre, que tinha sucedido Berro no Uruguai. Saraiva fez uma primeira tentativa de resolver a diferença entre blancos e colorados. Confrontado com a intransigência de Aguirre em relação às demandas de Flores, o diplomata brasileiro abandonou o esforço e ficou do lado dos colorados. Em 10 de agosto de 1864, depois que um ultimato brasileiro foi recusado, Saraiva declarou que os militares do Brasil começariam represálias severas. O Brasil se recusou a reconhecer um estado formal de guerra e, durante a maior parte de sua duração, o conflito armado uruguaio–brasileiro foi uma guerra não declarada.

(NEVES. 2020)



Gabarito: D

A respeito do Primeiro Reinado e do processo de independência do Brasil, julgue os itens seguintes.

5. (CEBRASPE – Pref. São Cristóvão-SE - Professor de EB - História / 2019)

A chamada Lei do Ventre Livre trouxe amplas mudanças nas relações entre senhores e pessoas escravizadas, como a criação do Fundo de Emancipação de Escravos, cujo objetivo era promover a alforria de escravos, com preferência para famílias, mulheres e crianças.

Comentário: A questão está verdadeira, posto que, a Lei do Ventre Livre foi promulgada em 28 de Setembro de 1871 e determinava que os filhos de escrava que teriam nascido depois dessa data seriam considerados homens livres, enquanto, o Fundo de Emancipação de Escravos, criado no mesmo ano, tinha como objetivo de angariar fundos para libertar o máximo de escravos possível.

Gabarito: Certo

Com relação aos movimentos sociais ocorridos no Brasil imperial, julgue os itens subsecutivos.

6. (CEBRASPE – Pref. São Cristóvão-SE - Professor de EB - História / 2019)

A abolição da escravatura foi resultado de campanha elitista concentrada em debates parlamentares e dirigida por políticos, como Joaquim Nabuco.

Comentário: A questão está inverídica, sendo que, a abolição da escravatura foi um dos acontecimentos mais marcantes da história do Brasil e determinou o fim da escravização dos negros no Brasil. A abolição do trabalho escravo ocorreu por meio da Lei Áurea, aprovada no dia 13 de maio de 1888 com a assinatura da regente do Brasil, a princesa Isabel. A abolição da escravatura foi a conclusão de uma campanha popular que pressionou o Império para que a instituição da escravidão fosse abolida de nosso país.

(SILVA)

Gabarito: Errado

7. (CEBRASPE – Pref. São Cristóvão-SE - Professor de EB - História / 2019)

A imposição do sistema métrico decimal, na segunda metade do século XIX, levou à ocorrência de diversas revoltas pelo Brasil imperial, as quais vieram a ser conhecidas como revoltas do quebra-quilos.

Comentário: A questão está adequada, porque, ficou conhecida pelo nome de Revolta do Quebra-Quilos o movimento popular iniciado na Paraíba, a 31 de outubro de 1874, e que se opunha às mudanças introduzidas pelos novos padrões de pesos e medidas do sistema internacional, recém introduzidas no Brasil. Praticamente sem uma unidade e sem liderança, a revolta logo se alastrou por outras vilas e povoados da Paraíba, estendendo-se a Pernambuco, Rio Grande do Norte e Alagoas.

(SANTIAGO)



Gabarito: Certo

8. (IBADE – SEE-Vitória-ES – Professor de História PEB III / 2019)

Leia o relato do naturalista Charles Darwin em sua passagem por terras brasileiras no século XIX:

“(…)É notório este lugar, pelo fato de ter sido, durante muito tempo, o quilombo de alguns escravos fugidos que, cultivando pequeno terreno próximo à vertente, conseguiram suprir-se do necessário sustento. Mas foram, um dia, descobertos e reconduzidos dali por uma escolta de soldados. Uma velha escrava, no entanto, preferindo a morte à vida miserável que vivia, lançou-se do alto do morro, indo despedaçar-se contra as pedras da base. Se se tratasse de alguma matrona romana, esse gesto seria interpretado como nobilitante amor à liberdade, mas, numa pobre negra, não passava de simples caturrice de bruto.”

(Darwin, 1871, p. 7).

A passagem acima indica que:

- A) o racismo é também um conjunto de disposições, esquemas de percepção e estratégias de ação – ou seja, um aspecto do habitus – que reforça e legitima a dominação racial.
- B) grupos que racializam outros de maneira negativa tendem a trair os ideais que formam o conjunto de heranças culturais ocidentais.
- C) os ideais ingleses de liberdade, apesar de difundir os ideais do anti-escravismo, foram incapazes de inibir a prática do tráfico negreiro e seus males.
- D) o habitus racial do grupo minoritário se reproduz pela internalização das divisões raciais do mundo social, o que implica na impossibilidade de mudanças e reformulações no processo de reprodução.
- E) podemos presumir que toda e qualquer desigualdade racial é consequência do racismo e a continuação de tais diferenças em longo prazo sugerem fortemente a operação de algum tipo de discriminação racial.

Comentários:

A Alternativa A) é correta, pois o Racismo consiste no preconceito e na discriminação com base em percepções sociais baseadas em diferenças biológicas entre os povos. Muitas vezes toma a forma de ações sociais, práticas ou crenças, ou sistemas políticos que consideram que diferentes raças devem ser classificadas como inerentemente superiores ou inferiores com base em características, habilidades ou qualidades comuns herdadas. Também pode afirmar que os membros de diferentes raças devem ser tratados de forma distinta. Entre as formas sobre como definir o racismo está a questão de se incluir formas de discriminação que não são intencionais, como as que fazem suposições sobre preferências ou habilidades dos outros com base em estereótipos raciais, ou formas simbólicas e/ou institucionalizadas de discriminação, como a circulação de estereótipos étnicos pela mídia. Também pode haver a inclusão de dinâmicas sociopolíticas de estratificação social que, por vezes, têm um componente racial.



A Alternativa B) é incorreta, pois uma interpretação do termo sustenta que o racismo é melhor entendido como "preconceito aliado ao poder", visto que sem o apoio de poderes políticos ou econômicos, o preconceito não seria capaz de manifestar-se como um fenômeno cultural, institucional ou social generalizado. Alguns críticos do termo afirmam que ele é aplicado diferencialmente, com foco em preconceitos que partem de brancos e de formas que definem meras observações de eventuais diferenças entre as raças como racismo.

A Alternativa C) é incorreta, pois nada se sabe sobre o aparecimento de um antiescravismo genuinamente brasileiro durante a segunda metade do século XVIII, período este das primeiras manifestações de condenação da escravidão principalmente na França, na Inglaterra e nos Estados Unidos. Isso não impede, no entanto, supor que se houve alguma manifestação contra a escravidão gerada internamente a sua difusão deve ter sido inexpressiva, pois, além das limitações impostas pela censura, a impressão tipográfica era proibida no Brasil; não bastassem estas restrições, Estado, Igreja e senhores estavam interessados em preservar a escravidão, e se empenhavam em bloquear a expressão de idéias que ameaçassem a ordem vigente.

A Alternativa D) é incorreta, pois o racismo aversivo é uma forma de racismo implícito, na qual as avaliações negativas inconscientes de uma pessoa de minorias raciais ou étnicas são realizadas por uma persistente evitação da interação com outros grupos raciais e étnicos. Ao contrário do racismo aberto e tradicional, que se caracteriza pelo ódio aberto e discriminação explícita contra as minorias raciais/étnicas, o racismo aversivo é caracterizado por expressões e atitudes mais complexas e ambivalentes. O termo foi cunhado por Joel Kovel para descrever os comportamentos raciais sutis de qualquer grupo étnico ou racial que racionalizem sua aversão a um grupo específico, apelando a regras ou estereótipos.

A Alternativa E) é incorreta, pois alguns estudiosos consideram que o racismo moderno é caracterizado por uma rejeição explícita de estereótipos, combinada à resistência à mudança de estruturas de discriminação por razões ostensivamente não-raciais, uma ideologia que considera a oportunidade em uma base puramente individual, negando a relevância da raça na determinação individual, oportunidades e a exibição de formas indiretas de micro-agressão contra e/ou evitar pessoas de outras raças.

(ROCHA. 2000)

Gabarito: A

9. (NUCEPE/UESPI – Pref. Teresina-PI - SEMEC - Professor 2º Ciclo - História / 2019)

Sentimento capaz de explicar comportamentos coletivos, o medo de revoltas marcou a primeira metade do século XIX. O acúmulo de frustrações com a emancipação criou uma reação no corpo social. Miséria, fome, fisco, falta de liberdade, concorrência com os “alfacinhas”, tudo se misturou num caldeirão de sangue e fogo, e, entre a abdicação de d. Pedro I e a maioria de d. Pedro II, conflitos violentos sacudiram o país.

(DEL PRIORE, Mary. Histórias da gente do Brasil: Império. São Paulo: LEYA, 2018, p.27)

Entre os conflitos ocorridos no intervalo de tempo mencionado no texto, merecem destaque



A) a Cabanagem (1835-1840), ocorrida na Bahia e que tinha como principal objetivo a conquista da independência da província, e a Balaiada (1838-1841) ocorrida no Maranhão, motivada, entre outros fatores, pela insatisfação popular diante dos desmandos políticos dos grandes fazendeiros da região.

B) a Guerra dos Farrapos (1835-1845), ocorrida no Rio Grande do Sul e motivada pela reação de pequenos fazendeiros à política fiscal do governo imperial, e a Cabanada (1832-1835), ocorrida no Pará, que tinha como objetivo principal a conquista da independência do Grão-Pará.

C) a Balaiada (1838-1841), ocorrida no Maranhão e motivada pelos conflitos entre as facções dos Cabanos e dos Bem te vis, grupos que desconsideravam os problemas das camadas populares, e a Sabinada (1837-1838), ocorrida na Província da Bahia e motivada pela revolta de populares contra o recrutamento obrigatório.

D) a Guerra dos Farrapos (1835-1848), ocorrida no Rio Grande do Sul e motivada pela insatisfação dos grandes proprietários rurais com a abdicação de D. Pedro I, e a Balaiada (1838-1841), ocorrida no Maranhão e que tinha como principal finalidade a independência da Província do Grão-Pará e Maranhão.

E) a Cabanada (1832-1835), ocorrida no Pará e motivada pela insatisfação dos grandes proprietários de terras com a cobrança de altos impostos sobre o comércio do algodão, e a Guerra dos Farrapos, ocorrida no Rio Grande do Sul (1835-1848) e liderada por monarquistas contra o movimento republicano local.

Comentários:

A alternativa A é incorreta, pois a Cabanagem (1835-1840) não ocorreu na Bahia, mas sim na província do Grão-Pará.

A alternativa B também é incorreta, pois a Cabanada (1832-1835), não ocorreu no Pará, mas sim no interior de Pernambuco, seguindo também para Alagoas.

A alternativa C é a resposta certa, pois de fato a Balaiada (1838-1841) ocorreu no Maranhão e foi motivada pelos conflitos entre as facções dos Cabanos e dos Bem-te-vis, grupos que desconsideravam os problemas das camadas populares. E a Sabinada (1837-1838) de fato ocorreu na Província da Bahia e foi motivada pela revolta de populares contra o recrutamento obrigatório.

A alternativa D é incorreta, pois a Guerra dos Farrapos (1835-1848), foi motivada, na verdade, pelo fato de os gaúchos, que já andavam insatisfeitos com os altos impostos cobrados sobre os produtos rio-grandenses, como charque, erva mate, couro, sebo e graxa, não foram simpatizantes à Regência, chegando a proclamar uma República na região. E a Balaiada não teve como principal finalidade a independência do território referido, mas sim, a luta contra a repressão feita contra as camadas populares.

A alternativa E também está incorreta, pois, a Guerra dos Farrapos não foi liderada por monarquistas, mas sim por republicanos que procuram realizar a independência do território sulista.



(SOUSA)

Gabarito: C

10. (NUCEPE/UESPI – Prof. Teresina-PI - SEMEC - Professor 2º Ciclo - História / 2019)

Quadro 1: Distribuição étnica no Brasil (século XVI – XIX)

Etnias – cores/tempo histórico e porcentagem	1538-1600	1601-1700	1701-1800	1801-1850	1851-1890
Africanos	20	30	20	12	2
Negros brasileiros	-	20	21	19	13
Mulatos	-	10	19	34	42
Branco brasileiros	-	5	10	17	24
Europeus	30	25	22	14	17
Índios integrados	50	10	8	4	2

Fonte: MUSSA, Alberto Baeta Neves. *O papel das línguas africanas na história do português do Brasil*. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1991, p.163.

A análise do quadro da distribuição étnica no Brasil Imperial, demonstra que

- A) a população de africanos, negros brasileiros e índios integrados diminuiu no período do Império, enquanto o número de mulatos e brancos brasileiros aumentou.
- B) não ocorreram alterações, em porcentagem, das populações étnicas, no período do Império.
- C) a presença da etnia negra no Brasil do século XIX permaneceu inalterada, evidenciando a pouca eficácia das leis abolicionistas do período.
- D) no Império predominaram os grupos étnicos europeus e negros africanos, na composição da população brasileira.
- E) as populações de brancos brasileiros e de índios integrados mantiveram-se sem alterações durante o Império.

Comentários:

A alternativa A está correta, de modo que é evidente no quadro que a população de africanos, negros brasileiros e índios integrados diminuiu no período do Império, enquanto o número de mulatos e brancos brasileiros aumentou.

A alternativa B está incorreta, de tal modo que, em todas etnias a porcentagem sofreu alterações.

A alternativa C está incorreta, sendo que, mesmo com as leis abolicionistas do período, o processo abolicionista só foi verdadeiramente eficaz no ano de 1888.

A alternativa D está incorreta, porque, as etnias que predominaram na composição da população brasileira no Império foram os mulatos e os brancos brasileiros.

A alternativa E também é incorreta, visto que, ambas essas etnias sofreram alterações durante o Império.

Gabarito: A



11. (NUCEPE/UESPI – Pref. Teresina-PI - SEMEC - Professor 2º Ciclo - História / 2019)

Foi só com a proximidade do fim da escravidão e da própria monarquia que a questão racial passou para a agenda do dia. Até então, enquanto “propriedade”, o escravo era por definição “o não-cidadão”. No Brasil, é, portanto, com entrada das teorias raciais que as desigualdades sociais se transformam em matéria da natureza.

(SCHWARCZ, Lilian Moritz. Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade. In.: SCHWARCZ, Lilian. História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.186)

A discussão sobre a “questão racial” no Brasil, após abolição da escravidão, revestiu-se

A) de uma releitura particular das teorias raciais, na medida em que a posição assumida por especialistas encaminhou-se para a restrição à imigração sob o argumento de preservação das características originais do povo brasileiro.

B) de um simultâneo processo de absorção da ideia de que as raças significavam essências e da negação da noção de que a mestiçagem levava sempre à degeneração dos indivíduos constituintes da nação.

C) de uma integração entre modelos evolucionistas, crentes na evolução da humanidade em etapas definidas, e um posicionamento de radical negação do darwinismo social, que negava um futuro na miscigenação racial.

D) de um posicionamento hegemônico no qual se negou uma avaliação positiva do processo de miscigenação racial, ainda que para promover a defesa de um gradual processo de “branqueamento” da população.

E) da crença de que o futuro brasileiro conduziria, inevitavelmente, a uma nação branca, além da definição dos grupos raciais pelo seu genótipo, o que possibilitava pensar cada indivíduo como pertencente a uma determinada coletividade racial.

Comentários:

A alternativa A é incorreta, posto que, a posição assumida por especialistas foi a de aumentar a imigração de indivíduos europeus para auxiliar no processo de “embranqueamento” da população.

A alternativa B está correta, visto que a concepção de que raça e essência eram sinônimos era uma teoria vigente em boa parte do ocidente na passagem do XIX para o XX. A intelectualidade brasileira, por seu turno, precisava de uma saída, a qual encontrou na valorização da mestiçagem. O povo brasileiro foi desenhado através da pena dos intelectuais sob o signo da mistura de raças. O próprio Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, mesmo antes da abolição, já patrocinava esta ideia, mas tendo o elemento branco como o condutor deste processo. As Teorias Raciais baseavam-se em falsos pressupostos científicos, onde a ideia errônea de raça superior e inferior prevalecia. Dentro deste contexto os negros eram tratados como atrasado, em termos civilizatórios. Essas pesquisas iniciaram no Brasil durante o século XIX, influenciados por estudos Europeus e Estadunidenses sobre o tema. No nosso país, Nina Rodrigues era um dos principais divulgadores das Teorias Raciais que traziam estas para o debate as tentativas de



“embranquecimento” de nossa população onde a meta era miscigenar a população brasileira com emigrantes vindos da Europa. À medida que chegavam indivíduos dos países europeus, para trabalho no campo e nas cidades, a população negra padecia por falta de trabalho e com o alto grau de marginalização proporcionada pela falta de oportunidades.

A alternativa C é incorreta, de tal modo que, não ocorria uma radical negação do darwinismo social, visto que, existia a crença de um futuro brasileiro no qual havia sido tomada por um processo de “embranquecimento” da população.

A alternativa D está incorreta, porque, com fim do regime escravista no Brasil, vamos observar que dentro da Sociedade havia uma espécie de manutenção do status de raça, motivada pelas Teorias Raciais, pelo projeto de “embranquecimento” e pela falta de oportunidade para a população negra.

A alternativa E também é incorreta, sendo que, não existia necessariamente uma crença, mas sim, a defesa da elaboração de um processo de “embranquecimento” da população.

(SILVA, 2012)

Gabarito: B

12. (Pref. do Rio de Janeiro - SME-RJ - Professor de Ensino Fundamental – História / 2019)

“Dois fortes paradigmas impregnam há décadas as histórias gerais da escravidão no Brasil. Em poucas palavras, trata-se da gradualidade da abolição e da pressão inglesa como fator determinante para que o tráfico de africanos chegasse ao fim.”

RODRIGUES, Jaime. “O fim do tráfico transatlântico de escravos para o Brasil: paradigmas em questão.” In: GRINBERG, Keila; SALES, Ricardo (Orgs.) O Brasil Imperial. Volume !! - 1831-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

Segundo o autor do fragmento, o sucesso da lei de 1850 (Eusébio de Queirós), em relação à lei de 1831, ambas proibitivas de tráfico de escravizados, relaciona-se a diversos fatores, entre os quais **NÃO** se inclui o seguinte:

A) a separação entre os interesses senhoriais e os do traficante, do ponto de vista legal e moral, propiciando o apoio relativo dos senhores dos escravizados das províncias à nova lei, já que esta os excluía de qualquer implicação penal.

B) a pressão que os ingleses exerciam no império do Brasil, sobretudo após a *bill* Aberdeen (1845) que julgava os traficantes de escravizados como piratas nos tribunais brasileiros, onde quer que fossem capturados.

C) a manutenção do direito sobre as propriedades escravas anteriores à nova lei e a brandura com que a polícia e o judiciário tratavam os senhores que compravam escravizados contrabandeados.

D) a luta dos abolicionistas que encontrava no imperador dom Pedro II forte colaborador, sendo relevante para a decisão final acerca da nova lei de 1850 fosse feita em sessão pública.

Comentários:



A Alternativa A) não é a resposta correta, pois com aproximadamente 500% de lucro, o tráfico de escravos foi tão conveniente quanto atroz na época. Por isso, não havia problemas com a média de 25% dos escravizados que morriam no trajeto por causa das más condições dos navios. Partindo desse ponto de vista, a Lei Eusébio de Queiroz chegou a incentivar a continuação do tráfico, por ter resultado no aumento do preço da mercadoria humana, e, portanto, dos benefícios monetários dos traficantes brasileiros e portugueses que, durante alguns anos, ainda tiveram na ausência da proibição, a garantia da continuidade de seus "investimentos".

A Alternativa B) não é a resposta correta, pois o Bill Aberdeen foi uma lei inglesa aprovada em 1845, que concedia direitos à Marinha Real britânica de atuar de maneira rígida contra o tráfico negreiro, que trazia milhares de africanos para o Brasil anualmente. Essa medida drástica foi tomada pela Inglaterra por conta da falta de iniciativas do governo brasileiro em pôr fim ao tráfico de escravos. A questão do fim do tráfico negreiro foi um assunto de grande relevância tanto para Portugal quanto para o Brasil e desde o começo do século XIX, a Inglaterra esteve atuando diplomaticamente para obter dos dois países garantias de que o tráfico ultramarino de escravos teria fim. O primeiro acordo nesse sentido deu-se em 1810, com o Tratado de Amizade e Aliança com a Grã-Bretanha.

A Alternativa C) não é a resposta correta, pois durante a gestão de Eusébio, vários desembarques clandestinos de africanos ocorreram no litoral do Rio de Janeiro. Sem qualquer disfarce, o próprio Ministro admitia a entrada na capital do Império de mais de 90 navios vindos da costa africana, apenas no ano de 1837. Entre 1850 e 1856, ano da última apreensão de que se tem registro, ainda entraram no país cerca de 38 mil africanos. Muitos fazendeiros brasileiros, especialmente do norte, tinham hipotecado suas terras a fim de saldar dívidas com os traficantes de escravos e vários eram portugueses. Assim, corria-se o risco das terras passarem novamente para as mãos de portugueses. Dias depois, em 18 de setembro de 1850, o Senado aprova a Lei de Terras. Esta garantia a propriedade a quem tivesse um título registrado em cartório, ou seja, para aqueles que pudessem comprá-la. Assim, os fazendeiros poderiam perder um bem móvel (os escravos), mas tinham garantido os seus bens imóveis (as terras). Igualmente, o preço do escravo subiu e aumentou-se o tráfico interno.

A Alternativa D) é a resposta certa, pois a Lei Eusébio de Queirós (Lei nº 581), promulgada dia 4 de setembro de 1850, visava a proibição do tráfico de escravos. A lei foi elaborada pelo político brasileiro Eusébio de Queirós Coutinho Matoso da Câmara (1812-1868), durante o Segundo Reinado. O Partido Conservador, a partir de aproximadamente 1831, passou a defender no Poder Legislativo, o fim do tráfico negreiro. À frente dessa defesa esteve Eusébio de Queirós, Ministro da Justiça, que já havia exercido o cargo de chefe de polícia da Corte. Ele insistiu na razão do país tomar por si só a decisão de colocar fim ao tráfico, preservando a imagem de nação soberana. Medidas mais árduas contra o comércio de pessoas pelo Atlântico foram escritas. A partir desta medida os gastos excedentes passaram a ser utilizadas em infra-estrutura. Assim foram construídas as primeiras linhas telegráficas e de navegação, as primeiras estradas de ferro. A iluminação a gás chegou às cidades, e o número de colégios passou a se expandir.

(BEZERRA, 2020; NEVES, 2020)

Gabarito: D



13. (VUNESP - PM-SP - Aluno Oficial / 2019)

Mesmo depois de inaugurado o regime republicano, nunca, talvez, fomos envolvidos, em tão breve período, por uma febre tão intensa de reformas como a que se registrou precisamente nos meados do século [XIX] e especialmente nos anos de 51 a 55. Assim é que em 1851 tinha início o movimento de constituição das sociedades anônimas; na mesma data funda-se o segundo Banco do Brasil [...]; em 1852, inaugura-se a primeira linha telegráfica na cidade do Rio de Janeiro. [...] Em 1854 abre-se ao tráfego a primeira linha de estradas de ferro do país.

(Sérgio Buarque de Holanda. Raízes do Brasil, 1995)

Pode-se explicar essa intensificação das atividades econômicas do período pela:

- A) política de emissão de papel-moeda concedida pelo governo às instituições financeiras estatais.
- B) expansão do mercado consumidor interno com a adoção progressiva do trabalho assalariado.
- C) disponibilidade de capitais para novos investimentos devido à abolição do tráfico internacional de escravos.
- D) suspensão das dívidas dos fazendeiros com os fornecedores internacionais de implementos agrícolas.
- E) abolição da mão de obra escrava acompanhada de indenizações estatais às empresas escravistas.

Comentários

O historiador brasileiro Sérgio Buarque de Holanda, em um de seus mais importantes livros, “Raízes do Brasil”, apresenta-nos a situação do Brasil no que diz respeito à **intensificação** das atividades econômicas no país, no presente caso, na década de 1850. Ele nos traz exemplos contundentes sobre tal desenvolvimento, como a constituição de sociedades anônimas, a fundação do segundo Banco do Brasil, de uma linha telegráfica no Rio de Janeiro e da abertura da primeira linha de estradas de ferro no Brasil.

Diante de tal situação, podemos compreender que ela é fruto do investimento de capital em um processo de **modernização** do Brasil, resultado direto da aprovação da lei número 581, de 4 de setembro de 1850, também conhecida como **Lei Eusébio de Queirós**, responsável por estabelecer uma série de medidas para a repressão ao tráfico de africanos no Império. Sua promulgação é fruto, sobretudo, das pressões britânicas sobre o governo brasileiro para a extinção da escravidão no país. Para compreendermos melhor a situação, é fundamental que analisemos o contexto pelo qual o país vivia antes da lei de 1850.

No ano de 1822, o Brasil se tornou independente em relação à Portugal, sendo que os acordos que previam o fim do tráfico negreiro (de 1815 e 1817, assinados entre Jorge IV, da Inglaterra, e D. João VI, do Brasil) perderam a validade. Contudo, uma das exigências da Inglaterra para o reconhecimento da independência brasileira foi a proibição da importação de escravos ao Brasil.



Assinado em 1826, o tratado proibiu o tráfico e manteve as **comissões mistas** (Deputados e Senadores atuando em conjunto), sendo ratificado em 13 de março de 1827, e estabeleceu o prazo de três anos para que as determinações fossem cumpridas.

No dia 7 de novembro de 1831 (regulamentada pelo decreto de 12 de abril de 1832), foi promulgada no Brasil a lei que deu amplos poderes às autoridades judiciais para reprimirem a entrada de africanos e declarou **livre** todos os escravos que entrassem no território brasileiro.

A situação do tráfico, porém, não foi encerrada, pelo contrário, ele acabou aumentando em decorrência da baixa no preço dos negros e pela demanda das grandes lavouras cafeeiras. Associado a isso, as autoridades brasileiras não se esforçaram para reprimir a prática da vinda de escravos ilegalmente, dado o seu interesse econômico e à mão de obra mais barata. Com isso, a lei de 1831 ficou conhecida como “**lei para inglês ver**”, porque, a despeito de ter sido aprovada, não havia a proibição efetiva do tráfico negroiro.

Foi somente a partir de 1850, com a Lei Eusébio de Queiroz, que o investimento no tráfico deixou de ser a prioridade, e o capital que era investido em tal comércio passou a ser direcionado para outros setores, responsáveis pela **modernização** do país. Ao longo da década de 1870 teve início o processo de **imigração de europeus** para o Brasil, sendo que grande parte deles veio da Itália, Espanha, Portugal e Alemanha, fundamentais para o desenvolvimento do mercado interno brasileiro.

Vale ressaltar, também, que o fim da escravidão aconteceu de forma muito lenta e gradual, tendo sido alcançado somente em 1888, com a promulgação da chamada **Lei Áurea**, que declarava extinta a escravidão. Ela ocorreu, portanto, depois do período abrangido por Sérgio Buarque na questão.

(Fonte: <http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/288-lei-euzebio-de-queiroz>;
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM3353.htm).

Gabarito: C

14. (VUNESP - PM-SP - Oficial / 2018)

De 1854 a 1858, foram construídas as primeiras linhas telegráficas e de navegação e as primeiras estradas de ferro, a iluminação a gás chegou às cidades, e o número de escolas e de estabelecimentos de instrução começou a crescer. A urbanização da capital passava por uma revolução. Nos locais de maior acesso foram sendo edificadas palácios, jardins públicos e amplas avenidas. Ao longo do século XIX, a corte obteve, ainda, outras melhorias: arborização, calçamento com paralelepípedo, iluminação a gás, bondes puxados a burro, rede de esgoto e abastecimento domiciliar de água.

(Lilia M. Schwarcz; Heloisa M. Starling. Brasil: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. Adaptado).

A partir do trecho, é correto afirmar que uma das principais características do Brasil no século XIX era:

- A) a oposição entre uma economia rural, desconectada das economias centrais do capitalismo, e o processo de modernização dos centros urbanos.
- B) a concentração de recursos em cidades escravistas, como São Paulo e Porto Alegre, em oposição à carência material de cidades como Rio de Janeiro e Salvador.



- C) o contraste entre as pretensões civilizadoras da corte e a violência da escravidão somada à alta densidade de negros escravizados nas principais cidades.
- D) a facilidade de integração territorial, em termos de transporte e comunicação, em um país de dimensões continentais densamente povoado.
- E) o complexo processo de reurbanização e modernização que atingiu igualmente todo o território nacional.

Comentários

O excerto trazido nos apresenta uma das principais características do Brasil oitocentista, o qual procurava estabelecer um projeto de **modernização** e **civilização** das principais cidades brasileiras, no que diz respeito à comunicação, iluminação, meios de transporte e crescimento dos estabelecimentos de ensino, rede de abastecimento domiciliar de água, dentre outros fatores.

Em oposição a este projeto estabelecido pela Corte Portuguesa, contudo, um aspecto negativo desta mesma sociedade esteve amplamente inserido no período: a **escravidão e a violência contra os negros** nas principais cidades, sobretudo o Rio de Janeiro e Salvador.

É preciso ressaltar, dessa forma, que o processo de modernização do Brasil, empreendido desde o século XIX, esbarrava em problemas sociais amplamente prejudiciais, uma vez que a ideia de progresso e modernidade eram contrariadas pela existência e permanência de inúmeras casas com o sistema escravista vigente, misturando-se os ideais de “avanço” e “retrocesso” em uma mesma parcela da sociedade.

Gabarito: C

15. (VUNESP - PM-SP - Oficial / 2016)

Observe a imagem



A arquitetura da Estação da Luz e o contexto em que foi construída permitem que se estabeleça uma relação entre:

- A) a produção de cana-de-açúcar no interior de São Paulo e a necessidade de abastecer os engenhos com mão de obra negra escravizada, transportada em trens de origem suíça, o que influenciou o estilo da construção da estação.

- B) a expansão da lavoura cafeeira em direção ao interior de São Paulo e a exportação de capital e tecnologia ingleses para o Brasil entre os séculos XIX e XX, simbolizados na arquitetura da estação.
- C) a industrialização precoce do Oeste paulista e a chegada de imigrantes para trabalharem nas fábricas de Campinas e arredores, o que levou à construção da estação de estilo francês para transportá-los do porto ao interior.
- D) o projeto das elites da República de interiorização do povoamento, o que levou à construção da ferrovia, e a influência cultural italiana devido ao alto número de imigrantes, refletida na arquitetura da estação.
- E) a crescente influência norte-americana no Brasil a partir do início do século XX, evidente na construção da estação, e a importação da tecnologia ferroviária que o Brasil até então desconhecia, aprofundando os laços econômicos entre os dois países.

Comentários

A estação da Luz, localizada na cidade de São Paulo, é um marco da expansão cafeeira paulista entre os séculos XIX e XX. No ano de 1867 foi construída a primeira estrada de ferro que ligaria o município de Santos a Jundiaí, além de uma ligação com a capital paulista (São Paulo) e cidades próximas.

Tal estrada facilitaria a exportação do café para países da Europa e para os Estados Unidos. Foi a responsável, também, pelo escoamento do café produzido no Oeste paulista até o Porto de Santos.

Construída pela companhia **inglesa** “São Paulo Railway”, foi idealizada sob a estética vitoriana, sendo que o Barão de Mauá foi o responsável por angariar a tecnologia e o capital vindos da Inglaterra para o Brasil, contribuindo significativamente para o desenvolvimento econômico brasileiro a partir da exportação cafeeira.

Gabarito: B

16. (VUNESP - PM-SP - Oficial / 2015)

A Estrada de Ferro São Paulo Railway pôs fim ao isolamento do planalto paulista, rompendo as dificuldades de transpor a grande inclinação da Serra do Mar, facilitando o transporte de mercadorias e o contato cultural e comercial com a Europa por meio do Porto de Santos.

(Silvia Helena Passarelli, Vitrines da cidade. Disponível em: <http://goo.gl/4bNKs8>. Adaptado).

Um dos objetivos centrais da construção da estrada de ferro discutida no trecho foi:

- A) estimular o desenvolvimento da indústria paulista, que estaria mais próxima da exportação de seus produtos pelo porto.
- B) tornar viável a importação de mercadorias por São Paulo, que até então só recebia produtos importados que entrassem no país pelo Rio de Janeiro.
- C) facilitar o transporte do café do Vale do Paraíba para o porto de Santos, de onde seria exportado para a Europa.



D) garantir aos trabalhadores imigrantes vindos da Europa que tivessem acesso livre e direto às fazendas de café do interior e às fábricas da capital.

E) escoar o café produzido na região do então chamado “Oeste paulista”, para onde a cafeicultura tinha se expandido recentemente.

Comentários

Os séculos XIX e XX brasileiros presenciaram o crescimento de uma atividade econômica extremamente vantajosa para a época, sobretudo em decorrência dos reflexos do processo de Revolução Industrial na Europa e que, conseqüentemente, incentivaram o desenvolvimento econômico no Brasil.

Neste cenário, a inserção da **atividade cafeeira** no Brasil obteve grande sucesso, sobretudo na década de 1870, quando a economia paulista experimentava um desenvolvimento com proporções nunca antes vistas. Assim, o café, em sua expansão para o **Oeste paulista**, transpôs Campinas e alcançou Ribeirão Preto e Jaú.

O texto supracitado diz respeito à construção da Estrada de Ferro **São Paulo Railway**, a qual ligava o município de Santos a Jundiá, tendo como ponto de passagem a cidade de São Paulo. Cruzava as cidades de Cubatão, Santo André (Paranapiacaba), Rio Grande da Serra, Ribeirão Pires, Mauá, novamente Santo André (área central) e São Caetano do Sul até chegar à capital paulista. Foi a responsável por **escoar** o café produzido no Oeste paulista até o Porto de Santos, o qual exportaria o produto para a Europa e EUA.

Gabarito: E

17. (VUNESP - PM-SP - Oficial / 2014)

Na noite do dia 24 para 25 de janeiro de 1835, um grupo de africanos escravos e libertos ocupou as ruas de Salvador, Bahia, e durante mais de três horas enfrentou soldados e civis armados. Os organizadores do levante eram malês, termo pelo qual eram conhecidos na Bahia da época os africanos muçulmanos. Embora durasse pouco tempo, apenas algumas horas, foi o levante de escravos urbanos mais sério ocorrido nas Américas e teve efeitos duradouros para o conjunto do Brasil escravista.

(REIS, João José. *Rebelião Escrava no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003).

O episódio descrito no trecho contribuiu para

A) a longa duração do tráfico negreiro, pois, diante do crescente conflito social, os defensores do escravismo reconheceram que era necessário trazer mais escravos para o Brasil.

B) a abolição da escravidão poucos anos depois, pois os grandes proprietários sentiram-se ameaçados e inseguros e perceberam a necessidade de adotar o trabalho livre.

C) a intensificação das tensões no interior da elite de grandes proprietários no contexto da Regência, incomodados com as diversas revoltas que explodiram à época.



D) o aprofundamento da crise que levou à renúncia de Dom Pedro I, considerado um monarca politicamente inábil e incapaz de manter a imensa população de escravos sob controle.

E) a crise política que levou ao Golpe da República e ao início da Primeira República, devido ao descontentamento dos grandes proprietários com a gestão liberal do período regencial.

Comentários

A Revolta dos Malês, ocorrida em 1835, teve um caráter **religioso**, uma vez que os escravos de origem **muçulmana** eram obrigados a participar de missas católicas e eram proibidos de praticar rituais ligados ao islamismo.

Durante o Período Regencial (1831-1840), houve uma série de revoltas que buscavam, dentre outros aspectos, alterar o sistema político e econômico vigente (que era baseado na **mão de obra escrava**), tais como a Cabanagem (1835), a Farroupilha (1835), a Sabinada (1837), Balaiada (1838) e a própria Revolta dos Malês, de 1835.

A tensão nas elites aumentou substancialmente com as diversas revoltas regenciais, sendo que o exército e o governo português procuraram inibi-las, em boa parte dos casos, de forma violenta.

Gabarito: C

18. (VUNESP - PM-SP - Oficial / 2011)

[Foi] uma das revoltas que evidenciaram, no período regencial, as crises que marcaram a organização do país independente, mobilizando a província do Rio Grande de São Pedro e alcançando Santa Catarina, entre 1835 e 1845. (...) À diferença da repressão da maioria das rebeliões do período regencial, nas quais a participação popular e dos grupos médios urbanos foi expressiva, o governo imperial assumiu, nesse caso, postura que aliou negociação e repressão.

(Ronaldo Vainfas (org). Dicionário do Brasil Imperial, 2002.)

O fragmento apresenta a

- A) Confederação do Equador.
- B) Farroupilha.
- C) Sabinada.
- D) Balaiada.
- E) Revolta dos Malês.

Comentários

A revolta a que o texto se refere é a **Revolução Farroupilha**, ocorrida no período regencial brasileiro, entre os anos de 1835 e 1845, na atual região do Rio Grande do Sul. Ocorreu em



decorrência da cobrança, por parte dos portugueses, de impostos sobre os produtos rio-grandenses, como o mate, o couro e, sobretudo, o **charque** (carne bovina).

Com a baixa nos impostos do charque estrangeiro para a importação ao Brasil, sobretudo vindo do **Paraguai**, a elite rio-grandense, que já se encontrava insatisfeita, passou a se unir contra o Império.

Em 1835, portanto, teve início a Farroupilha, que uniu negociações e conflitos armados entre os defensores do Império e os que defendiam a proclamação da República. Dentre os grandes nomes da liderança farroupilha, temos o brasileiro Bento Gonçalves e o italiano **Giuseppe Garibaldi**, este último tendo aderido ao movimento ao entrar em contato com o brasileiro.

Gabarito: B

19. (UECE-CEV - 2018 - SEDUC-CE - Professor)

Leia atentamente os seguintes excertos:

“A Lei de terras decretada no Brasil em 1850 proibia a aquisição de terras públicas através de qualquer outro meio que não fosse a compra, colocando um fim às formas tradicionais de adquirir terras mediante posse e mediante doações da Coroa”;

COSTA, Emília Viotti da. Da monarquia à República: momentos decisivos, 7. ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999, p.171.

“Abolido o trabalho escravo, praticamente em nenhuma parte houve modificações de real significação na forma de organização da produção e mesmo na distribuição da renda”.

FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1967, p. 149.

Relacionando-se os excertos acima aos resultados do processo de abolição da escravatura no Brasil, pode-se afirmar com precisão que

A) ainda hoje há um descaso em relação à inserção da população afrodescendente na sociedade: prova disso é a total ausência de proteção legal às terras de comunidades quilombolas.

B) apesar de a Lei de Terras impedir o acesso às mesmas através da posse, os libertos brasileiros foram inseridos nas atividades urbanas ligadas ao comércio e à incipiente indústria nacional.

C) a plena inserção dos ex-escravos na sociedade brasileira só foi possível com a proclamação da República em 1889, que rompeu os últimos traços de discriminação em relação à população afrodescendente.

D) mesmo com o fim da escravidão não houve grandes alterações na produção nem na distribuição de renda, pois aos escravos foi negado, inclusive, a propriedade de minifúndio através da posse ou doação.

Comentários



A alternativa A é incorreta, uma vez que através do Decreto nº 4.887 de 20 de novembro de 2003 é feito o procedimento de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos.

A alternativa B é falsa, porque o fim da escravidão levou os ex-escravos a uma condição de extrema miséria, pois foram poucos que se dispuseram a empregá-los, preferindo a mão-de-obra branca do que a negra. Muitos ex-escravos que moravam nas fazendas foram parar nas cidades, mas lá a situação foi a mesma ou pior, pois nas cidades não tinham como plantar ou colher para sobreviver. Vale dizer que foi neste contexto, portanto, que surgiram as primeiras favelas.

A alternativa C também é falsa, pois a República brasileira logo em seu surgimento foi excludente, principalmente em relação à cidadania. O plano mais expressivo dessa exclusão foi expresso na própria Constituição Republicana de 1891, no que diz respeito ao direito ao voto, que era universal e não-secreto para homens acima de 21 anos e vetado a mulheres, analfabetos, soldados e religiosos. Ora, o fato é que a grande maioria dos escravos eram analfabetos e, portanto, estavam excluídos do direito ao voto.

A alternativa D é a resposta certa, pois a abolição da escravatura não foi acompanhada de uma política de inclusão social, como a concessão de terras. Sem receber qualquer tipo de indenização, a maioria dos ex-escravos permaneceu por um longo período à margem da sociedade.

(CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2005; SANTOS, 2016; VAZ, 2013).

Gabarito: D

20. (UECE-CEV - 2018 - SEDUC-CE - Professor)

Quanto ao quadro econômico, político e social do Segundo Reinado é correto afirmar que

- A) por se tratar de um país essencialmente rural, não havia nenhum movimento de cunho sindical no Brasil até 1930, quando surgem as primeiras organizações de trabalhadores.
- B) a insatisfação da oficialidade do exército com o governo, o movimento abolicionista após a guerra do Paraguai e a criação do partido republicano, em 1870, são causas da queda da monarquia.
- C) apesar da herança patriarcal, este reinado trouxe consigo a cidadania plena para as mulheres, estabelecida, com o direito de voto, desde o período regencial com o Ato Adicional de 1834.
- D) ocorrida em São Paulo, a Semana de Arte Moderna de 1922 redefiniu os padrões estéticos em diversas modalidades artísticas e buscou renovar o estagnado ambiente artístico e cultural.

Comentários

A alternativa A é falsa, pois os movimentos operários no Brasil tiveram seu início ainda na República Velha (1889-1930). Vale lembrar que em 1900, 92% dos operários de São Paulo eram imigrantes e trabalhavam em condições duríssimas: dezesseis horas de trabalho por dia, seis a sete dias de trabalho por semana, sem descanso. Para reverter essa situação, os trabalhadores



começaram a se organizar em Ligas Operárias e a promover greves exigindo direitos trabalhistas. Em 1907, a cidade de São Paulo foi paralisada por uma greve geral que reivindicava jornada de oito horas e aumento de salários.

A alternativa B está correta. Foi em 1870 que dissidentes do Partido Liberal publicaram, no Rio de Janeiro, o *Manifesto Republicano*, criticando o imperador. O texto também chamava a atenção para o fato de o Brasil ser a única Monarquia da América. Três anos depois, um grupo de fazendeiros e políticos paulistas reuniram-se em Itu para organizar o movimento republicano, criando o Partido Republicano Paulista. Além disso, a Monarquia envolveu-se, entre 1883 e 1887, em uma série de conflitos com o Exército, gerando uma crise política que acabou por fortalecer o movimento republicano. Os ideais republicanos haviam se disseminado entre os militares, influenciados pelo positivismo e fortalecidos desde a Guerra do Paraguai.

A alternativa C é falsa, pois foi apenas com a Constituição de 1934 que no Brasil as mulheres passaram a ter direito ao voto. Além disso, a reforma que o Ato Adicional de 1834 estipulou foi a extinção da Regência Trina e a escolha de apenas um representante para ocupar o cargo regencial.

A alternativa D é falsa, pois a Semana de Arte Moderna de São Paulo ocorreu em 1922 e não em 1822. Inclusive, o ano em que ocorreu a Semana de Arte Moderna foi comemorativo do centenário da Independência do Brasil, ao passo que de fato o movimento redefiniu os padrões estéticos em diversas modalidades artísticas e buscou renovar o estagnado ambiente artístico e cultural.

(CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2005; VAZ, 2013; SOUSA, 2019).

Gabarito: B

21. (FCC - 2018 - Câmara Legislativa do Distrito Federal - Consultor Legislativo)

Segundo os historiadores, um dos fatos que impactou o processo de abolição de escravatura no Brasil foi o Bill Aberdeen, que correspondeu

- A) ao documento aprovado pelo Parlamento Inglês em 1845 que declarava lícito deter e capturar navios que traficassem escravos africanos.
- B) ao acordo firmado entre Portugal e Inglaterra em 1864 para pôr fim à escravidão nas colônias portuguesas no prazo de dez anos.
- C) ao conjunto de regras que previram o fim paulatino da escravidão nos Estados Unidos da América como resultado do acordo de paz que pôs fim à guerra de Secessão.
- D) ao tratado firmado entre quatro países europeus no ano de 1870 dando liberdade aos filhos de escravos nascidos a partir de então, nas suas colônias.
- E) à primeira declaração internacional, de 1855, que reconhecia o direito de liberdade como direito universal, extensivo a todas as pessoas integrantes de todos os povos inclusive escravos.

Comentários

A alternativa A é a resposta certa. Bill Aberdeen refere-se a uma lei aprovada pelo parlamento britânico em março de 1845 e que concedia ao Almirantado Inglês o direito de aprisionar navios negreiros (navios que transportavam escravos capturados no continente africano), que realizassem



o transporte de cativos da África para as Américas, incluindo-se aí inclusive os casos de navios em águas territoriais brasileiras.

A alternativa B é falsa, pois não houve acordo firmado entre Portugal e Inglaterra em 1864 para pôr fim à escravidão nas colônias portuguesas no prazo de dez anos.

A alternativa C também é falsa, ao passo que o processo que pôs fim a escravidão nos EUA se iniciou antes da Bill Aberdeen, sendo que desde 1808 já era proibido o comércio de escravos para os norte-americanos, mas os estados do Sul estadunidense continuaram com a mão de obra escrava, o que culminou numa guerra civil entre 1861 e 1865.

A alternativa D também é falsa, de modo que o fato histórico que se aproxima da afirmação proposta é a Lei do Ventre Livre, de 1871, também conhecida como Lei Rio Branco, que propunha, a partir da data de sua promulgação, a concessão da alforria às crianças nascidas de mulheres escravizadas no Império do Brasil.

A alternativa E também é falsa, pois nunca houve tal declaração e, na verdade, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, publicada em 1948, delinea os direitos básicos e as liberdades fundamentais do ser humano.

(SANTIAGO, 2011; VAZ, 2013).

Gabarito: A

22. (SEDUC - CE - 2016 - SEDUC-CE - Professor)

É célebre a frase de Francisco José do Nascimento, o Dragão do Mar: "Aqui não se embarca mais escravos". O contexto sociopolítico cearense que representa esse momento é

A) de proibição do tráfico de escravos, decretado recentemente no Ceará, dando início às manifestações abolicionistas e suas ações radicais.

B) de lutas em torno da abolição dos escravos, que ganharam grande alcance em face do aumento do número de negros que foram trazidos para a Província do Ceará, após a seca de 1877.

C) da campanha abolicionista, que alcançava seu auge no Ceará, conseguindo a adesão dos jangadeiros que faziam o transporte dos escravos dos navios para o porto.

D) do tráfico interprovincial, que estava levando à falência comerciantes e fazendeiros cearenses, os quais decidiram impedir, pela força, o embarque de escravos para os navios que comercializavam os negros escravizados para o Sudeste e Sul do país.

E) da abolição dos escravos no Ceará, que aconteceu pacificamente através de um ato do governo provincial; o que levou à desmobilização e desmoralização dos poucos abolicionistas cearenses.

Comentários

A alternativa A é falsa, uma vez que não se trata de um fato decretado recentemente no Ceará, mas sim de um fato ocorrido no século XIX, em 1884, durante o Império Brasileiro.



A alternativa B é incorreta, apesar de certa historiografia explicar e discutir o fato pelas condições econômicas do meio, ocasionadas pela grande seca de 1877 a 1879, não é correto afirmar que o processo abolicionista do Ceará ocorreu daí, uma vez que já em 1850, o representante do Ceará, Pedro Pereira Silva Guimarães, na Câmara Geral, apresentava decreto a fim de facilitar a abolição total a curto prazo; propunha a lei do ventre livre, a libertação dos sexagenários e a proibição da venda, em separado, de cativos casados.

A alternativa C está correta, pois de fato o Ceará, após intenso movimento abolicionista, partido de sua capital, onde houve lances de heroísmo e de abnegação, libertou seus cativos, antes de todo Império, em 25 de março de 1884. Os jangadeiros do Ceará deixaram de embarcar e transportar os cativos para o sul ou mesmo os poucos que deveriam seguir para o norte. As ações repercutiram no país e os abolicionistas cearenses, gente de elite econômica e intelectual, foram congratulados pela imprensa abolicionista nacional.

A alternativa D também é incorreta, de modo que o tráfico interprovincial não estava levando à falência comerciantes, uma vez que após o decreto que proibiu o tráfico de escravos procedentes da África este comércio passou a ser feito através da troca de mercadorias, trocando escravos no interior do Ceará e despachando-os em navios até São Paulo, onde os cafezais consumiam a mão de obra cativa.

A alternativa E também é incorreta, pois a polícia e o batalhão do exército foram acionados para impedir as ações dos cearenses, mas foram incapazes de deter a decisiva resolução, que foi apoiada acima de tudo pela Sociedade Libertadora Cearense. Além disso, o batalhão do exército, aquartelado em Fortaleza, tinha tendência abolicionista, sendo transferido para o Norte por isso.

(FIGUEIREDO FILHO, 1970).

Gabarito: C

23. (CESPE - 2017 - Prefeitura de São Luís - MA - Professor Nível Superior/PNS-A - História)

No Brasil, a abolição da escravatura

- A) impediu a inserção do Brasil no sistema capitalista de produção.
- B) implantou vasta mão de obra no mercado de trabalho que substituiu a mão de obra imigrante.
- C) aconteceu em concomitância com uma política de inserção dos ex-escravos na sociedade.
- D) resultou de um longo processo iniciado com a extinção do tráfico, em 1850, e posteriormente, com a Lei do Ventre Livre.
- E) ocorreu por decisão isolada da corte, sem pressão da população ou de parte da elite nacional.

Comentários

A alternativa A é incorreta, pois a inserção do Brasil no sistema capitalista de produção ocorreu antes mesmo do fim da escravidão, especialmente na produção de café da região Sudeste. Além disso, a pressão inglesa para o fim da escravidão era também uma forma de impulsionar o sistema capitalista, pois a mão de obra assalariada movimentava mais o mercado do que o uso da mão de



obra cativa, portanto o fim da escravidão impulsionaria ainda mais o país no sistema capitalista e industrial.

A alternativa B é falsa, pois antes mesmo do fim da escravidão muitos donos de escravos já estavam substituindo a mão de obra cativa pela mão de obra assalariada, principalmente de imigrantes europeus que vieram para trabalhar nas plantações de café. Com o fim da escravidão, essa substituição se intensificou, especialmente porque havia uma crença racista de que a mão de obra branca seria melhor e mais produtiva do que a negra.

A alternativa C também é falsa, pois não houve política de inserção social dos ex-escravos. A maioria deles viveram na mais completa miséria, sem trabalho, sem moradia, sem o que comer, e malvistos pela sociedade. Aqueles que moravam nas cidades ou que saíram do campo e foram para as cidades em busca de melhores condições, também não tiveram recursos, sendo excluídos e marginalizados, de onde surgiram as primeiras favelas.

A alternativa D é a resposta certa, pois de fato a abolição da escravidão no Brasil resultou de um longo processo que culminou na Lei Áurea, assinada em 13 de maio de 1888. Desde o início do século XIX a Inglaterra já pressionava as nações pelo fim do tráfico de escravos pelo Atlântico. Este processo se deu a partir de medidas legais que, gradativamente, tentavam propor resoluções à questão da escravidão. A primeira medida tomada efetivamente foi a Lei Eusébio de Queirós (1850), que proibiu de vez o tráfico através do Oceano Atlântico para o Brasil. Já vinte anos mais tarde foi a Lei do Ventre Livre (1871), que declarou livres os nascidos no Brasil, criando um desconforto com os cafeicultores do Vale do Paraíba, base importante de apoio ao governo. Próxima à Lei Áurea, decretou-se a Lei dos Sexagenários (1885), que libertou os escravos com mais de sessenta anos. Todas essas medidas, de alguma maneira, anunciavam o fim da escravidão.

A alternativa E é incorreta, ao passo que o processo que levou à abolição da escravatura foi motivado por pressões populares, por intelectuais, magistrados e militares, estes especialmente após terem lutado ao lado de muitos escravos durante a Guerra do Paraguai (1864-1870).

(FAUSTO, 2007; VAZ, 2013; ANDRADE, 2018).

Gabarito: D

24. (FCC - 2014 - TJ-AP - Analista Judiciário - Área Apoio Especializado - História)

Durante o Segundo Reinado instalou-se o chamado parlamentarismo às avessas, que tinha por característica, entre outras, a

A) tutela política sobre Pedro II conferida ao poder legislativo, o Parlamento, considerando a pouca idade do imperador e a necessidade de que uma junta ministerial governasse por ele, ainda que provisoriamente.

B) inspiração no modelo britânico, uma vez que, na prática, o primeiro ministro passava a ter mais poderes que o monarca, fazendo com que o poder moderador fosse, dessa maneira, deturpado ou invertido.

C) inversão da lógica do parlamentarismo tradicional, uma vez que o poder judiciário passava a ser exercido pelo Parlamento e o presidente se subordinava ao Conselho de Ministros, órgão judiciário e executivo do Império.



D) busca de conciliação política entre os dois partidos hegemônicos no país, o Partido Brasileiro, liberal radical, e o Português, conservador, mediante a atuação de um Conselho de Ministros acima dos três poderes clássicos.

E) adaptação parcial do sistema vigente no Reino Unido aos interesses políticos imperiais, de modo a que o monarca continuasse com amplos poderes, a despeito da aparente descentralização do governo.

Comentários

A alternativa A é falsa, pois quem foi o tutor de Pedro II na sua infância, entre 1831 e 1833, foi José Bonifácio de Andrada e Silva, o patriarca da independência. José Bonifácio foi destituído de seu posto pela Assembleia Geral, em 1833, que acabou selecionando Manuel Inácio de Andrade, Marquês de Itanhaém, como o substituto na posição de tutor.

A alternativa B é incorreta, apesar de realmente ter inspiração no modelo britânico, mas no Brasil o Imperador escolhia os integrantes do Conselho de Estado, e estes poderiam escolher os ministros, mas ao fim as ações do Conselho eram o reflexo das ações de D. Pedro II, por isso esse sistema foi chamado de parlamentarismo as avessas.

A alternativa C também é incorreta, apesar de de fato houve uma inversão da lógica do parlamentarismo tradicional, aqui no Brasil não foi o poder judiciário que passava a ser exercido pelo Parlamento e muito menos que o presidente se subordinava ao Conselho de Ministros, órgão judiciário e executivo do Império. A inversão do parlamentarismo brasileiro durante o segundo império se deu de forma que o Imperador não exercia uma função meramente simbólica, como é no Reino Unido, mas eram os interesses de D. Pedro II que se refletiam nas ações do Conselho de Estado e dos Ministros.

A alternativa D também é falsa, pois durante o segundo império os partidos eram dos conservadores e dos liberais, sendo que o Partido Português foi dissolvido em 1831. Somente em 1873 que surgiu o Partido Republicano Paulista, por causa de dissidentes do Partido Liberal.

A alternativa E está correta. O Segundo Reinado foi marcado por um conjunto de reformas políticas que pareciam dialogar com os diferentes grupos que controlavam os quadros políticos do Brasil naquela época. D. Pedro II buscou reestruturar as regras do jogo político daquela época instaurando um sistema, em tese, inspirado no parlamentarismo britânico. Na ilha inglesa, o monarca possui uma função política meramente decorativa e deixa as principais decisões nas mãos de um primeiro-ministro escolhido pelo poder legislativo. No Brasil, a organização do sistema parlamentar acabou sendo completamente “avesso” ao modelo inglês. O imperador D. Pedro II, imbuído das atribuições concedidas pelos Poder Moderador, tinha total liberdade para escolher os integrantes do Conselho de Estado. Este órgão, situado abaixo da autoridade do monarca, poderia escolher os ministros e realizar a dissolução da Câmara de Deputados. Na maioria das vezes, as ações do Conselho somente refletiam os interesses do imperador.

(VAZ, 2013; SOUSA, 2019).

Gabarito: E

(CESPE - 2018 - Instituto Rio Branco - Diplomata)



Tendo em vista que a questão servil, como denominada por D. Pedro II em sua fala do trono em 1865, foi elemento fulcral na formação da sociedade brasileira, julgue (C ou E) o próximo item, relativo à escravidão no Império brasileiro.

25.

O fortalecimento das ideias racistas foi um dos desdobramentos da ação da denominada Geração de 1870 e influenciou a condução dos debates acerca da escravidão em seus anos finais e, principalmente, sobre a eleição da imigração europeia como caminho preferencial para a formação da mão de obra assalariada pós-abolição.

Comentários

A afirmativa é verdadeira, pois de fato as teorias racistas tiveram grande impulso no século XIX, com a Geração de 1870, que abrigava nomes tão díspares quanto Joaquim Nabuco, Alberto Salles, Sílvio Romero, Lopes Trovão, entre tantos outros, um conjunto que reunia liberais, republicanos, positivistas e federalistas, todos às voltas com Spencer, Comte e Darwin. O fato é que a construção da Identidade Nacional era uma preocupação para os intelectuais da Geração de 1870. Estes buscavam as peculiaridades que fundamentariam a nossa nacionalidade, analisando em o que nos diferenciávamos dos demais povos e definindo em que nos assemelhávamos como brasileiros. Alguns membros da Geração de 1870, entre eles Sílvio Romero, identificaram como fator de diferenciação das demais nacionalidades, a “raça” e o meio físico brasileiro, porém estes eram fatores que não se traduziam em algo positivo para nação, visto que o meio era responsável por gerar povos pouco dispostos ao trabalho físico e intelectual, e as etnias que compunham o país eram consideradas inferiores e pouco civilizáveis. A solução foi encontrada na mestiçagem. Se a mestiçagem não era bem vista pelas teorias racistas estrangeiras que tanto influenciaram os homens de ciência de 1870, estes tiveram que adaptar tais teorias para que atendessem melhor aos problemas de um país que já era muito miscigenado. A mestiçagem passou então, a ser solução e não mais o problema nacional, visto que por meio dela se branquearia a população.

(MAIA, 2004; SENRA; NASSIF, 2012).

Gabarito: Certo

26.

O projeto da chamada Lei do Ventre Livre foi inicialmente discutido no Conselho de Estado, sob a demanda de D. Pedro II, e aprovado pelo parlamento, sob a ação do Visconde do Rio Branco. Se, por um lado, a lei garantiu aos proprietários a manutenção da mão de obra escrava, por outro, pôs em questão a legitimidade dessa instituição e ampliou as expectativas de liberdade dos cativos.

Comentários

A afirmação está correta. A Lei do Ventre Livre, também conhecida como Lei Rio Branco, foi promulgada em 28 de setembro de 1871 e determinava que os filhos de mulheres escravizadas nascidos a partir desta data ficariam livres, conforme consta: “Art. 1º - Os filhos de mulher escrava que nasceram no Império desde a data desta lei serão considerados de condição livre”. O fato é que a segunda metade do século XIX no Brasil é marcada por tensões sociais, especialmente no



que se refere às relações de trabalho. Leis como a Eusébio de Queirós (1850), a do Ventre Livre (1871), a dos Sexagenários (1885) e por fim a Lei Áurea (1888) mostram a preocupação em torno da questão da mão-de-obra escrava. Neste sentido as leis referentes à escravidão no Brasil foram gradativamente implementadas e a Lei do Ventre Livre é das mais significativas do período. Esta lei é resultado de ampla discussão no parlamento e é aprovada na câmara contando com 65 votos favoráveis e 45 contrários. O projeto foi elaborado pelo gabinete do conservador Visconde do Rio Branco e a Lei do Ventre Livre acaba criando problemas nas relações com as bases de apoio como os cafeicultores. A promulgação da Lei do Ventre Livre traz uma nova preocupação: sem o tráfico negreiro pelo atlântico trazendo novos sujeitos escravizados, e os nascidos em terras brasileiras livres pela lei de 1871 como manter o sistema escravagista e a mão-de-obra para as fazendas de café? A lei garantia que as crianças nascidas a partir daquela data ficariam sob responsabilidade dos senhores de suas mães até completarem oito anos de idade. Após essa data, tinham duas opções. Ou recebiam indenizações por parte do Estado ou poderiam utilizar os serviços do menor até seus vinte e um anos. Mas poucos foram efetivamente entregues ao poder público e os senhores donos de escravos continuaram a utilizar sua força de trabalho. Mais do que garantir a liberdade dos filhos de sujeitos escravizados no país a partir da data citada, a Lei do Ventre Livre é um acontecimento que representa as preocupações do período em relação ao sistema escravagista, em seus momentos finais. A década seguinte – 1880 – é uma das mais emblemáticas na luta contra a escravidão e que tem a força do movimento abolicionista cada vez mais presente na sociedade brasileira.

(FAUSTO, 2007; ANDRADE, 2018).

Gabarito: Certo

27.

Os escravos, obviamente, dispunham de poucos recursos políticos, mas não desconheciam o que se passava no mundo dos poderosos. Aproveitaram-se das divisões entre estes, selecionaram temas que lhes interessavam do ideário liberal e anticolonial, traduziram e emprestaram significados próprios às reformas operadas no escravismo brasileiro ao longo do século XIX.

REIS, J. J. Nos achamos em campo a tratar da liberdade: a resistência negra no Brasil oitocentista. In: MOTA, C. G. (Org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: Senac, 1999.

Ao longo do século XIX, os negros escravizados construíram variadas formas para resistir à escravidão no Brasil. A estratégia de luta citada no texto baseava-se no aproveitamento das:

- A) estruturas urbanas como ambiente para escapar do cativeiro.
- B) dimensões territoriais como elemento para facilitar as fugas.
- C) limitações econômicas como pressão para o fim do escravismo.
- D) contradições políticas como brecha para a conquista da liberdade.
- E) ideologias originárias como artifício para resgatar as raízes africanas.



Comentários

O texto deixa claro que uma das formas de resistência escravista era o aproveitamento, por parte dos escravos, dos conflitos políticos entre a elite brasileira, com vista a buscar a liberdade.

Gabarito: D

28.

Estimativa do número de escravos africanos desembarcados no Brasil entre os anos de 1846 a 1852.	
Ano	Números de escravos africanos desembarcados no Brasil
1846	64.262
1847	75.893
1848	76.338
1849	70.827
1850	37.672
1851	7.058
1852	1.234

Disponível em: www.slavevoyages.org. Acesso em 24 fev. 2012 (adaptado).

A mudança apresentada na tabela é reflexo da Lei Eusébio de Queiróz que, em 1850,

- A) aboliu a escravidão no território brasileiro.
- B) definiu o tráfico de escravos como pirataria.
- C) elevou as taxas para importação de escravos.
- D) libertou os escravos com mais de 60 anos.
- E) garantiu o direito de alforria aos escravos.

Comentários

A Lei Eusébio de Queiróz proibia o tráfico intercontinental de escravos e classificava os navios que o fizessem como piratas.

Gabarito: B

29.

Decreto-lei 3.509, de 12 de setembro de 1865



Art. 1º – O cidadão guarda-nacional que por si apresentar outra pessoa para o serviço do Exército por tempo de nove anos, com a idoneidade regulada pelas leis militares, ficará isento não só do recrutamento, senão também do serviço da Guarda Nacional. O substituído é responsável por o que o substituiu, no caso de deserção.

Arquivo Histórico do Exército. *Ordem do dia do Exército*, n. 455, 1865 (adaptado).

No artigo, tem-se um dos mecanismos de formação dos “Voluntários da Pátria”, encaminhados para lutar na Guerra do Paraguai. Tal prática passou a ocorrer com muita frequência no Brasil nesse período e indica o (a):

- A) forma como o Exército brasileiro se tornou o mais bem equipado da América do Sul.
- B) Incentivo de grandes proprietários à participação dos seus filhos no conflito.
- C) solução adotada pelo país para aumentar o contingente de escravos no conflito.
- D) envio de escravos para os conflitos armados, visando sua qualificação para o trabalho.
- E) Fato de que muitos escravos passaram a substituir seus proprietários em troca de liberdade.

Comentários

Na formação dos Voluntários da Pátria para compor o exército brasileiro, na Guerra do Paraguai, muitos senhores acabaram convencendo seus escravos a se alistarem em seus lugares em troca da alforria. O Exército brasileiro que lutou tal Guerra teve maciça presença de negros, o que chegou a ser objeto de piada no Paraguai.

Gabarito: E

30. (UERJ 2016)

Sobretudo compreendam os críticos a missão dos poetas, escritores e artistas, neste período especial e ambíguo da formação de uma nacionalidade. São estes os operários incumbidos de polir o talhe e as feições da individualidade que se vai esboçando no viver do povo.

O povo que chupa o caju, a manga, o cambucá e a jabuticaba pode falar com igual pronúncia e o mesmo espírito do povo que sorve o figo, a pera, o damasco e a nêspere?

José de Alencar, prefácio a *Sonhos d'ouro*, 1872. Adaptado de ebooksbrasil.org.

De acordo com José de Alencar, a caracterização da identidade nacional brasileira, no século XIX, estava vinculada ao processo de:

- A) promoção da cultura letrada.
- B) integração do mundo lusófono.
- C) valorização da miscigenação étnica.
- D) particularização da língua portuguesa.

Comentários

O texto do escritor José de Alencar está vinculado ao Segundo Reinado, 1840-1889. José de



Alencar, 1829-1877, é considerado um precursor do Romantismo no Brasil. Em suas obras procurou valorizar a língua falada no Brasil no cotidiano das pessoas, as particularidades da língua portuguesa. Daí o autor afirma que “o povo que chupa o caju, a manga, o cambucá e a jabuticaba pode falar com igual pronúncia e o mesmo espírito do povo que sorve o figo, a pera, o damasco e a nêspira?”.

Gabarito: D

31. (FGV 2016)

Chiquinha Gonzaga alinha-se a outras figuras femininas do Império (...) como a Imperatriz Leopoldina e Anita Garibaldi. Todas as três, embora de diferentes maneiras, de diferente proveniência social e, em diferentes épocas, desempenharam um papel político que, certamente, contribuiu para as mudanças por elas defendidas e as inscreveu na História do Brasil.

(Suely Robles Reis de Queiroz, *Política e cultura no império brasileiro*. 2010)

Em termos políticos, a Imperatriz Leopoldina, Anita Garibaldi e Chiquinha Gonzaga, respectivamente:

- A) atuou, ao lado de Dom Pedro e de José Bonifácio, no processo de emancipação política do Brasil; participou da mais longa rebelião regencial, a Farroupilha; militou pela abolição da escravidão e pela queda da Monarquia.
- B) articulou a bancada constitucional brasileira na Assembleia Constituinte; organizou as forças populares participantes da rebelião regencial ocorrida no Grão-Pará, a Cabanagem; foi a primeira mulher brasileira a se eleger para o Senado durante o Império.
- C) convenceu Dom Pedro I a assumir o trono português após a morte do rei Dom João VI; defendeu a ampliação dos direitos de cidadania durante a reforma constitucional que instituiu o Ato Adicional; liderou uma frente parlamentar de apoio às leis abolicionistas.
- D) participou como diplomata do Império brasileiro na Guerra da Cisplatina; foi a primeira mulher a trabalhar como jornalista e romancista durante o Segundo Reinado; tornou-se uma importante liderança política na defesa do fim do tráfico de escravos para as Américas.
- E) articulou com os diplomatas ingleses o reconhecimento da Independência do Brasil junto a Portugal; foi uma importante liderança militar no processo de Guerra de Independência da Bahia; criou a primeira associação política em defesa do voto feminino no Brasil.

Comentários

Somente a alternativa [A] está correta. A questão remete à participação de três mulheres ao longo do século XIX. A Imperatriz Leopoldina, esposa de D. Pedro I, atuou durante o Primeiro Reinado, 1822-1830, dentro do processo de independência do Brasil. Anita Garibaldi, companheira de Giuseppe Garibaldi, participou da Farroupilha, 1845-1845, defendeu a separação do Sul e a ideia de República. Chiquinha Gonzaga atuou na campanha republicana e abolicionista.

Gabarito: A



32. (IMED 2016)

Apesar da prosperidade econômica do Império, a estrutura socioeconômica brasileira não sofreu modificações significativas. As lutas pela modernização do país acabariam resultando na Proclamação da República em 1889. O fim da monarquia no Brasil foi o resultado da ruptura das relações do governo com os seguintes setores da sociedade que lhe davam sustentação:

- I. A Igreja.
- II. O exército.
- III. A aristocracia escravista.

Quais estão corretos?

- A) Apenas I.
- B) Apenas I e II.
- C) Apenas I e III.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

Comentários

Os três setores citados romperam com o governo de d. Pedro II entre as décadas de 1870 e 1890.

Gabarito: E

33. (UFJF-PISM2 2016)

Leia o trecho e em seguida responda ao que se pede:

Juiz de Fora progredia. A população subia, andava aí pelos doze a treze mil habitantes – imaginem! Treze mil! e essa densidade exigia progresso. Esse começara em 1870 com a inauguração dos telégrafos. Logo depois viriam os trilhos da Estrada de Ferro D. Pedro II. Em 1885 a cidade começa a ser dotada de encanamentos e de água a domicílio. No mesmo ano as casas passam a ser numeradas. Em 1886, grande animação com uma Exposição Industrial que reflete a pujança do município. (...) Meu avô teve certa pena de não terminar os serviços que começara, de dotar a cidade de luz e energia elétrica. A inauguração foi procedida a 5 de novembro de 1889...

NAVA, Pedro. *Baú de ossos* – memórias 1; 5ª. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978, pp. 200-201.

O memorialista Pedro Nava mostra na cidade de Juiz de Fora aspectos do processo de transformação que ocorria na sociedade brasileira no final do século XIX. Acerca deste contexto, assinale a afirmativa INCORRETA:

- A) Era um período de expansão do capitalismo que se estendia mundialmente.



- B) Caracterizava-se pela preservação da herança luso-brasileira do período colonial que adentrou pelo Império.
- C) Marcava-se pela organização de indústrias têxteis e alimentícias com capitais excedentes do café.
- D) Processava-se o aumento da malha ferroviária e a criação de novos núcleos urbanos.
- E) Ocorria a intensificação da imigração para substituição do trabalho escravo.

Comentários

Em fins do século XIX, na passagem do Império para a República, o processo de transformação pelo qual a sociedade brasileira passava aproximava-se daquele empreendido pela Europa no século anterior e, logo, afastava-se da preservação da herança do período colonial.

Gabarito: B

34. (UEL 2016)

O Positivismo desenvolveu-se no Brasil durante o II Império e foi defendido por políticos ilustres como Benjamin Constant, Júlio de Castilho, Teixeira Mendes, marcando fortemente os ideais republicanos que culminaram com a Proclamação da República, em 1889.

Com base nos conhecimentos sobre as influências positivistas no processo de transição do regime imperial para o republicano, considere as afirmativas a seguir.

- I. Como expressão mais forte dessas mudanças, o pavilhão imperial adotou o lema positivista.
- II. A ideia de uma democracia representativa levou à adoção do sistema do voto universal, o que permitia a acomodação das classes sociais.
- III. A presença do ideário positivista destacou-se no setor militar, sobretudo entre os oficiais de alta patente.
- IV. A formação de um governo de cunho autoritário caracterizou-se pela imposição da ordem através da força militar, na chamada República de Espadas.

Assinale a alternativa correta.

- A) Somente as afirmativas I e II são corretas.
- B) Somente as afirmativas I e IV são corretas.
- C) Somente as afirmativas III e IV são corretas.
- D) Somente as afirmativas I, II e III são corretas.
- E) Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.

Comentários



O Positivismo foi criado por Auguste Comte na França, em meados do século XIX. Esta corrente de pensamento defende a harmonia entre ordem e progresso, a coesão social, a linearidade histórica que caminha para progresso dentro da ordem. Após a Guerra do Paraguai, 1865-1870, os militares brasileiros adotaram ideais positivistas criticando a monarquia e defendendo a modernização do Brasil dentro do império da lei e da ordem. Estudiosos como Benjamim Constant, Teixeira Mendes, Miguel Lemos, entre outros, adotaram e divulgaram o arcabouço teórico Positivista. O exército, ancorado no Positivismo, proclamou a República em 15 de novembro de 1889. Surgiu a República da Espada, 1889-1894, Deodoro, 1889-1891, e Floriano, 1891-1894. Estes governantes utilizaram o autoritarismo e a força para fazer a transição da Monarquia para a República.

Gabarito: C

35. (UDESC 2016)

A Lei do Ventre Livre foi uma lei abolicionista, promulgada, no Brasil, em 28 de setembro de 1871.

Sobre a Lei do Ventre Livre, assinale a alternativa correta.

- A) Foi promulgada pelo Imperador Pedro II e concedia liberdade a todas as crianças e às respectivas mães que viviam sob a escravidão no território brasileiro.
- B) Essa lei encontrou forte resistência entre os senhores, visto que não previa indenização pelo fim da escravidão das crianças nascidas a partir da publicação da lei.
- C) Instituiu a liberdade de todas as crianças nascidas a partir da publicação da lei, mas deixava a possibilidade dessas crianças permanecerem sob “os cuidados” do antigo proprietário até a idade de 21 anos.
- D) Como a lei libertava a criança, mas não libertava os pais, assim que nasciam essas crianças eram retiradas do convívio com os pais escravizados e eram destinadas a um abrigo mantido pelo Estado.
- E) De acordo com a lei, os senhores tinham a opção de manter as crianças libertas junto aos pais escravizados até a maioridade, mas os senhores não podiam usufruir da mão de obra delas.

Comentários

A Lei do Ventre Livre previa que toda criança nascida a partir da data da promulgação da Lei seria considerada livre. Mas previa, também, que o senhor da mãe da criança poderia manter a mesma sob sua guarda até ela completar 21 anos.

Gabarito: C

36. (UFRGS 2016)

Considere as seguintes afirmações sobre a construção histórica da identidade nacional brasileira.



I. A nacionalização da língua falada no Brasil e a busca por uma literatura brasileira autônoma foram tarefas assumidas pelos escritores ligados ao Romantismo, entre os quais se destacam Gonçalves de Magalhães, Gonçalves Dias e José de Alencar.

II. A expressão “Brasil, ame-o ou deixe-o” foi difundida durante o governo de D. Pedro I como propaganda contra os ideais restauradores do Partido Português, que defendia o retorno do Brasil à condição de Vice-Reino de Portugal.

III. Um dos traços marcantes do modernismo dos anos 1920 foi propor um nacionalismo crítico em que se conjugava a tradição cultural do Brasil com as vanguardas artísticas europeias, enfatizando a mestiçagem e o caráter híbrido da formação nacional brasileira.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas I e III.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

Comentários

A afirmativa [II] está **incorreta** porque a expressão “Brasil, ame-o ou deixe-o” foi cunhada pelo governo militar brasileiro, durante a Ditadura Militar.

Gabarito: C

37. (UECE 2016)

Em 1850, ano de extinção oficial do tráfico de escravos no Brasil, foi votada a Lei de Terras. Esta lei, em linhas gerais, determinou que

I. todo proprietário registrasse suas terras, ficando proibida a doação de propriedades ou qualquer outra forma de aquisição de bens fundiários, a não ser por meio da compra.

II. se mantivesse o alto custo do registro imobiliário, impedindo que os posseiros mais pobres obtivessem a propriedade do solo onde plantavam.

III. ficasse assegurado o direito dos imigrantes – cujo trabalho, em muitos casos, substituiria o trabalho dos escravos – de se tornarem proprietários das terras onde laboravam.

IV. fossem possíveis a aquisição e a posse de terras públicas, a baixo custo, pelos grandes proprietários, seus herdeiros e descendentes.

Estão corretas as complementações contidas em

- A) I, II, III e IV.
- B) I e II apenas.



C) II, III e IV apenas.

D) I, III e IV apenas.

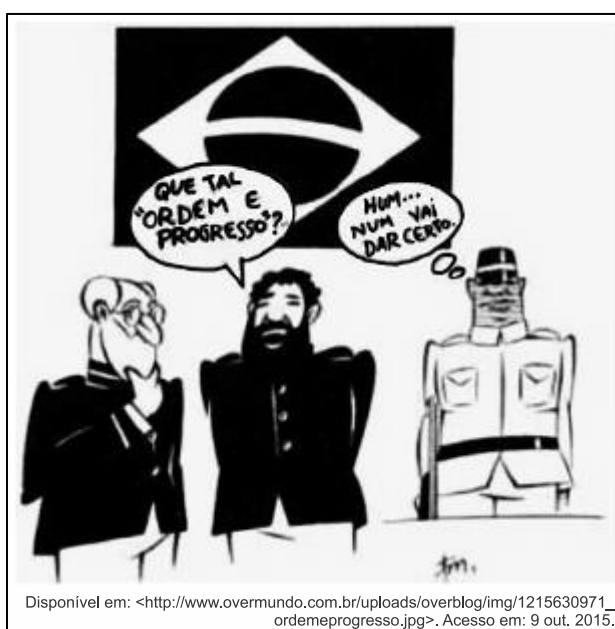
Comentários

As afirmativas [I] e [II] estão corretas e as afirmativas [III] e [IV] contrariam o que se afirma em [I] e [II]. Logo, [III] e [IV] estão **incorretas**: a Lei de Terras favorecia os grandes proprietários de terra, dificultando o acesso à terra por parte dos menos favorecidos, uma vez que o registro de terras era muito caro.

Gabarito: B

38. (UEG 2016)

Observe a charge a seguir.



A charge ironiza o dístico “ordem e progresso”, presente na atual Bandeira do Brasil. A sua origem e significado remetem a um contexto marcado

A) pela presença do catolicismo romano nas instituições políticas do Império Brasileiro e o esforço de preservar a ordem social vigente.

B) pela influência do positivismo francês entre os oficiais militares republicanos e uma postura ideológica das elites dirigentes em evitar radicalismos políticos.

C) pelo desejo dos oficiais militares republicanos em romper os laços com a sociedade agrária imperial, inspirando-se no liberalismo norte-americano.

D) pelo esforço das elites agrárias paulista e mineira em manter os seus privilégios sociais e políticos, mas, ao mesmo tempo, buscando o progresso econômico.

Comentários

Somente a proposição [B] está correta. A questão remete ao conflito que ocorreu no Segundo Reinado, entre a farda e o paletó, ou seja, entre militares e os políticos. Após a Guerra do Paraguai,

1865-1870, os militares brasileiros adotaram ideias abolicionistas, republicanas e positivistas. A ideia era conciliar “Ordem” e “Progresso”. A monarquia entrou em declínio perdendo suas bases de apoio. A monarquia foi abandonada. Os militares ganharam consciência de grupo, de corporação e, proclamaram a República em 15 de novembro de 1889.

Gabarito: B

39. (UFJF-PISM 3 2016)

Observe os seguintes quadros:

Produção agrícola da pauta das exportações brasileiras				
Período	Café	Borracha	Açúcar	Cacau
1881-1890	61,5%	8,0	9,9	1,6
1891-1900	64,5%	15,0	6,0	2,5
1900-1910	51,5%	28,2	1,2	2,8

FAUSTO, B.(Org.) *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, Tomo III (O Brasil Republicano), 1981.

Imigração para o Brasil (números aproximados)		
Nacionalidade	1891-1900	1901-1910
Portugueses	313.000	202.000
Italianos	360.000	678.000
Espanhóis	45.800	157.000

HUGON, Paul. *Demografia Brasileira e Fundação IBGE*, Rio de Janeiro

Estes dados referem-se às primeiras décadas da implantação da República no Brasil. Acerca desse período e baseando-se neles e em seus conhecimentos, leia as afirmativas abaixo e em seguida, responda ao que se pede:

I. Os capitais advindos da grande produção cafeeira foram aplicados no setor industrial. Este se beneficiou também da entrada de levas de imigrantes europeus que seriam utilizados como mão de obra operária.

II. Na virada do século XIX para o XX, o Brasil ainda possuía como principal pilar de sua economia a exportação de produtos agrícolas, produzidos em larga escala nas grandes propriedades.

III. O fluxo migratório para o Brasil nesse período foi elevado. A totalidade dos imigrantes fixou-se nas áreas urbanas em função do baixo recrutamento de mão de obra no campo.



Após a abolição da escravidão estes postos de trabalho foram ocupados por negros e seus descendentes.

IV. A intensa produção cafeeira no final do século XIX saturou tanto o mercado interno como o externo, gerando uma queda nos preços. Essa crise foi estimulada pela ausência de medidas que viessem defender e valorizar o café, levando à falência dos produtores já na primeira década de século XX.

Marque a alternativa CORRETA:

- A) Todas as alternativas estão corretas.
- B) Todas as alternativas estão incorretas.
- C) Apenas a II alternativa está correta.
- D) Apenas a IV alternativa está incorreta.
- E) Apenas as alternativas I e II estão corretas.

Comentários

Somente a alternativa [E] está correta. A questão remete à economia brasileira durante a República Velha com ênfase sobre os produtos de exportação e a imigração. Resolução a partir das incorretas: A assertiva [III] está incorreta. A grande maioria dos imigrantes foi deslocada para o campo (e não para a cidade) para atender a demanda por mão de obra. A assertiva [IV] está incorreta. Não ocorreu a falência dos produtores de café. Em 1906, pelo Convênio de Taubaté, o governo interferiu na economia para valorizar o café, nosso principal produto na pauta de exportação.

Gabarito: E

40. (FMP 2016)

O Império brasileiro passou por grandes transformações econômicas a partir, principalmente, de meados do século XIX. Qual das seguintes causas de mudanças na estrutura econômico-social do país contribuiu diretamente para a crise da Monarquia?

- A) Assinatura da Lei Áurea.
- B) Aprovação da Lei de Terra.
- C) Promulgação do Código Comercial.
- D) Financiamento de empresas do Barão de Mauá.
- E) Instituição das Tarifas Alves Branco.

Comentários

Somente a proposição [A] está correta. A questão remete ao Segundo Reinado, 1840-1889, em especial, à crise e ao fim da monarquia no Brasil. A partir da segunda metade do século XIX o Brasil passou por transformações na economia devido ao café e à Revolução Industrial. Ferrovias, indústrias e a transição do trabalho escravo para o trabalho livre assalariado compõem este



cenário de modernização econômica do Brasil. Surgiram leis vinculadas à escravidão como a Lei Euzébio de Queirós de 1850 que proibiu o tráfico de escravos, a Lei do Ventre Livre de 1871, a Lei dos Sexagenários de 1885 e a Lei Áurea de 13 de maio de 1888 que aboliu a escravidão no Brasil. Esta última lei não indenizou os proprietários de escravos que, por consequência, abandonaram a monarquia.

Gabarito: A

41. (Vunesp 2016)

O fato de ser a única monarquia na América levou os governantes do Império a apontarem o Brasil como um solitário no continente, cercado de potenciais inimigos. Temia-se o surgimento de uma grande república liderada por Buenos Aires, que poderia vir a ser um centro de atração sobre o problemático Rio Grande do Sul e o isolado Mato Grosso. Para o Império, a melhor garantia de que a Argentina não se tornaria uma ameaça concreta estava no fato de Paraguai e Uruguai serem países independentes, com governos livres da influência argentina.

(Francisco Doratioto. *A Guerra do Paraguai*, 1991.)

Segundo o texto, uma das preocupações da política externa brasileira para a região do Rio da Prata, durante o Segundo Reinado, era:

- A) estimular a participação militar da Argentina na Tríplice Aliança.
- B) limitar a influência argentina e preservar a divisão política na área.
- C) facilitar a penetração e a influência política britânicas na área.
- D) impedir a autonomia política e o desenvolvimento econômico do Paraguai.
- E) integrar a economia brasileira às economias paraguaia e uruguaia.

Comentários

A preocupação de d. Pedro II com relação ao rio da Prata era a possibilidade de a Argentina invadir e dominar o Rio Grande do Sul e o Mato Grosso.

Gabarito: B

42. (UFJF-PISM 2 2016)

O texto abaixo se refere à construção da *identidade nacional* no Brasil no decorrer do século XIX, sobretudo a partir do Segundo Reinado.

Leia o trecho e, em seguida, responda à questão:

“Por oposição ao negro, que lembrava a escravidão, o indígena permitia identificar uma origem mítica e unificadora. (...). A natureza brasileira também cumpriu função paralela. Se não tínhamos castelos medievais, templos da Antiguidade ou batalhas heroicas para lembrar, possuíamos o maior dos rios, a mais bela vegetação. (...). Por mais que tenha partido de d. Pedro I e de Bonifácio a tentativa de elaborar (...) uma ritualística local, foi com d. Pedro II e



seu longo reinado que se tornaram visíveis a originalidade do protocolo e o projeto romântico de representação política do Estado”.

(SCHWARCZ, Lilia. *As Barbas do Imperador*, p.140);

Com base no trecho acima e em seus conhecimentos, é CORRETO afirmar que a identidade nacional no século XIX foi construída:

- A) Tendo como base as referências europeias existentes nas províncias que formavam o Brasil antes da Independência do país.
- B) A partir de um processo de longa duração, que se valeu do uso de aspectos naturais e de elementos simbólicos locais que pretendiam representar a Nação.
- C) De forma consensual e harmônica, considerando a heterogeneidade dos diferentes povos que formavam o país.
- D) Através da valorização da herança africana e dos costumes da África, continente ao qual o país estava diretamente ligado pelo Atlântico Sul.
- E) Com o objetivo de reproduzir no país recém-independente as mesmas características existentes em Portugal.

Comentários

O texto deixa claro que dois símbolos foram adotados ao longo do século XIX como representativos da identidade nacional brasileira: o INDÍGENA e a NATUREZA. Assim, elementos simbólicos locais foram usados para forjar a ideia de nação ao longo do Segundo Reinado.

Gabarito: B

43. (G1 - IFSC 2016)

Em 1850, por meio da Lei Eusébio de Queiroz, o tráfico de escravos para o Brasil foi proibido definitivamente. Sobre a importação de escravos e sua proibição, assinale a alternativa CORRETA.

- A) A Lei Eusébio de Queiroz foi uma resposta à pressão estrangeira, principalmente exercida pela França sobre o Brasil, após a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão.
- B) O fim do tráfico de escravos baseou-se em mais uma lei sem aplicação no Brasil, pois quando ela foi promulgada, já não existia mais escravidão no país.
- C) O fim do tráfico foi resultado dos crescentes movimentos armados empreendidos pelos escravos brasileiros.
- D) A proibição do tráfico de escravos para o Brasil não surtiu efeito, pois o trabalho realizado por eles já não era economicamente relevante.
- E) A Lei Eusébio de Queiroz levou ao aumento do comércio interno e do preço dos escravos entre as regiões Nordeste e Sudeste do Brasil.

Comentários



Somente a proposição [E] está correta. A questão remete à lei Eusébio de Queiroz aprovada no Brasil em 1850. Esta lei proibiu o tráfico de escravos para o Brasil. Devido ao café, havia uma grande demanda por mão de obra, assim, ocorreu um comércio interprovincial de escravos e, ao mesmo tempo, aumentou o preço cobrado pelo escravo. Neste contexto, intensificou a imigração para o Brasil.

Gabarito: E

44. (UCS 2016)

Sobre o Movimento Republicano no Brasil, é correto afirmar que:

- A) foi acompanhado de forte mobilização popular, uma vez que grande parte dos brasileiros estava cansada do pagamento de pesados impostos para a manutenção da Corte Imperial.
- B) aconteceu de forma integrada à campanha abolicionista, uma vez que os líderes tinham os mesmos interesses, o que acabou confundindo um movimento com o outro e propiciando o fortalecimento de ambos.
- C) ganhou força a partir da criação do Partido Republicano Paulista, em 1873, apoiado no poder econômico dos cafeicultores paulistas e na ação dos estudantes e professores da Faculdade de Direito de São Paulo.
- D) temeu a ocorrência de tumultos e, conseqüentemente, prejuízos econômicos, por isso, as camadas médias da população urbana se mantiveram afastadas.
- E) sofreu com prisões, fechamento de jornais, sedes de clubes e de partidos favoráveis à Monarquia.

Comentários

Somente a alternativa [C] está correta. A questão aponta para a crise da monarquia brasileira que ocorreu no Segundo Reinado, 1840-1889, em especial a partir de 1870 com o fim da Guerra do Paraguai. A monarquia foi perdendo suas bases de apoio. Perdeu apoio da Igreja, exército e da elite agrária após a Lei Áurea que não indenizou os proprietários de escravos. Em 1873 surgiu em Itu, na Convenção de Itu, o Partido Republicano Paulista, partido dos barões do café que não tinha mais interesse em apoiar a monarquia. Este partido defendia a República e o Federalismo.

Gabarito: C

45. (G1 - IFSUL 2016)

A Guerra do Paraguai teve seu início no ano de 1864, a partir da ambição do ditador Francisco Solano Lopes, que tinha como objetivo aumentar o território paraguaio e obter uma saída para o Oceano Atlântico, através dos rios da Bacia do Prata.

Uma das conseqüências dessa guerra foi que:



- A) acarretou para o Brasil uma redução considerável em sua dívida externa, bem como uma crescente influência política e social do Exército na política vigente.
- B) ocorreu a união entre Brasil, Argentina, Uruguai e Bolívia, para combater as tropas de Solano Lopes e acabar com seu sonho de chegar ao Oceano Atlântico através da Bacia do Prata.
- C) estimou-se uma pequena perda de soldados paraguaios e as importações chegavam ao dobro das exportações no final da guerra.
- D) acarretou a destruição para a indústria paraguaia, que ficou arrasada após a guerra.

Comentários

A questão faz referência à Guerra do Paraguai e suas desastrosas consequências para a nação Guarani, a grande derrotada neste conflito. Formou-se a Tríplice Aliança entre Brasil, Argentina e Uruguai contra o Paraguai governado pelo ditador Solano Lopes. Com a derrota do Paraguai, o país foi destruído economicamente perdendo grande parte da população economicamente ativa.

Gabarito: D

46. (G1 - CFTMG 2016)

Em 1871 foi sancionada a Lei do Ventre Livre, também conhecida como Lei Rio Branco, que determinava que:

“Art. 1º - Os filhos de mulher escrava que nascerem no Império desde a data desta lei serão considerados de condição livre.

§ 1º - Os ditos filhos menores ficarão em poder ou sob a autoridade dos senhores de suas mães, os quais terão a obrigação de criá-los e tratá-los até a idade de oito anos completos. Chegando o filho da escrava a esta idade, o senhor da mãe, terá opção, ou de receber do Estado a indenização de 600\$000 ou de utilizar-se dos serviços do menor até a idade de 21 anos completos. No primeiro caso, o Governo receberá o menor e lhe dará destino, em conformidade da presente lei.”

Disponível em: <http://www.suapesquisa.com/historiadobrasil/lei_ventre_livre.htm>. Acesso em: 15 set. 2015.

Considerando esse trecho, pode-se afirmar que a Lei do Ventre Livre:

- A) emancipou os filhos de escravas maiores de 21 anos, pondo fim ao tráfico atlântico.
- B) impossibilitou a utilização da mão de obra de filhos de escravas após completarem 8 anos de idade.
- C) isentou o governo brasileiro das responsabilidades sobre os filhos de escravos libertados nesse contexto.
- D) representou a libertação dos filhos de escravas nascidos no Brasil, mas, na prática, muitos continuavam a servir aos proprietários de suas mães.

Comentários



A questão remete a Lei do Ventre Livre ou Rio Branco, que concedia “liberdade” para as crianças escravas nascidas a partir dela, 1871. Conforme esclarece o artigo desta Lei, na prática, muitas crianças permaneciam servindo a seus proprietários. A Lei foi aprovada para acalmar a forte campanha abolicionista que crescia no Brasil.

Gabarito: D

47. (UFRGS 2016)

Considere as afirmações abaixo, sobre imigração para o Brasil e as suas políticas públicas de fomento.

I. A lei orgânica de 1867 previa uma série de benefícios e facilidades à vinda dos imigrantes europeus, como, por exemplo, o pagamento de suas passagens às colônias e a atribuição de um lote de terra de até 60 hectares por família imigrante.

II. Uma das metas do incentivo à imigração europeia era a política de “branqueamento” do país, exemplificada pelo decreto n.º 528 de 1890, que, entre outras medidas, proibia a entrada de imigrantes africanos no país, salvo em condições excepcionais.

III. As regiões do país que mais atraía imigrantes foram o Sudeste e o Nordeste, principalmente pela ausência de latifúndios significativos e de mão de obra disponível à industrialização de ambas as regiões.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas I e II.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

Comentários

A afirmativa [III] está **incorreta** porque as regiões que mais receberam imigrantes no Brasil foram o Sudeste e o Sul e esses imigrantes eram absorvidos tanto no mercado de produção de café quanto no mercado industrial.

Gabarito: C

48. (G1 - IFBA 2016)

Derramou-se fraterno o sangue no Congo.
Derramou-se luminoso, escorreu-se errante.
Derramou-se farto de bravas veias pulsantes.

Derramou-se em resistência o sangue de Canudos.
Derramou-se até onde foi possível derramar.
Derramou-se fiel sem mais se guardar



O sangue milagroso e particular em meu corpo,
de alguma estranha maneira sanguinária,
tornou-se o sangue coletivo dessas memórias.

(Fonte: CORREIA, Wesley. *Deus é negro: da partida, da chegada, da multiplicação: poesia*. Salvador: Pinaúna, 2016, p.69)

O poeta Wesley Correia sintetiza no poema “Memória a sangue” as dores dos irmãos escravizados e apresenta, em “sangue coletivo dessas memórias” (v. 9), as diferentes formas de resistência negra à condição que lhe fora imposta pelo branco dominador, entre os séculos XV ao XIX. Na História do Brasil, é possível identificar algumas formas de resistência negra, como a:

- A) Rebelião dos Marinheiros cariocas, no início do período republicano, em protesto, contra a falta de democracia e de participação popular nas decisões políticas do novo regime.
- B) luta do povo baiano, na chamada Conjuração Baiana, em defesa do livre comércio, da liberdade religiosa e do estabelecimento de relações mais liberais com a metrópole.
- C) ação dos chamados irmãos da senzala, grupos que, no contexto da luta abolicionista, invadiam as fazendas, libertando os escravos e aterrorizando as famílias dos senhores.
- D) Revolta dos Malês, em que negros islamizados propunham uma aliança com os brancos baianos para libertar o Brasil de Portugal e estabelecer um regime republicano.
- E) Guerra de Canudos, onde os seguidores de Antônio Conselheiro procuraram derrubar o recém-instalado regime republicano e restaurar a Monarquia e o poder imperial de D. Pedro II.

Comentários

A questão aponta para a resistência dos negros diante da escravidão e exploração. A partir da segunda metade do século XIX, no contexto do Segundo Reinado, surgiu a campanha abolicionista que visava abolir a escravidão no Brasil. Neste cenário, apareceram diversos grupos que apoiavam a libertação dos negros como os Caifazes em São Paulo e os “irmãos da senzala”.

Gabarito: C

49. (FGV 2016)

O excerto a seguir faz parte do parecer de uma comissão da Câmara dos Deputados sobre a lei de 1871, que discutia a escravidão no Brasil.

“Sem educação nem instrução, embebe-se nos vícios mais próprios do homem não civilizado. Convivendo com gente de raça superior, inocula nela os seus maus hábitos. Sem jus ao produto do trabalho, busca no roubo os meios de satisfação dos apetites. Sem laços de família, procede como inimigo ou estranho à sociedade, que o repele. Vaga Vênus arroja aos maiores excessos aquele ardente sangue líbico; e o concubinato em larga escala é tolerado, quando não animado, facultando-se assim aos jovens de ambos os sexos, para espetáculo



doméstico, o mais torpe dos exemplos. Finalmente, com as degradantes cenas da servidão, não pode a mais ilustrada das sociedades deixar de corromper-se.”

(*apud* Sidney Chalhoub, *Machado de Assis, historiador*. 2003)

No trecho, há um argumento:

A) político, que reconhece a importância da emancipação dos escravos, ainda que de forma paulatina, para a construção de novos elementos de cidadania social, condição mínima para o país abandonar a violência cotidiana e sistemática contra a maioria da população.

B) social, que assinala a inconsistência da defesa do fim da escravidão no país, em razão da incapacidade dos homens escravizados de participar das estruturas hierárquicas e culturais, estabelecidas ao longo dos séculos, durante os quais prevaleceu o trabalho compulsório.

C) econômico, que distingue os cidadãos ativos dos passivos, estes considerados um estorvo para as atividades produtivas, fossem na agricultura ou na procura de metais preciosos, por causa da desmotivação para o trabalho, elemento central para explicar a estagnação econômica do país.

D) cultural, que se consubstancia na impossibilidade da convivência entre homens livres e homens libertos e tenderia a produzir efeitos sociais devastadores, como tensões raciais violentas e permanentes, a exemplo do que já ocorria no sul dos Estados Unidos.

E) moral, que aponta para os malefícios que a experiência da escravidão provoca nos próprios escravos e que esses malefícios terminam por contaminar toda a sociedade, mostrando, em síntese, que os brancos eram muito prejudicados pela ordem escravocrata.

Comentários

Somente a proposição [E] está em consonância com o excerto elaborado por uma Comissão da Câmara dos Deputados sobre a Lei de 1871, a lei do Ventre Livre. No documento há um argumento moral que faz referência aos malefícios que a experiência da escravidão provoca nos próprios escravos contaminando toda a sociedade, inclusive os brancos eram prejudicados.

Gabarito: E

50. (UERJ 2015)





A pintura histórica alcançou no século XIX importante lugar no projeto político do Segundo Reinado. Esse gênero artístico mantinha intenso diálogo com a produção do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Por meio da pintura histórica, forjou-se um passado épico e monumental, em que toda a população pudesse se sentir representada nos eventos gloriosos da história nacional. O trabalho de Araújo Porto-Alegre como crítico de arte e diretor da Academia Imperial de Belas Artes possibilitou a visibilidade da pintura histórica com seus pintores oficiais, Pedro Américo e Victor Meirelles.

CASTRO, Isis Pimentel de. Adaptado de periodicos.ufsc.br.

Considerando as imagens das telas e as informações do texto, as pinturas históricas para o governo do Segundo Reinado tinham a função essencial de:

- A) consolidar o poder militar.
- B) difundir o pensamento liberal.
- C) garantir a pluralidade política.
- D) fortalecer a identidade nacional.

Comentários

Como o texto deixa claro, “por meio da pintura histórica, forjou-se um passado épico e monumental, em que toda a população pudesse se sentir representada”. Logo, as pinturas eram usadas para fortalecer a identidade nacional.

Gabarito: D

51. (PUCRS 2015)

Considere as afirmações abaixo sobre o Período Imperial brasileiro (1822-1889).

I. O Primeiro Reinado caracterizou-se pelos constantes conflitos entre o Imperador e as elites do País, tendo em vista que D. Pedro I praticamente governou de forma autoritária, desconsiderando o Legislativo.

II. Durante o Período Regencial, os governantes deixaram de ser hereditários e passaram a ser selecionados por eleições, o que leva a historiografia a considerar essa fase como sendo a

primeira experiência republicana no País, pois os regentes eram escolhidos pelo voto universal direto.

III. O Segundo Reinado foi um período de grande estabilidade política da história imperial, pois o imperador D. Pedro II ficou quase 50 anos no poder, governando com o apoio de um só partido, o Partido Conservador.

IV. Dentre os fatores que contribuíram para a crise do regime imperial, podemos elencar o conflito do Imperador com o Exército, a crise entre a monarquia e a Igreja e, por fim, a abolição da escravidão, que levou a elite cafeeicultora fluminense a romper politicamente com a monarquia.

Estão corretas apenas as afirmativas

- A) I e III.
- B) I e IV.
- C) II e III.
- D) I, II e IV.
- E) II, III e IV.

Comentários

[II] Incorreta. O voto que elegia os regentes era dado pela Assembleia Geral, formada por deputados.

[III] Incorreta. O Segundo Reinado foi marcado pela existência de dois partidos: Liberal e Conservador.

Gabarito: B

52. (Cefet MG 2015)

“Episódio que em princípio deveria ter marcado a memória popular foi a Proclamação da República. Mas não foi o que aconteceu [...]. A participação popular foi menor do que na proclamação da independência.”

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 17ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p. 80-81. (Adaptado)

Entre os principais grupos sociais, envolvidos na articulação do referido evento, destacam-se os:

- A) empresários e imigrantes.
- B) industriais e camponeses.
- C) operários e intelectuais.
- D) banqueiros e religiosos.



E) fazendeiros e militares.

Comentários

A despeito da participação popular, nossa República foi proclamada a partir da ação dos grandes fazendeiros (insatisfeitos com o governo devido à abolição da escravatura) e dos militares (insatisfeitos com a falta de participação política e influenciados pelos ideais republicanos europeus).

Gabarito: E

53. (UERJ 2015)

A um grito de “Fora o vintém!”, os manifestantes começaram a espancar condutores, esfaquear mulas, virar bondes e arrancar trilhos ao longo da rua Uruguaiana. Dois pelotões do Exército ocuparam o Largo de São Francisco, postando-se parte da tropa em frente à Escola Politécnica, atual prédio do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ. A multidão dispersou-se e, salvo pequenos distúrbios nos três dias seguintes, estava findo o motim do vintém. A cobrança da taxa passou a ser quase aleatória. As próprias companhias de bondes pediam ao governo que a revogasse. Desmoralizado, o ministério caiu a 28 de março. O novo ministério revogou o desastrado tributo.

Adaptado de CARVALHO, José Murilo de. A Guerra do Vintém. *Revista de História*, setembro/2007.

Ocorrida entre o final de 1879 e o início de 1880, a Revolta do Vintém representou a manifestação de segmentos populares descontentes com a decisão do governo de aumentar os preços das passagens dos bondes puxados a burro, que trafegavam na então capital do Império.

Um dos principais efeitos dessa revolta naquele momento foi:

- A) politização dos oficiais militares.
- B) privatização dos serviços públicos.
- C) modernização dos meios de transporte.
- D) enfraquecimento das instituições monárquicas.

Comentários

A *Revolta do Vintém* enquadra-se no quadro de crise do Segundo Reinado, deflagrada, principalmente, após a Guerra do Paraguai. Esse quadro de crise incluía o fortalecimento do Exército e a ampliação dos movimentos Republicano e abolicionista. Nesse contexto, a opinião pública e a população em geral passaram a defender mudanças de cunho político, econômico e social do país. Quando o governo da capital decidiu cobrar um imposto sobre o preço da passagem



de bonde, a população, já insatisfeita com os rumos do país, revoltou-se, o que serviu para abalar ainda mais o já conturbado ambiente da Monarquia brasileira em fins da década de 1870.

Gabarito: D

54. (FGV 2015)

No livro de crônicas *Cidades Mortas*, o escritor Monteiro Lobato descreve o destino de ricas cidades cafeicultoras do Vale do Paraíba. Bananal, que chegou a ser a maior produtora de café da província de São Paulo, tornou-se uma “cidade morta”, que vive do esplendor do passado: transformou-se em uma estância turístico-histórica, mantendo poucas sedes majestosas conservadas, como a da Fazenda Resgate. A maioria, entretanto, está em ruínas. O fim da escravidão foi o fim dos barões. E também o fim do Império.

(Sheila de Castro Faria, Ciclo do café *In* Luciano Figueiredo (org), *História do Brasil para ocupados*, 2013, p.164)

Sobre a conclusão apresentada no texto, é correto afirmar que:

- A) a decadência econômica do vale do Paraíba tem fortes vínculos com as periódicas crises internacionais que reduziam a demanda pelo café, mas a causa central da derrocada do cultivo nessa região foi a ação do Império combatendo a imigração.
- B) o Centro-Sul, especialmente a região do vale do Paraíba, manteve uma constante crítica à Monarquia, em razão da defesa que esta fazia do federalismo, opondo-se ao centralismo político-administrativo, prejudicial aos negócios do café.
- C) a decadência da produção cafeeira no vale do Paraíba, relacionada aos problemas de solo, foi impulsionada pela abolição da escravatura, fato que levou os grandes proprietários de terra da região a retirarem o seu apoio à Monarquia.
- D) as divergências entre os cafeicultores do vale do Paraíba e a liderança do Partido Conservador cristalizaram-se com o fim do tráfico de escravos, culminando no rompimento definitivo com a lei do Ventre Livre.
- E) a posição antimonarquista dos cafeicultores do vale do Paraíba, fundadores do Partido Republicano, resultou na imposição de medidas, por parte da elite imperial, prejudiciais a essa elite, como a proibição da entrada de imigrantes.

Comentários

Somente a proposição [C] está correta. A questão remete a uma relação entre cafeicultura, escravidão e a monarquia. O café começou a ser produzido em larga escala no Vale do Paraíba de maneira tradicional, ou seja, com latifúndio escravista visando o mercado externo bem parecido com o contexto do engenho colonial. Assim, esta elite escravista do Rio de Janeiro apoiava a monarquia. Porém, depois de algumas décadas o solo foi se desgastando surgindo erosões e a lavoura cafeeira começou a migrar rumo ao “Oeste Paulista”. No vale do Paraíba, surgiram então, “as cidades mortas” que começaram a viver do esplendor do passado através do turismo. Desta forma, há uma relação entre a crise da cafeicultura no Rio de Janeiro, abolição da escravatura e o fim da monarquia considerando que os barões do café após a Lei Áurea abandonam a monarquia.



Gabarito: C

55. (Mackenzie 2015)

“Como resultado desse mecanismo, houve, em um governo de cinquenta anos, a sucessão de 36 gabinetes, com a média de um ano e três meses de duração cada um. (...) Tratava-se de um sistema flexível que permitia o rodízio dos dois principais partidos no governo, sem maiores traumas. Para quem estivesse na oposição, havia sempre a esperança de ser chamado a governar. Assim, o recurso às armas se tornou desnecessário”.

Boris Fausto. *História do Brasil*. 13ª ed. São Paulo: EDUSP, 2008, pp.179-180

O texto refere-se:

- A) à República Oligárquica, cujo revezamento político das oligarquias paulista e mineira, no plano federal, consolidou os interesses da elite agroexportadora.
- B) ao sistema político vigente no Segundo Reinado, que fortaleceu a figura do monarca e consolidou a ordem aristocrática-latifundiária-escravista imperial.
- C) ao sistema bipartidário do Regime Militar no Brasil, que criou mecanismos fraudulentos de eleições e suprimiu as liberdades individuais dos cidadãos.
- D) às divisões políticas e partidárias da República Populista, com os embates entre os conservadores e os entreguistas, no tocante à condução da política econômica.
- E) aos mecanismos de poder existentes na Era Vargas, que permitiu o fortalecimento do presidente ao alternar no poder os grupos políticos aliados a ele.

Comentários

Somente a proposição [B] está correta. A questão remete ao Segundo Reinado, 1840-1889. Foi o longo governo de D. Pedro II. Este assumiu o trono com quinze anos incompletos após o caos político e social do Período Regencial, 1831-1840. O retorno da monarquia era visto por muitos como a possibilidade de restaurar a ordem social. O jovem imperador consolidou a ordem aristocrática-latifundiária-escravista e criou o Parlamentarismo no Brasil em 1847 inspirado no modelo Inglês para buscar a estabilidade política através da acomodação no poder de representantes dos partidos Liberal e Conservador. Daí a sucessão de 36 gabinetes, um verdadeiro rodízio político entre os dois partidos. Vale lembrar que os dois partidos “eram farinha do mesmo saco”, ou seja, não havia tantas diferenças ideológicas entre eles.

Gabarito: B

56. (UFSM 2015)

Na Itália, na 2ª metade do século XIX, a escassez de carne e o excesso de polenta na dieta alimentar ocasionaram grande número de casos de desnutrição e de pelagra, sinais de grave crise econômica que afetava muito o setor camponês. Essa situação articulou-se com a seguinte realidade brasileira, na mesma época:

- A) a organização de uma estrutura econômica voltada à produção de alimentos e, conseqüentemente, de mercado consumidor interno.



- B) a política de incentivo à vinda de mão de obra europeia, com o propósito de substituir o trabalho escravo nas fazendas de café.
- C) a crise do Estado Nacional e o projeto de formação de uma população saudável e mestiça.
- D) a necessidade de soldados para multiplicar o Exército nacional, defender as fronteiras e garantir o domínio na Região do Prata.
- E) a expulsão dos colonos das terras do Sudeste e o favorecimento de nova mão de obra para gerir a pequena e média propriedade rural.

Comentários

Durante o Segundo Reinado brasileiro, devido à queda na importação de escravos (por conta da proibição do tráfico intercontinental), o governo brasileiro passou a incentivar a vinda de imigrantes para trabalhar nas lavouras de café. Coincidentemente, como mostra o texto, a Itália, nessa época, passava por um período de crise econômica, o que propiciou a vinda de muitos italianos para o Brasil.

Gabarito: B

57. (UEPA 2015)

O interesse de fazendeiros e da coroa imperial pela imigração europeia para o Brasil, na segunda metade do século XIX, estimulou novo fluxo de mão de obra no país, no contexto de declínio e extinção da escravidão. A introdução dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro no período indicado:

- A) ocorreu dentro dos parâmetros de exploração do trabalho antes imposto aos negros escravizados no campo e na cidade.
- B) promoveu o nascente mercado de trabalho livre e assalariado, caracterizado pela exclusão das populações negras antes vinculadas à escravidão.
- C) realizou-se especialmente nas províncias setentrionais do país, marcadamente desfalcadas de mão de obra após a abolição da escravidão.
- D) acirrou as disputas por vagas no mercado de trabalho entre negros e brancos, o que dificultou a inserção de trabalhadores de origem europeia.
- E) demonstrou a ineficácia da introdução de mão de obra europeia no país, dada a abundância de trabalhadores negros e mestiços.

Comentários

Somente a proposição [B] está correta. A questão remete ao processo de imigração europeia para o Brasil durante o Segundo Reinado, 1840-1889. Ancorados em ideias racistas importadas da Europa, a elite agrária brasileira preferiu imigrantes europeus para substituir os negros. Desta forma, contribuiu para o surgimento de um mercado interno de trabalho livre e assalariado, caracterizado pelas pessoas negras que antes eram escravas.

Gabarito: B



58. (CEFET MG 2015)

“O ano de 1850 foi um marco divisor de águas, devido à promulgação da lei Eusébio de Queiroz. Embora, após a extinção oficial do tráfico, tenham sido registrados alguns desembarques clandestinos de africanos, estes foram em pequeno número e, dez anos após a promulgação da referida lei, o Brasil havia definitivamente deixado de ser um país importador de escravos.”

DEL PRIORE, Mary; VENÂNCIO, Renato. *Uma breve história do Brasil*. São Paulo: Ed. Planeta do Brasil, 2010. p. 183. (Adaptado)

A lei de 1850 representou um marco importante no processo de abolição da escravidão no país. Essa medida teve como impacto o (a):

- A) declínio da produção cafeeira.
- B) crescimento do número de alforrias.
- C) distribuição de terras para os libertos.
- D) intensificação do tráfico interprovincial.
- E) adoção de uma política de reprodução de cativos.

Comentários

O fim do tráfico intercontinental obrigou os senhores de escravo brasileiros a promover o chamado *tráfico interprovincial*: compra e venda de escravos de uma província para a outra, em especial do Nordeste para o Sudeste.

Gabarito: D

59. (G1 - IFSC 2015)



A charge sobre o período da guerra do Paraguai demonstra o claro preconceito dos autores da charge contra os soldados brasileiros negros que lutaram na Guerra do Paraguai. Sobre o alistamento de soldados para essa guerra é CORRETO afirmar que:

- A) Como é demonstrado na charge, no Brasil um grande número de militares de alta patente, como coronéis e generais, eram negros.
- B) Ao alistarem-se para lutarem na Guerra do Paraguai, os escravos negros eram alforriados de seus senhores.
- C) Apesar da promessa de alforria para os que lutaram na Guerra do Paraguai, a lei não foi cumprida.
- D) O sucesso do alistamento de escravos brasileiros na Guerra do Paraguai foi continuado em outras guerras como a Primeira Guerra Mundial.
- E) Apesar de a charge retratar os brasileiros, o número de soldados negros do Brasil foi muito reduzido em comparação aos negros argentinos e uruguaios.

Comentários

Somente a proposição [B] está correta. A questão remete a Guerra do Paraguai, 1865-1870. A Guerra do Paraguai aconteceu dentro do Segundo Reinado, 1840-1889. Neste período estava ocorrendo a transição do trabalho escravo para o trabalho livre assalariado com a chegada dos imigrantes europeus. O nordeste brasileiro estava em grave crise econômica desde a crise açucareira ocorrida no final do século XVII. Desta forma, a Guerra do Paraguai foi utilizada pela elite branca e racista do Brasil para fazer uma limpeza étnica com alistamento dos negros para lutar na Guerra do Paraguai. Ao compor o exército brasileiro, os negros eram alforriados dos seus senhores. As demais alternativas estão incorretas.

Gabarito: B

60. (UERN 2015)

Lei nº 3353, de 13 de maio de 1888, declara extinta a escravidão no Brasil.

A Princesa Imperial Regente em nome de Sua Majestade, o Imperador o Senhor D. Pedro II, faz saber a todos os súditos do Império que a Assembleia Geral decretou, e ela sanciona a Lei seguinte:

Artigo 1º: É declarada extinta desde a data desta Lei a escravidão no Brasil.

Artigo 2º: Revogam-se as disposições em contrário.

(Disponível em: http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/trabalho-escravo/lei_3353_1888.pdf.)

De acordo com o conteúdo da lei anteriormente exposta e a trajetória da abolição da escravidão no Brasil, analise as afirmativas.

- I. Logo após a abolição, direitos e deveres constitucionais foram estendidos aos libertos e a seus algozes.
- II. A Constituição de 1824 permitia que cada estado (província) estabelecesse legislação própria em relação à escravidão.



III. Mesmo depois da Lei Áurea, o tráfico de escravos continuou a representar a atividade mais lucrativa do Império.

IV. Com o advento da Lei Áurea, a legitimidade antes atribuída à escravidão, deixa de existir oficialmente no Brasil.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

A) I, apenas.

B) IV, apenas.

C) I, II, III e IV.

D) II e III, apenas.

Comentários

A Lei Áurea, apesar de simbolicamente ser extremamente importante, foi, na verdade, muito simplória: contendo apenas dois parágrafos, somente aboliu a escravidão (afirmativa [IV]), mas nada determinou a respeito da inclusão dos recém-libertos na cidadania do Império (afirmativa [I]). Ainda assim, como previsto na Constituição vigente na época, era válida em todo o território imperial (afirmativa [II]) e pôs fim ao tráfico e a prática escravista em todo o Império (afirmativa [III]).

Gabarito: B

61. (UFU 2015)

Para os historiadores das décadas de 1960 e 1970, o Brasil e a Argentina teriam sido manipulados por interesses da Grã-Bretanha, maior potência capitalista da época, para aniquilar o desenvolvimento autônomo paraguaio, abrindo um novo mercado consumidor para os produtos britânicos. A guerra era uma das opções possíveis, que acabou por se concretizar, uma vez que interessava a todos os envolvidos. Seus governantes, tendo por base informações parciais ou falsas do contexto platino e do inimigo em potencial, anteviram um conflito rápido, no qual seus objetivos seriam alcançados com o menor custo possível. Aqui não há “bandidos” ou “mocinhos”, mas interesses.

DORATIOTTO, Francisco. *Maldita guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 87-96. (Adaptado).

A Guerra do Paraguai foi o maior conflito militar no qual o Brasil se envolveu em sua história. Nas novas interpretações dos historiadores para a guerra,

A) tem sido destacada a natureza democrática do governo de Solano López, bem como a crescente industrialização do Paraguai.

B) tem sido enfatizada a importância do conflito para o fortalecimento do regime monárquico brasileiro.



- C) tem sido valorizada a dinâmica geopolítica interna do continente sul-americano, em oposição às teorias da responsabilidade externa pela guerra.
- D) têm sido destacados os interesses expansionistas brasileiros como a principal causa da guerra.

Comentários

A *dinâmica geopolítica interna* citada na opção correta diz respeito aos interesses dos países sul-americanos no controle da Bacia do Rio da Prata. Hoje, essa dinâmica é vista como uma das principais causas para a ocorrência da Guerra do Paraguai.

Gabarito: C

62. (UERN 2015)

A República da Espada teve início quando os militares lideraram o país politicamente entre os anos de 1889 a 1894. Assim que a Monarquia foi derrubada, o governo provisório do Marechal Deodoro da Fonseca guiou as decisões tomadas no Brasil naquele período. Um dos fatores que contribuiu para a ascensão dos militares ao poder no Brasil, logo no início da República, foi:

- A) o apoio incondicional das oligarquias rurais e dos grandes cafeicultores paulistas, que tinham, em sua maioria, representantes no exército brasileiro.
- B) a vitória do Brasil na Guerra do Paraguai, que de uma certa forma fortaleceu o exército, que passou a exigir maiores saldos e maior participação política.
- C) a subvenção inglesa na implantação da República Brasileira interessada na expansão da Doutrina *Monroe*, que defendia o fim dos regimes monárquicos na América.
- D) a tendência latino-americana de estabelecer governos ditatoriais e militares, atrelados às concepções imperialistas e bolivarianas e, naturalmente, desvinculados da influência norte-americana.

Comentários

A participação brasileira na Guerra do Paraguai fortaleceu o Exército brasileiro. Após a empreitada na Guerra, os militares brasileiros voltaram valorizados, e passaram a discutir a situação do país a partir da própria situação das Forças Armadas, exigindo melhores condições de trabalho e mais participação política.

Gabarito: B

63. (Vunesp 2015)

Não há dúvida de que os republicanos de São Paulo e do Rio de Janeiro representavam preocupações totalmente distintas. Enquanto os republicanos da capital, ou melhor, os que assinaram o Manifesto de 1870, refletiam as preocupações de intelectuais e profissionais liberais urbanos, os paulistas refletiam preocupações de setores cafeicultores de sua província. [...] A principal preocupação dos paulistas não era o governo representativo ou os direitos individuais, mas simplesmente a federação, isto é, a autonomia estadual.



(José Murilo de Carvalho. *A construção da ordem*, 1980.)

As diferenças entre os republicanos de São Paulo e do Rio de Janeiro, nas décadas de 1870 e 1880, podem ser explicadas, entre outros fatores,

A) pelo interesse dos paulistas em reduzir a interferência do governo central nos seus assuntos econômicos e em concentrar, na própria província, a maior parte dos recursos obtidos com exportação.

B) pela disposição dos intelectuais da capital de assumir o controle pleno da administração política nacional e de eliminar a hegemonia econômica dos cafeicultores e comerciantes de São Paulo.

C) pela ausência de projetos políticos nacionais comuns aos representantes de São Paulo e do Rio de Janeiro e pela defesa pragmática dos interesses econômicos das respectivas províncias.

D) pelo esforço dos paulistas em eliminar as disparidades regionais e em aprofundar a unidade do país em torno de um projeto de desenvolvimento econômico nacional.

E) pela presença dos principais teóricos ingleses e franceses do liberalismo no Rio de Janeiro e por sua influência junto à intelectualidade local e ao governo monárquico.

Comentários

São Paulo era o principal centro econômico brasileiro na época do Segundo Reinado. Nesse estado, o movimento republicano priorizou a discussão acerca da adoção do federalismo, que conferiria ao estado autonomia para gerenciar seus assuntos políticos e econômicos, utilizando, assim, sua economia em benefício próprio.

Gabarito: A

64. (CEFET MG 2015)

“A situação política no Uruguai é particularmente importante para entender o desencadear da Guerra do Paraguai. Em 1861, o presidente uruguaio Bernardo Berro, do Partido Blanco, se recusou a renovar com o Brasil o Tratado de Comércio e Navegação, de 1851. Com essa medida, reduziu a dependência do Uruguai em relação ao Império brasileiro. Ao mesmo tempo, ele instituiu um imposto sobre as exportações de gado em pé para o Rio Grande do Sul, atingindo os interesses de estancieiros gaúchos com propriedades no Uruguai. Por outro lado, o cenário político do rio da Prata ganhou um novo Estado Nacional em 1862, com o surgimento da República Argentina. A nação nasce sob a liderança da burguesia de Buenos Aires, tendo Bartolomeu Mitre como presidente.”

FIGUEIREDO, Luciano (org.). *História do Brasil para ocupados*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2013. p. 364. (Adaptado)



De acordo com o texto, a tensão entre as quatro nações envolvidas na Guerra do Paraguai, iniciada pouco depois do contexto descrito, teria sido motivada pela:

- A) ação imperialista da Inglaterra.
- B) disputa geopolítica no estuário do Prata.
- C) expansão do modelo federalista da Argentina.
- D) reprovação ao governo autoritário do Uruguai.
- E) convergência de interesses econômicos na América.

Comentários

A disputa pelo domínio do estuário do rio da Prata – e, conseqüentemente, da sua riqueza – foi um dos motores para o início da Guerra do Paraguai. Brasil, Argentina e Paraguai desejavam controlar tal região.

Gabarito: B

65. (G1 - CPS 2015)

Marietta Maria Baderna foi uma bailarina italiana que chegou ao Brasil em 1849. Seus fãs eram apelidados de “badernistas”. Leia um pouco mais sobre ela.

Sempre à frente de seu tempo, Baderna se interessou pelos ritmos afro-brasileiros, danças com movimentos bastante ousados para a época de Dom Pedro II. Interessante que sempre que os moralistas tentavam boicotá-la (diminuindo seu tempo no palco, ou a colocando em segundo plano), os badernistas protestavam, batendo os pés no chão e interrompendo o espetáculo. Ao término da apresentação, saíam do teatro batendo os pés e gritando o nome da musa: Baderna!

(<http://tinyurl.com/ko35was> Acesso em: 01.07.2014. Adaptado)

Desde então, parte dos movimentos populares, que se destacam pelos gritos e barulhos dos manifestantes, levam o nome dessa ousada bailarina.

É correto afirmar que, no período histórico em que Baderna chegou ao Brasil, o governo enfrentava:

- A) a Revolução Praieira.
- B) a Guerra de Canudos.
- C) a Revolta da Vacina.
- D) a Inconfidência Mineira.
- E) o Quilombo dos Palmares.

Comentários

O texto é muito interessante, porém a questão é factual e envolve apenas o conhecimento cronológico. Das alternativas apresentadas, a única que ocorreu durante o reinado de D. Pedro II



foi a Revolução Praiera, movimento de curta duração em 1848, na cidade de Recife, reprimida pelo governo e que produziu pequenos efeitos nos anos seguintes (que não são retratados nos livros didáticos e apostilas).

Gabarito: A

66. (UECE 2015)

Atente para as afirmações a seguir, acerca do Processo de Abolição dos Escravos no Brasil, e assinale com V as afirmações verdadeiras e com F, as falsas.

() Em 1850, o Brasil foi levado a extinguir o tráfico internacional, porém, surgiu o tráfico interno com a venda de escravos das áreas mais pobres para as mais desenvolvidas.

() Nesse processo, algumas leis foram aprovadas com o objetivo de acalmar os abolicionistas e ir lenta e gradualmente extinguindo a escravidão, quais sejam: Lei do Ventre Livre, Lei do Sexagenário.

() Nesse movimento não se tem notícias de insurreições ou ações dos próprios escravos em prol da própria liberdade, em virtude da forte repressão presenciada nos últimos momentos do período escravocrata.

() A abolição da escravatura se deu ainda no Reinado de D. Pedro II e representou um grande avanço para a inserção do ex-escravo como cidadão na sociedade brasileira.

A sequência correta, de cima para baixo, é:

A) V - V - V - F.

B) V - V - F - F.

C) F - V - F - V.

D) F - F - F - V.

Comentários

A terceira proposição é **falsa** porque o movimento de luta pela abolição contou com a participação ativa dos cativos brasileiros, fazendo, inclusive, insurreições e manifestações;

A quarta proposição é **falsa** porque após a abolição o Governo Imperial brasileiro não criou nenhum mecanismo de inserção dos negros recém libertos na sociedade brasileira.

Gabarito: B

67. (UEPA 2015)

Leia o texto para responder à questão.

A expansão cafeeira em direção ao Oeste de São Paulo, inaugurada justamente na fase de abolição do tráfico atlântico, além de estimular os debates e políticas imigrantistas, ativou outras formas de tráfico de escravos, dessa vez entre regiões do Brasil.[...] Essa nova modalidade de tráfico negociou basicamente crioulos e, como no tráfico atlântico, nela



predominaram homens adultos, sendo poucas as mulheres e menos ainda as crianças e velhos.

(VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, p. 237-239.)

O desenraizamento do escravo crioulo provocado pelo tráfico interno teve peso considerável para o fim da escravidão, pois:

A) a separação de famílias, ou o perigo dela, gerava revoltas, fugas, formação de quilombos e atentados individuais contra senhores e feitores, sem contar os suicídios.

B) o progressivo aparecimento de pequenos proprietários de escravos contribuiu para a crescente deslegitimação da propriedade escrava e o aumento das forças opositoras ao escravismo.

C) os escravos de nação resistiram ao processo de ladinização, que afetava o modo de vida de africanos, desestimulando o trabalho coletivo, base das estratégias de resistência.

D) o número de escravos nas áreas urbanizadas aumentou em relação ao das rurais, onde os fazendeiros rejeitaram o tráfico interprovincial e investiram na abolição.

E) as Províncias onde o número de escravos era maior antes de 1850, aderiram à campanha abolicionista deflagrada pelo Império para combater o tráfico interno e estimular a imigração.

Comentários

Somente a proposição [A] está correta. A questão remete a expansão do café para o Oeste de São Paulo. O Brasil vivia o contexto do Segundo Reinado, 1840-1889, quando aconteceu a transição do trabalho escravo para o trabalho livre. Em 1850 foi aprovada a Lei Eusébio de Queirós proibindo o tráfico de escravos para o Brasil o que explica a chegada de muitos imigrantes europeus. A partir desta data ocorreu um comércio interno de escravos, principalmente negros que foram deslocados do nordeste decadente economicamente para o Sudeste. Neste tráfico interno ocorreu a separação entre famílias o que contribuiu para o fim da escravidão no Brasil.

Gabarito: A

68. (UNISC 2015)

A desigualdade social que permeia a sociedade brasileira está umbilicalmente vinculada à escravidão que foi a base do sistema escravista. O tráfico negreiro no Brasil perdurou do século XVI ao XIX. Além de receber o maior contingente de africanos escravizados (cerca de 40% do total), o país foi a última nação americana a abolir a escravidão. Oficialmente, a extinção do tráfico negreiro ocorreu através da:

A) Lei do Ventre Livre.

B) Lei dos Sexagenários.

C) Lei Eusébio de Queirós.



- D) Lei Nabuco de Araújo.
- E) Lei Bill Aberdeen.

Comentários

A questão remete a Lei Eusébio de Queirós aprovada no Brasil em 1850. Esta importante lei aboliu o tráfico de escravo no Atlântico reduzindo drasticamente o número de escravos no Brasil. No dia 13 de maio de 1888, através da Lei Áurea, foi abolida a escravidão no Brasil. As leis abolicionistas aprovadas no Brasil no contexto do Segundo Reinado, 1840-1889, estavam vinculadas as transformações econômicas ligadas ao café e a Revolução Industrial.

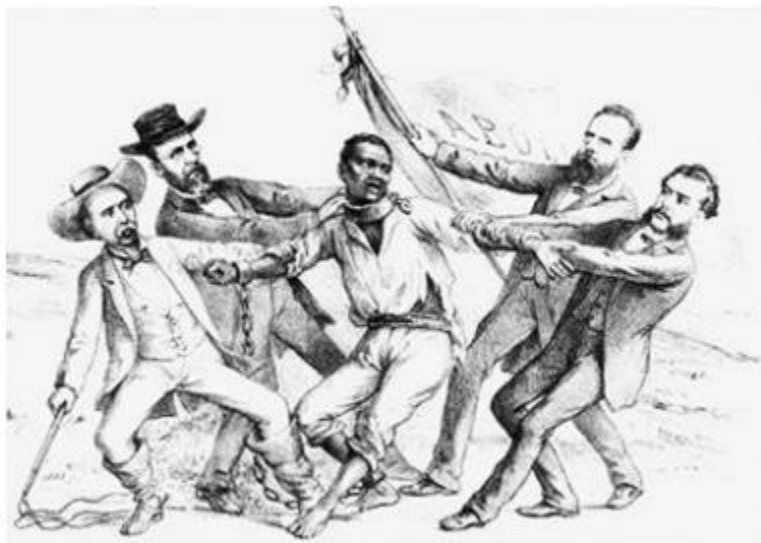
Gabarito: C





1. (IBFC - Pref. de Cabo de Santo Agostinho-PE - Professor de História /2019)

Não havia outro meio de transportar aquela raça (os africanos) à América, senão o tráfico. Por conta da consciência individual, ocorrem as atrocidades cometidas. Não carregava a ideias com a responsabilidade de semelhantes atos, como não se impunha a religião católica, a sublime religião da caridade, as carnificinas da inquisição. O tráfico, na sua essência, era o comércio de homens; a mancipatio dos romanos. Sem a escravidão africana e o tráfico que a realizou, a América seria ainda hoje um vasto deserto (ALENCAR, 1867).



(Fonte: Scielo)

O trecho acima foi escrito por José de Alencar em 1867 para defender a escravidão no Brasil contra a iminente ameaça do governo em submetê-la a um processo legislativo de emancipação. Já a ilustração acima, de Agostini, refere-se ao confronto entre os abolicionistas e os escravocratas, que insistiam em manter a instituição da escravidão. A respeito deste período, assinale a alternativa incorreta.

A) Pode-se dizer que os discursos escravistas, produzidos no contexto da lei do ventre livre, compõem o ponto de chegada de um processo mais amplo, cuja montagem data, pelo menos, desde meados do período regencial (1831- 1840)

B) Embora a escravidão negra tivesse sido progressivamente desmontada nos países e nas colônias da América após a Era das Revoluções, duas outras sociedades também fundadas na instituição cresceram vigorosamente sob o influxos do capitalismo de livre mercado: a ilha de Cuba e o sul dos Estados Unidos

C) Enquanto o governo norte americano exerceu jurisdição sobre territórios sem cativos, o Império do Brasil se arquitetou sobre uma sociedade genuína e integralmente escravista

D) Por volta de 1850, o contrabando de africanos se avolumou em escala extraordinária, montando a cerca de 900 mil pessoas violentamente trazidas ao país nos quinze anos subsequentes

2. (Pref. de Juazeiro do Norte-CE - Professor de História /2019)

Sobre as mudanças causadas pela economia cafeeira no Brasil do século XIX, analise as afirmativas a seguir.

I. Até o final do século XIX, por volta de 1870, havia poucas indústrias no Brasil. Contudo, após o crescimento da produção cafeeira, muitos cafeicultores usaram seu dinheiro para montar indústrias de sabão, de tecidos, de bebidas, de papel e de alimentos.

II. São Paulo foi a cidade que mais passou por mudanças com a riqueza trazida pelo café. O comércio e a população cresceram, mansões luxuosas foram construídas, indústrias foram instaladas e a eletricidade passou a ser utilizada para iluminar as ruas e fazer funcionar os bondes e as máquinas das indústrias.

III. Um dos símbolos mais expressivos da economia cafeeira foram as grandes construções, as estradas de ferro que transportavam o café pelo País como, por exemplo, a estação de trem da Luz em São Paulo.

Marque a opção que indica a(s) afirmativa(s) CORRETA(S).

- A) I – II.
- B) II.
- C) I – II – III.
- D) II – III.
- E) I – III.

3. (IDHTEC - Pref. de Maragogi-AL - Professor de História /2019)

Sobre a política e o trabalho no Segundo Reinado marque a alternativa incorreta:

A) Nos primeiros anos da monarquia, a vida política do Brasil concentrava-se em torno de três grupos políticos: liberais moderados, liberais exaltados e restauradores.

B) A disputa entre liberais e conservadores pelo poder no parlamento, por meio do gabinete ministerial, deixava nossa política bastante instável. D. Pedro II foi o responsável por controlar as disputas políticas e por criar um regime conhecido como parlamentarismo, sistema parlamentar no qual o imperador tinha função meramente decorativa.

C) Havia muitas tensões políticas no país envolvendo diferentes questões. Existiam os federalistas, que defendiam maior autonomia para as províncias, enquanto outros defendiam



a centralização do poder para que as províncias não tivessem autonomia; alguns eram monarquistas, enquanto outros eram republicanos.

D) O processo de transição para o fim do trabalho escravo foi realizado lentamente, demonstrando o desinteresse da monarquia em acabar com a escravidão no Brasil.

E) A vinda dos imigrantes ao Brasil surgiu como alternativas para substituir os escravos. Vieram para o Brasil um grande número de italianos e portugueses, bem como alemães e espanhóis.

4. (Pró-Município - Pref. Municipal de Redenção-CE – Prof. de História / 2019)

A declaração da maioria de Pedro de Alcântara três anos antes do previsto foi tramada pelos liberais, que faziam oposição à Regência de Araújo Lima. O menino seria sagrado imperador como Pedro II e seu governo duraria 49 anos. Marque a opção que indique um dos fatos ocorridos no Segundo Reinado.

A) No início o jovem imperador montou um ministério com políticos conservadores, mas este gabinete durou apenas oito meses, pois não conseguiu pacificar as províncias;

B) Neste período a existência de diferenças ideológicas entre os grupos dominantes era marcante. As eleições representavam a vontade da maioria da população;

C) Ocorre a consolidação do deslocamento do eixo econômico das velhas regiões agrícolas do Centro-Sul para o Nordeste;

D) Em 1864, forças brasileiras invadiram o Uruguai com o objetivo de derrubar o presidente Atanásio Aguirre e substituí-lo por Venâncio Flores.

A respeito do Primeiro Reinado e do processo de independência do Brasil, julgue os itens seguintes.

5. (CEBRASPE – Pref. São Cristóvão-SE - Professor de EB - História / 2019)

A chamada Lei do Ventre Livre trouxe amplas mudanças nas relações entre senhores e pessoas escravizadas, como a criação do Fundo de Emancipação de Escravos, cujo objetivo era promover a alforria de escravos, com preferência para famílias, mulheres e crianças.

Com relação aos movimentos sociais ocorridos no Brasil imperial, julgue os itens subsecutivos.

6. (CEBRASPE – Pref. São Cristóvão-SE - Professor de EB - História / 2019)

A abolição da escravatura foi resultado de campanha elitista concentrada em debates parlamentares e dirigida por políticos, como Joaquim Nabuco.



7. (CEBRASPE – Pref. São Cristóvão-SE - Professor de EB - História / 2019)

A imposição do sistema métrico decimal, na segunda metade do século XIX, levou à ocorrência de diversas revoltas pelo Brasil imperial, as quais vieram a ser conhecidas como revoltas do quebra-quilos.

8. (IBADE – SEE-Vitória-ES – Professor de História PEB III / 2019)

Leia o relato do naturalista Charles Darwin em sua passagem por terras brasileiras no século XIX:

“(…)É notório este lugar, pelo fato de ter sido, durante muito tempo, o quilombo de alguns escravos fugidos que, cultivando pequeno terreno próximo à vertente, conseguiram suprir-se do necessário sustento. Mas foram, um dia, descobertos e reconduzidos dali por uma escolta de soldados. Uma velha escrava, no entanto, preferindo a morte à vida miserável que vivia, lançou-se do alto do morro, indo despedaçar-se contra as pedras da base. Se se tratasse de alguma matrona romana, esse gesto seria interpretado como nobilitante amor à liberdade, mas, numa pobre negra, não passava de simples caturrice de bruto.”

(Darwin, 1871, p. 7).

A passagem acima indica que:

- A) o racismo é também um conjunto de disposições, esquemas de percepção e estratégias de ação – ou seja, um aspecto do habitus – que reforça e legitima a dominação racial.
- B) grupos que racializam outros de maneira negativa tendem a trair os ideais que formam o conjunto de heranças culturais ocidentais.
- C) os ideais ingleses de liberdade, apesar de difundir os ideais do anti-escravismo, foram incapazes de inibir a prática do tráfico negreiro e seus males.
- D) o habitus racial do grupo minoritário se reproduz pela internalização das divisões raciais do mundo social, o que implica na impossibilidade de mudanças e reformulações no processo de reprodução.
- E) podemos presumir que toda e qualquer desigualdade racial é consequência do racismo e a continuação de tais diferenças em longo prazo sugerem fortemente a operação de algum tipo de discriminação racial.

9. (NUCEPE/UESPI – Pref. Teresina-PI - SEMEC - Professor 2º Ciclo - História / 2019)

Sentimento capaz de explicar comportamentos coletivos, o medo de revoltas marcou a primeira metade do século XIX. O acúmulo de frustrações com a emancipação criou uma reação no corpo social. Miséria, fome, fisco, falta de liberdade, concorrência com os “alfacinhas”, tudo se misturou num caldeirão de sangue e fogo, e, entre a abdicação de d. Pedro I e a maioria de d. Pedro II, conflitos violentos sacudiram o país.



(DEL PRIORE, Mary. Histórias da gente do Brasil: Império. São Paulo: LEYA, 2018, p.27)

Entre os conflitos ocorridos no intervalo de tempo mencionado no texto, merecem destaque

A) a Cabanagem (1835-1840), ocorrida na Bahia e que tinha como principal objetivo a conquista da independência da província, e a Balaiada (1838-1841) ocorrida no Maranhão, motivada, entre outros fatores, pela insatisfação popular diante dos desmandos políticos dos grandes fazendeiros da região.

B) a Guerra dos Farrapos (1835-1845), ocorrida no Rio Grande do Sul e motivada pela reação de pequenos fazendeiros à política fiscal do governo imperial, e a Cabanada (1832-1835), ocorrida no Pará, que tinha como objetivo principal a conquista da independência do Grão-Pará.

C) a Balaiada (1838-1841), ocorrida no Maranhão e motivada pelos conflitos entre as facções dos Cabanos e dos Bem te vis, grupos que desconsideravam os problemas das camadas populares, e a Sabinada (1837-1838), ocorrida na Província da Bahia e motivada pela revolta de populares contra o recrutamento obrigatório.

D) a Guerra dos Farrapos (1835-1848), ocorrida no Rio Grande do Sul e motivada pela insatisfação dos grandes proprietários rurais com a abdicação de D. Pedro I, e a Balaiada (1838-1841), ocorrida no Maranhão e que tinha como principal finalidade a independência da Província do Grão-Pará e Maranhão.

E) a Cabanada (1832-1835), ocorrida no Pará e motivada pela insatisfação dos grandes proprietários de terras com a cobrança de altos impostos sobre o comércio do algodão, e a Guerra dos Farrapos, ocorrida no Rio Grande do Sul (1835-1848) e liderada por monarquistas contra o movimento republicano local.

10. (NUCEPE/UESPI – Pref. Teresina-PI - SEMEC - Professor 2º Ciclo - História / 2019)

Quadro 1: Distribuição étnica no Brasil (século XVI – XIX)

Etnias – cores/tempo histórico e porcentagem	1538-1600	1601-1700	1701-1800	1801-1850	1851-1890
Africanos	20	30	20	12	2
Negros brasileiros	-	20	21	19	13
Mulatos	-	10	19	34	42
Branco brasileiros	-	5	10	17	24
Europeus	30	25	22	14	17
Índios integrados	50	10	8	4	2

Fonte: MUSSA, Alberto Baeta Neves. *O papel das línguas africanas na história do português do Brasil*. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1991, p.163.

A análise do quadro da distribuição étnica no Brasil Imperial, demonstra que

A) a população de africanos, negros brasileiros e índios integrados diminuiu no período do Império, enquanto o número de mulatos e brancos brasileiros aumentou.

B) não ocorreram alterações, em porcentagem, das populações étnicas, no período do Império.



- C) a presença da etnia negra no Brasil do século XIX permaneceu inalterada, evidenciando a pouca eficácia das leis abolicionistas do período.
- D) no Império predominaram os grupos étnicos europeus e negros africanos, na composição da população brasileira.
- E) as populações de brancos brasileiros e de índios integrados mantiveram-se sem alterações durante o Império.

11. (NUCEPE/UESPI – Pref. Teresina-PI - SEMEC - Professor 2º Ciclo - História / 2019)

Foi só com a proximidade do fim da escravidão e da própria monarquia que a questão racial passou para a agenda do dia. Até então, enquanto “propriedade”, o escravo era por definição “o não-cidadão”. No Brasil, é, portanto, com entrada das teorias raciais que as desigualdades sociais se transformam em matéria da natureza.

(SCHWARCZ, Lilian Moritz. Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade. In.: SCHWARCZ, Lilian. História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.186)

A discussão sobre a “questão racial” no Brasil, após abolição da escravidão, revestiu-se

- A) de uma releitura particular das teorias raciais, na medida em que a posição assumida por especialistas encaminhou-se para a restrição à imigração sob o argumento de preservação das características originais do povo brasileiro.
- B) de um simultâneo processo de absorção da ideia de que as raças significavam essências e da negação da noção de que a mestiçagem levava sempre à degeneração dos indivíduos constituintes da nação.
- C) de uma integração entre modelos evolucionistas, crentes na evolução da humanidade em etapas definidas, e um posicionamento de radical negação do darwinismo social, que negava um futuro na miscigenação racial.
- D) de um posicionamento hegemônico no qual se negou uma avaliação positiva do processo de miscigenação racial, ainda que para promover a defesa de um gradual processo de “branqueamento” da população.
- E) da crença de que o futuro brasileiro conduziria, inevitavelmente, a uma nação branca, além da definição dos grupos raciais pelo seu genótipo, o que possibilitava pensar cada indivíduo como pertencente a uma determinada coletividade racial.

12. (Pref. do Rio de Janeiro - SME-RJ - Professor de Ensino Fundamental – História / 2019)

“Dois fortes paradigmas impregnam há décadas as histórias gerais da escravidão no Brasil. Em poucas palavras, trata-se da gradualidade da abolição e da pressão inglesa como fator determinante para que o tráfico de africanos chegasse ao fim.”



RODRIGUES, Jaime. “O fim do tráfico transatlântico de escravos para o Brasil: paradigmas em questão.” In: GRINBERG, Keila; SALES, Ricardo (Orgs.) O Brasil Imperial. Volume !! - 1831-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

Segundo o autor do fragmento, o sucesso da lei de 1850 (Eusébio de Queirós), em relação à lei de 1831, ambas proibitivas de tráfico de escravizados, relaciona-se a diversos fatores, entre os quais **NÃO** se inclui o seguinte:

- A) a separação entre os interesses senhoriais e os do traficante, do ponto de vista legal e moral, propiciando o apoio relativo dos senhores dos escravizados das províncias à nova lei, já que esta os excluía de qualquer implicação penal.
- B) a pressão que os ingleses exerciam no império do Brasil, sobretudo após a *bill* Aberdeen (1845) que julgava os traficantes de escravizados como piratas nos tribunais brasileiros, onde quer que fossem capturados.
- C) a manutenção do direito sobre as propriedades escravas anteriores à nova lei e a brandura com que a polícia e o judiciário tratavam os senhores que compravam escravizados contrabandeados.
- D) a luta dos abolicionistas que encontrava no imperador dom Pedro II forte colaborador, sendo relevante para a decisão final acerca da nova lei de 1850 fosse feita em sessão pública.

13. (VUNESP - PM-SP - Aluno Oficial / 2019)

Mesmo depois de inaugurado o regime republicano, nunca, talvez, fomos envolvidos, em tão breve período, por uma febre tão intensa de reformas como a que se registrou precisamente nos meados do século [XIX] e especialmente nos anos de 51 a 55. Assim é que em 1851 tinha início o movimento de constituição das sociedades anônimas; na mesma data funda-se o segundo Banco do Brasil [...]; em 1852, inaugura-se a primeira linha telegráfica na cidade do Rio de Janeiro. [...] Em 1854 abre-se ao tráfego a primeira linha de estradas de ferro do país.

(Sérgio Buarque de Holanda. Raízes do Brasil, 1995)

Pode-se explicar essa intensificação das atividades econômicas do período pela:

- A) política de emissão de papel-moeda concedida pelo governo às instituições financeiras estatais.
- B) expansão do mercado consumidor interno com a adoção progressiva do trabalho assalariado.
- C) disponibilidade de capitais para novos investimentos devido à abolição do tráfico internacional de escravos.
- D) suspensão das dívidas dos fazendeiros com os fornecedores internacionais de implementos agrícolas.



E) abolição da mão de obra escrava acompanhada de indenizações estatais às empresas escravistas.

14. (VUNESP - PM-SP - Oficial / 2018)

De 1854 a 1858, foram construídas as primeiras linhas telegráficas e de navegação e as primeiras estradas de ferro, a iluminação a gás chegou às cidades, e o número de escolas e de estabelecimentos de instrução começou a crescer. A urbanização da capital passava por uma revolução. Nos locais de maior acesso foram sendo edificadas palácios, jardins públicos e amplas avenidas. Ao longo do século XIX, a corte obteve, ainda, outras melhorias: arborização, calçamento com paralelepípedo, iluminação a gás, bondes puxados a burro, rede de esgoto e abastecimento domiciliar de água.

(Lília M. Schwarcz; Heloisa M. Starling. Brasil: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. Adaptado).

A partir do trecho, é correto afirmar que uma das principais características do Brasil no século XIX era:

- A) a oposição entre uma economia rural, desconectada das economias centrais do capitalismo, e o processo de modernização dos centros urbanos.
- B) a concentração de recursos em cidades escravistas, como São Paulo e Porto Alegre, em oposição à carência material de cidades como Rio de Janeiro e Salvador.
- C) o contraste entre as pretensões civilizadoras da corte e a violência da escravidão somada à alta densidade de negros escravizados nas principais cidades.
- D) a facilidade de integração territorial, em termos de transporte e comunicação, em um país de dimensões continentais densamente povoado.
- E) o complexo processo de reurbanização e modernização que atingiu igualmente todo o território nacional.

15. (VUNESP - PM-SP - Oficial / 2016)

Observe a imagem





A arquitetura da Estação da Luz e o contexto em que foi construída permitem que se estabeleça uma relação entre:

- A) a produção de cana-de-açúcar no interior de São Paulo e a necessidade de abastecer os engenhos com mão de obra negra escravizada, transportada em trens de origem suíça, o que influenciou o estilo da construção da estação.
- B) a expansão da lavoura cafeeira em direção ao interior de São Paulo e a exportação de capital e tecnologia ingleses para o Brasil entre os séculos XIX e XX, simbolizados na arquitetura da estação.
- C) a industrialização precoce do Oeste paulista e a chegada de imigrantes para trabalharem nas fábricas de Campinas e arredores, o que levou à construção da estação de estilo francês para transportá-los do porto ao interior.
- D) o projeto das elites da República de interiorização do povoamento, o que levou à construção da ferrovia, e a influência cultural italiana devido ao alto número de imigrantes, refletida na arquitetura da estação.
- E) a crescente influência norte-americana no Brasil a partir do início do século XX, evidente na construção da estação, e a importação da tecnologia ferroviária que o Brasil até então desconhecia, aprofundando os laços econômicos entre os dois países.

16. (VUNESP - PM-SP - Oficial / 2015)

A Estrada de Ferro São Paulo Railway pôs fim ao isolamento do planalto paulista, rompendo as dificuldades de transpor a grande inclinação da Serra do Mar, facilitando o transporte de mercadorias e o contato cultural e comercial com a Europa por meio do Porto de Santos.

(Silvia Helena Passarelli, Vitrines da cidade. Disponível em: <http://goo.gl/4bNKs8>. Adaptado).

Um dos objetivos centrais da construção da estrada de ferro discutida no trecho foi:



- A) estimular o desenvolvimento da indústria paulista, que estaria mais próxima da exportação de seus produtos pelo porto.
- B) tornar viável a importação de mercadorias por São Paulo, que até então só recebia produtos importados que entrassem no país pelo Rio de Janeiro.
- C) facilitar o transporte do café do Vale do Paraíba para o porto de Santos, de onde seria exportado para a Europa.
- D) garantir aos trabalhadores imigrantes vindos da Europa que tivessem acesso livre e direto às fazendas de café do interior e às fábricas da capital.
- E) escoar o café produzido na região do então chamado “Oeste paulista”, para onde a cafeicultura tinha se expandido recentemente.

17. (VUNESP - PM-SP - Oficial / 2014)

Na noite do dia 24 para 25 de janeiro de 1835, um grupo de africanos escravos e libertos ocupou as ruas de Salvador, Bahia, e durante mais de três horas enfrentou soldados e civis armados. Os organizadores do levante eram malês, termo pelo qual eram conhecidos na Bahia da época os africanos muçulmanos. Embora durasse pouco tempo, apenas algumas horas, foi o levante de escravos urbanos mais sério ocorrido nas Américas e teve efeitos duradouros para o conjunto do Brasil escravista.

(REIS, João José. *Rebelião Escrava no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003).

O episódio descrito no trecho contribuiu para

- A) a longa duração do tráfico negreiro, pois, diante do crescente conflito social, os defensores do escravismo reconheceram que era necessário trazer mais escravos para o Brasil.
- B) a abolição da escravidão poucos anos depois, pois os grandes proprietários sentiram-se ameaçados e inseguros e perceberam a necessidade de adotar o trabalho livre.
- C) a intensificação das tensões no interior da elite de grandes proprietários no contexto da Regência, incomodados com as diversas revoltas que explodiram à época.
- D) o aprofundamento da crise que levou à renúncia de Dom Pedro I, considerado um monarca politicamente inábil e incapaz de manter a imensa população de escravos sob controle.
- E) a crise política que levou ao Golpe da República e ao início da Primeira República, devido ao descontentamento dos grandes proprietários com a gestão liberal do período regencial.

18. (VUNESP - PM-SP - Oficial / 2011)

[Foi] uma das revoltas que evidenciaram, no período regencial, as crises que marcaram a organização do país independente, mobilizando a província do Rio Grande de São Pedro e alcançando Santa Catarina, entre 1835 e 1845. (...) À diferença da repressão da maioria das



rebeliões do período regencial, nas quais a participação popular e dos grupos médios urbanos foi expressiva, o governo imperial assumiu, nesse caso, postura que aliou negociação e repressão.

(Ronaldo Vainfas (org). Dicionário do Brasil Imperial, 2002.)

O fragmento apresenta a

- A) Confederação do Equador.
- B) Farroupilha.
- C) Sabinada.
- D) Balaiada.
- E) Revolta dos Malês.

19. (UECE-CEV - 2018 - SEDUC-CE - Professor)

Leia atentamente os seguintes excertos:

“A Lei de terras decretada no Brasil em 1850 proibia a aquisição de terras públicas através de qualquer outro meio que não fosse a compra, colocando um fim às formas tradicionais de adquirir terras mediante posse e mediante doações da Coroa”;

COSTA, Emília Viotti da. Da monarquia à República: momentos decisivos, 7. ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999, p.171.

“Abolido o trabalho escravo, praticamente em nenhuma parte houve modificações de real significação na forma de organização da produção e mesmo na distribuição da renda”.

FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1967, p. 149.

Relacionando-se os excertos acima aos resultados do processo de abolição da escravatura no Brasil, pode-se afirmar com precisão que

- A) ainda hoje há um descaso em relação à inserção da população afrodescendente na sociedade: prova disso é a total ausência de proteção legal às terras de comunidades quilombolas.
- B) apesar de a Lei de Terras impedir o acesso às mesmas através da posse, os libertos brasileiros foram inseridos nas atividades urbanas ligadas ao comércio e à incipiente indústria nacional.
- C) a plena inserção dos ex-escravos na sociedade brasileira só foi possível com a proclamação da República em 1889, que rompeu os últimos traços de discriminação em relação à população afrodescendente.



D) mesmo com o fim da escravidão não houve grandes alterações na produção nem na distribuição de renda, pois aos escravos foi negado, inclusive, a propriedade de minifúndio através da posse ou doação.

20. (UECE-CEV - 2018 - SEDUC-CE - Professor)

Quanto ao quadro econômico, político e social do Segundo Reinado é correto afirmar que

A) por se tratar de um país essencialmente rural, não havia nenhum movimento de cunho sindical no Brasil até 1930, quando surgem as primeiras organizações de trabalhadores.

B) a insatisfação da oficialidade do exército com o governo, o movimento abolicionista após a guerra do Paraguai e a criação do partido republicano, em 1870, são causas da queda da monarquia.

C) apesar da herança patriarcal, este reinado trouxe consigo a cidadania plena para as mulheres, estabelecida, com o direito de voto, desde o período regencial com o Ato Adicional de 1834.

D) ocorrida em São Paulo, a Semana de Arte Moderna de 1922 redefiniu os padrões estéticos em diversas modalidades artísticas e buscou renovar o estagnado ambiente artístico e cultural.

21. (FCC - 2018 - Câmara Legislativa do Distrito Federal - Consultor Legislativo)

Segundo os historiadores, um dos fatos que impactou o processo de abolição de escravatura no Brasil foi o Bill Aberdeen, que correspondeu

A) ao documento aprovado pelo Parlamento Inglês em 1845 que declarava lícito deter e capturar navios que traficassem escravos africanos.

B) ao acordo firmado entre Portugal e Inglaterra em 1864 para pôr fim à escravidão nas colônias portuguesas no prazo de dez anos.

C) ao conjunto de regras que previram o fim paulatino da escravidão nos Estados Unidos da América como resultado do acordo de paz que pôs fim à guerra de Secessão.

D) ao tratado firmado entre quatro países europeus no ano de 1870 dando liberdade aos filhos de escravos nascidos a partir de então, nas suas colônias.

E) à primeira declaração internacional, de 1855, que reconhecia o direito de liberdade como direito universal, extensivo a todas as pessoas integrantes de todos os povos inclusive escravos.

22. (SEDUC - CE - 2016 - SEDUC-CE - Professor)

É célebre a frase de Francisco José do Nascimento, o Dragão do Mar: "Aqui não se embarca mais escravos". O contexto sociopolítico cearense que representa esse momento é



- A) de proibição do tráfico de escravos, decretado recentemente no Ceará, dando início às manifestações abolicionistas e suas ações radicais.
- B) de lutas em torno da abolição dos escravos, que ganharam grande alcance em face do aumento do número de negros que foram trazidos para a Província do Ceará, após a seca de 1877.
- C) da campanha abolicionista, que alcançava seu auge no Ceará, conseguindo a adesão dos jangadeiros que faziam o transporte dos escravos dos navios para o porto.
- D) do tráfico interprovincial, que estava levando à falência comerciantes e fazendeiros cearenses, os quais decidiram impedir, pela força, o embarque de escravos para os navios que comercializavam os negros escravizados para o Sudeste e Sul do país.
- E) da abolição dos escravos no Ceará, que aconteceu pacificamente através de um ato do governo provincial; o que levou à desmobilização e desmoralização dos poucos abolicionistas cearenses.

23. (CESPE - 2017 - Prefeitura de São Luís - MA - Professor Nível Superior/PNS-A - História)

No Brasil, a abolição da escravatura

- A) impediu a inserção do Brasil no sistema capitalista de produção.
- B) implantou vasta mão de obra no mercado de trabalho que substituiu a mão de obra imigrante.
- C) aconteceu em concomitância com uma política de inserção dos ex-escravos na sociedade.
- D) resultou de um longo processo iniciado com a extinção do tráfico, em 1850, e posteriormente, com a Lei do Ventre Livre.
- E) ocorreu por decisão isolada da corte, sem pressão da população ou de parte da elite nacional.

24. (FCC - 2014 - TJ-AP - Analista Judiciário - Área Apoio Especializado - História)

Durante o Segundo Reinado instalou-se o chamado parlamentarismo às avessas, que tinha por característica, entre outras, a

- A) tutela política sobre Pedro II conferida ao poder legislativo, o Parlamento, considerando a pouca idade do imperador e a necessidade de que uma junta ministerial governasse por ele, ainda que provisoriamente.
- B) inspiração no modelo britânico, uma vez que, na prática, o primeiro ministro passava a ter mais poderes que o monarca, fazendo com que o poder moderador fosse, dessa maneira, deturpado ou invertido.



C) inversão da lógica do parlamentarismo tradicional, uma vez que o poder judiciário passava a ser exercido pelo Parlamento e o presidente se subordinava ao Conselho de Ministros, órgão judiciário e executivo do Império.

D) busca de conciliação política entre os dois partidos hegemônicos no país, o Partido Brasileiro, liberal radical, e o Português, conservador, mediante a atuação de um Conselho de Ministros acima dos três poderes clássicos.

E) adaptação parcial do sistema vigente no Reino Unido aos interesses políticos imperiais, de modo a que o monarca continuasse com amplos poderes, a despeito da aparente descentralização do governo.

(CESPE - 2018 - Instituto Rio Branco - Diplomata)

Tendo em vista que a questão servil, como denominada por D. Pedro II em sua fala do trono em 1865, foi elemento fulcral na formação da sociedade brasileira, julgue (C ou E) o próximo item, relativo à escravidão no Império brasileiro.

25.

O fortalecimento das ideias racistas foi um dos desdobramentos da ação da denominada Geração de 1870 e influenciou a condução dos debates acerca da escravidão em seus anos finais e, principalmente, sobre a eleição da imigração europeia como caminho preferencial para a formação da mão de obra assalariada pós-abolição.

26.

O projeto da chamada Lei do Ventre Livre foi inicialmente discutido no Conselho de Estado, sob a demanda de D. Pedro II, e aprovado pelo parlamento, sob a ação do Visconde do Rio Branco. Se, por um lado, a lei garantiu aos proprietários a manutenção da mão de obra escrava, por outro, pôs em questão a legitimidade dessa instituição e ampliou as expectativas de liberdade dos cativos.

27.

Os escravos, obviamente, dispunham de poucos recursos políticos, mas não desconheciam o que se passava no mundo dos poderosos. Aproveitaram-se das divisões entre estes, selecionaram temas que lhes interessavam do ideário liberal e anticolonial, traduziram e emprestaram significados próprios às reformas operadas no escravismo brasileiro ao longo do século XIX.

REIS, J. J. Nos achamos em campo a tratar da liberdade: a resistência negra no Brasil oitocentista. In: MOTA, C. G. (Org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: Senac, 1999.

Ao longo do século XIX, os negros escravizados construíram variadas formas para resistir à escravidão no Brasil. A estratégia de luta citada no texto baseava-se no aproveitamento das:



- A) estruturas urbanas como ambiente para escapar do cativeiro.
- B) dimensões territoriais como elemento para facilitar as fugas.
- C) limitações econômicas como pressão para o fim do escravismo.
- D) contradições políticas como brecha para a conquista da liberdade.
- E) ideologias originárias como artifício para resgatar as raízes africanas.

28.

Estimativa do número de escravos africanos desembarcados no Brasil entre os anos de 1846 a 1852.	
Ano	Números de escravos africanos desembarcados no Brasil
1846	64.262
1847	75.893
1848	76.338
1849	70.827
1850	37.672
1851	7.058
1852	1.234

Disponível em: www.slavevoyages.org. Acesso em 24 fev. 2012 (adaptado).

A mudança apresentada na tabela é reflexo da Lei Eusébio de Queiróz que, em 1850,

- A) aboliu a escravidão no território brasileiro.
- B) definiu o tráfico de escravos como pirataria.
- C) elevou as taxas para importação de escravos.
- D) libertou os escravos com mais de 60 anos.
- E) garantiu o direito de alforria aos escravos.

29.

Decreto-lei 3.509, de 12 de setembro de 1865

Art. 1º – O cidadão guarda-nacional que por si apresentar outra pessoa para o serviço do Exército por tempo de nove anos, com a idoneidade regulada pelas leis militares, ficará isento não só do recrutamento, senão também do serviço da Guarda Nacional. O substituído é responsável por o que o substituiu, no caso de deserção.

Arquivo Histórico do Exército. *Ordem do dia do Exército*, n. 455, 1865 (adaptado).



No artigo, tem-se um dos mecanismos de formação dos “Voluntários da Pátria”, encaminhados para lutar na Guerra do Paraguai. Tal prática passou a ocorrer com muita frequência no Brasil nesse período e indica o (a):

- A) forma como o Exército brasileiro se tornou o mais bem equipado da América do Sul.
- B) Incentivo de grandes proprietários à participação dos seus filhos no conflito.
- C) solução adotada pelo país para aumentar o contingente de escravos no conflito.
- D) envio de escravos para os conflitos armados, visando sua qualificação para o trabalho.
- E) Fato de que muitos escravos passaram a substituir seus proprietários em troca de liberdade.

30. (UERJ 2016)

Sobretudo compreendam os críticos a missão dos poetas, escritores e artistas, neste período especial e ambíguo da formação de uma nacionalidade. São estes os operários incumbidos de polir o talhe e as feições da individualidade que se vai esboçando no viver do povo.

O povo que chupa o caju, a manga, o cambucá e a jabuticaba pode falar com igual pronúncia e o mesmo espírito do povo que sorve o figo, a pera, o damasco e a nêpera?

José de Alencar, prefácio a *Sonhos d'ouro*, 1872. Adaptado de ebooksbrasil.org.

De acordo com José de Alencar, a caracterização da identidade nacional brasileira, no século XIX, estava vinculada ao processo de:

- A) promoção da cultura letrada.
- B) integração do mundo lusófono.
- C) valorização da miscigenação étnica.
- D) particularização da língua portuguesa.

31. (FGV 2016)

Chiquinha Gonzaga alinha-se a outras figuras femininas do Império (...) como a Imperatriz Leopoldina e Anita Garibaldi. Todas as três, embora de diferentes maneiras, de diferente proveniência social e, em diferentes épocas, desempenharam um papel político que, certamente, contribuiu para as mudanças por elas defendidas e as inscreveu na História do Brasil.

(Suely Robles Reis de Queiroz, *Política e cultura no império brasileiro*. 2010)

Em termos políticos, a Imperatriz Leopoldina, Anita Garibaldi e Chiquinha Gonzaga, respectivamente:



A) atuou, ao lado de Dom Pedro e de José Bonifácio, no processo de emancipação política do Brasil; participou da mais longa rebelião regencial, a Farroupilha; militou pela abolição da escravidão e pela queda da Monarquia.

B) articulou a bancada constitucional brasileira na Assembleia Constituinte; organizou as forças populares participantes da rebelião regencial ocorrida no Grão-Pará, a Cabanagem; foi a primeira mulher brasileira a se eleger para o Senado durante o Império.

C) convenceu Dom Pedro I a assumir o trono português após a morte do rei Dom João VI; defendeu a ampliação dos direitos de cidadania durante a reforma constitucional que instituiu o Ato Adicional; liderou uma frente parlamentar de apoio às leis abolicionistas.

D) participou como diplomata do Império brasileiro na Guerra da Cisplatina; foi a primeira mulher a trabalhar como jornalista e romancista durante o Segundo Reinado; tornou-se uma importante liderança política na defesa do fim do tráfico de escravos para as Américas.

E) articulou com os diplomatas ingleses o reconhecimento da Independência do Brasil junto a Portugal; foi uma importante liderança militar no processo de Guerra de Independência da Bahia; criou a primeira associação política em defesa do voto feminino no Brasil.

32. (IMED 2016)

Apesar da prosperidade econômica do Império, a estrutura socioeconômica brasileira não sofreu modificações significativas. As lutas pela modernização do país acabariam resultando na Proclamação da República em 1889. O fim da monarquia no Brasil foi o resultado da ruptura das relações do governo com os seguintes setores da sociedade que lhe davam sustentação:

I. A Igreja.

II. O exército.

III. A aristocracia escravista.

Quais estão corretos?

A) Apenas I.

B) Apenas I e II.

C) Apenas I e III.

D) Apenas II e III.

E) I, II e III.

33. (UFJF-PISM2 2016)

Leia o trecho e em seguida responda ao que se pede:



Juiz de Fora progredia. A população subia, andava aí pelos doze a treze mil habitantes – imaginem! Treze mil! e essa densidade exigia progresso. Esse começara em 1870 com a inauguração dos telégrafos. Logo depois viriam os trilhos da Estrada de Ferro D. Pedro II. Em 1885 a cidade começa a ser dotada de encanamentos e de água a domicílio. No mesmo ano as casas passam a ser numeradas. Em 1886, grande animação com uma Exposição Industrial que reflete a pujança do município. (...) Meu avô teve certa pena de não terminar os serviços que começara, de dotar a cidade de luz e energia elétrica. A inauguração foi procedida a 5 de novembro de 1889...

NAVA, Pedro. *Baú de ossos* – memórias 1; 5ª. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978, pp. 200-201.

O memorialista Pedro Nava mostra na cidade de Juiz de Fora aspectos do processo de transformação que ocorria na sociedade brasileira no final do século XIX. Acerca deste contexto, assinale a afirmativa INCORRETA:

- A) Era um período de expansão do capitalismo que se estendia mundialmente.
- B) Caracterizava-se pela preservação da herança luso-brasileira do período colonial que adentrou pelo Império.
- C) Marcava-se pela organização de indústrias têxteis e alimentícias com capitais excedentes do café.
- D) Processava-se o aumento da malha ferroviária e a criação de novos núcleos urbanos.
- E) Ocorria a intensificação da imigração para substituição do trabalho escravo.

34. (UEL 2016)

O Positivismo desenvolveu-se no Brasil durante o II Império e foi defendido por políticos ilustres como Benjamin Constant, Júlio de Castilho, Teixeira Mendes, marcando fortemente os ideais republicanos que culminaram com a Proclamação da República, em 1889.

Com base nos conhecimentos sobre as influências positivistas no processo de transição do regime imperial para o republicano, considere as afirmativas a seguir.

- I. Como expressão mais forte dessas mudanças, o pavilhão imperial adotou o lema positivista.
- II. A ideia de uma democracia representativa levou à adoção do sistema do voto universal, o que permitia a acomodação das classes sociais.
- III. A presença do ideário positivista destacou-se no setor militar, sobretudo entre os oficiais de alta patente.
- IV. A formação de um governo de cunho autoritário caracterizou-se pela imposição da ordem através da força militar, na chamada República de Espadas.

Assinale a alternativa correta.



- A) Somente as afirmativas I e II são corretas.
- B) Somente as afirmativas I e IV são corretas.
- C) Somente as afirmativas III e IV são corretas.
- D) Somente as afirmativas I, II e III são corretas.
- E) Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.

35. (UDESC 2016)

A Lei do Ventre Livre foi uma lei abolicionista, promulgada, no Brasil, em 28 de setembro de 1871. Sobre a Lei do Ventre Livre, assinale a alternativa correta.

- A) Foi promulgada pelo Imperador Pedro II e concedia liberdade a todas as crianças e às respectivas mães que viviam sob a escravidão no território brasileiro.
- B) Essa lei encontrou forte resistência entre os senhores, visto que não previa indenização pelo fim da escravidão das crianças nascidas a partir da publicação da lei.
- C) Instituiu a liberdade de todas as crianças nascidas a partir da publicação da lei, mas deixava a possibilidade dessas crianças permanecerem sob “os cuidados” do antigo proprietário até a idade de 21 anos.
- D) Como a lei libertava a criança, mas não libertava os pais, assim que nasciam essas crianças eram retiradas do convívio com os pais escravizados e eram destinadas a um abrigo mantido pelo Estado.
- E) De acordo com a lei, os senhores tinham a opção de manter as crianças libertas junto aos pais escravizados até a maioridade, mas os senhores não podiam usufruir da mão de obra delas.

36. (UFRGS 2016)

Considere as seguintes afirmações sobre a construção histórica da identidade nacional brasileira.

- I. A nacionalização da língua falada no Brasil e a busca por uma literatura brasileira autônoma foram tarefas assumidas pelos escritores ligados ao Romantismo, entre os quais se destacam Gonçalves de Magalhães, Gonçalves Dias e José de Alencar.
- II. A expressão “Brasil, ame-o ou deixe-o” foi difundida durante o governo de D. Pedro I como propaganda contra os ideais restauradores do Partido Português, que defendia o retorno do Brasil à condição de Vice-Reino de Portugal.
- III. Um dos traços marcantes do modernismo dos anos 1920 foi propor um nacionalismo crítico em que se conjugava a tradição cultural do Brasil com as vanguardas artísticas europeias, enfatizando a mestiçagem e o caráter híbrido da formação nacional brasileira.



Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas I e III.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

37. (UECE 2016)

Em 1850, ano de extinção oficial do tráfico de escravos no Brasil, foi votada a Lei de Terras. Esta lei, em linhas gerais, determinou que

- I. todo proprietário registrasse suas terras, ficando proibida a doação de propriedades ou qualquer outra forma de aquisição de bens fundiários, a não ser por meio da compra.
- II. se mantivesse o alto custo do registro imobiliário, impedindo que os posseiros mais pobres obtivessem a propriedade do solo onde plantavam.
- III. ficasse assegurado o direito dos imigrantes – cujo trabalho, em muitos casos, substituiria o trabalho dos escravos – de se tornarem proprietários das terras onde laboravam.
- IV. fossem possíveis a aquisição e a posse de terras públicas, a baixo custo, pelos grandes proprietários, seus herdeiros e descendentes.

Estão corretas as complementações contidas em

- A) I, II, III e IV.
- B) I e II apenas.
- C) II, III e IV apenas.
- D) I, III e IV apenas.

38. (UEG 2016)

Observe a charge a seguir.





A charge ironiza o dístico “ordem e progresso”, presente na atual Bandeira do Brasil. A sua origem e significado remetem a um contexto marcado

- A) pela presença do catolicismo romano nas instituições políticas do Império Brasileiro e o esforço de preservar a ordem social vigente.
- B) pela influência do positivismo francês entre os oficiais militares republicanos e uma postura ideológica das elites dirigentes em evitar radicalismos políticos.
- C) pelo desejo dos oficiais militares republicanos em romper os laços com a sociedade agrária imperial, inspirando-se no liberalismo norte-americano.
- D) pelo esforço das elites agrárias paulista e mineira em manter os seus privilégios sociais e políticos, mas, ao mesmo tempo, buscando o progresso econômico.

39. (UFJF-PISM 3 2016)

Observe os seguintes quadros:

Produção agrícola da pauta das exportações brasileiras				
Período	Café	Borracha	Açúcar	Cacau
1881-1890	61,5%	8,0	9,9	1,6
1891-1900	64,5%	15,0	6,0	2,5
1900-1910	51,5%	28,2	1,2	2,8

FAUSTO, B.(Org.) *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, Tomo III (O Brasil Republicano), 1981.

Imigração para o Brasil (números aproximados)		
Nacionalidade	1891-1900	1901-1910
Portugueses	313.000	202.000
Italianos	360.000	678.000
Espanhóis	45.800	157.000

HUGON, Paul. *Demografia Brasileira e Fundação IBGE*, Rio de Janeiro

Estes dados referem-se às primeiras décadas da implantação da República no Brasil. Acerca desse período e baseando-se neles e em seus conhecimentos, leia as afirmativas abaixo e em seguida, responda ao que se pede:

I. Os capitais advindos da grande produção cafeeira foram aplicados no setor industrial. Este se beneficiou também da entrada de levas de imigrantes europeus que seriam utilizados como mão de obra operária.

II. Na virada do século XIX para o XX, o Brasil ainda possuía como principal pilar de sua economia a exportação de produtos agrícolas, produzidos em larga escala nas grandes propriedades.

III. O fluxo imigratório para o Brasil nesse período foi elevado. A totalidade dos imigrantes fixou-se nas áreas urbanas em função do baixo recrutamento de mão de obra no campo. Após a abolição da escravidão estes postos de trabalho foram ocupados por negros e seus descendentes.

IV. A intensa produção cafeeira no final do século XIX saturou tanto o mercado interno como o externo, gerando uma queda nos preços. Essa crise foi estimulada pela ausência de medidas que viessem defender e valorizar o café, levando à falência dos produtores já na primeira década de século XX.

Marque a alternativa CORRETA:

- A) Todas as alternativas estão corretas.
- B) Todas as alternativas estão incorretas.
- C) Apenas a II alternativa está correta.
- D) Apenas a IV alternativa está incorreta.
- E) Apenas as alternativas I e II estão corretas.

40. (FMP 2016)

O Império brasileiro passou por grandes transformações econômicas a partir, principalmente, de meados do século XIX. Qual das seguintes causas de mudanças na estrutura econômico-social do país contribuiu diretamente para a crise da Monarquia?



- A) Assinatura da Lei Áurea.
- B) Aprovação da Lei de Terra.
- C) Promulgação do Código Comercial.
- D) Financiamento de empresas do Barão de Mauá.
- E) Instituição das Tarifas Alves Branco.

41. (Vunesp 2016)

O fato de ser a única monarquia na América levou os governantes do Império a apontarem o Brasil como um solitário no continente, cercado de potenciais inimigos. Temia-se o surgimento de uma grande república liderada por Buenos Aires, que poderia vir a ser um centro de atração sobre o problemático Rio Grande do Sul e o isolado Mato Grosso. Para o Império, a melhor garantia de que a Argentina não se tornaria uma ameaça concreta estava no fato de Paraguai e Uruguai serem países independentes, com governos livres da influência argentina.

(Francisco Doratioto. *A Guerra do Paraguai*, 1991.)

Segundo o texto, uma das preocupações da política externa brasileira para a região do Rio da Prata, durante o Segundo Reinado, era:

- A) estimular a participação militar da Argentina na Tríplice Aliança.
- B) limitar a influência argentina e preservar a divisão política na área.
- C) facilitar a penetração e a influência política britânicas na área.
- D) impedir a autonomia política e o desenvolvimento econômico do Paraguai.
- E) integrar a economia brasileira às economias paraguaia e uruguaia.

42. (UFJF-PISM 2 2016)

O texto abaixo se refere à construção da *identidade nacional* no Brasil no decorrer do século XIX, sobretudo a partir do Segundo Reinado.

Leia o trecho e, em seguida, responda à questão:

“Por oposição ao negro, que lembrava a escravidão, o indígena permitia identificar uma origem mítica e unificadora. (...). A natureza brasileira também cumpriu função paralela. Se não tínhamos castelos medievais, templos da Antiguidade ou batalhas heroicas para lembrar, possuíamos o maior dos rios, a mais bela vegetação. (...). Por mais que tenha partido de d. Pedro I e de Bonifácio a tentativa de elaborar (...) uma ritualística local, foi com d. Pedro II e seu longo reinado que se tornaram visíveis a originalidade do protocolo e o projeto romântico de representação política do Estado”.



(SCHWARCZ, Lilia. *As Barbas do Imperador*, p.140);

Com base no trecho acima e em seus conhecimentos, é CORRETO afirmar que a identidade nacional no século XIX foi construída:

- A) Tendo como base as referências europeias existentes nas províncias que formavam o Brasil antes da Independência do país.
- B) A partir de um processo de longa duração, que se valeu do uso de aspectos naturais e de elementos simbólicos locais que pretendiam representar a Nação.
- C) De forma consensual e harmônica, considerando a heterogeneidade dos diferentes povos que formavam o país.
- D) Através da valorização da herança africana e dos costumes da África, continente ao qual o país estava diretamente ligado pelo Atlântico Sul.
- E) Com o objetivo de reproduzir no país recém-independente as mesmas características existentes em Portugal.

43. (G1 - IFSC 2016)

Em 1850, por meio da Lei Eusébio de Queiroz, o tráfico de escravos para o Brasil foi proibido definitivamente. Sobre a importação de escravos e sua proibição, assinale a alternativa CORRETA.

- A) A Lei Eusébio de Queiroz foi uma resposta à pressão estrangeira, principalmente exercida pela França sobre o Brasil, após a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão.
- B) O fim do tráfico de escravos baseou-se em mais uma lei sem aplicação no Brasil, pois quando ela foi promulgada, já não existia mais escravidão no país.
- C) O fim do tráfico foi resultado dos crescentes movimentos armados empreendidos pelos escravos brasileiros.
- D) A proibição do tráfico de escravos para o Brasil não surtiu efeito, pois o trabalho realizado por eles já não era economicamente relevante.
- E) A Lei Eusébio de Queiroz levou ao aumento do comércio interno e do preço dos escravos entre as regiões Nordeste e Sudeste do Brasil.

44. (UCS 2016)

Sobre o Movimento Republicano no Brasil, é correto afirmar que:

- A) foi acompanhado de forte mobilização popular, uma vez que grande parte dos brasileiros estava cansada do pagamento de pesados impostos para a manutenção da Corte Imperial.
- B) aconteceu de forma integrada à campanha abolicionista, uma vez que os líderes tinham os mesmos interesses, o que acabou confundindo um movimento com o outro e propiciando o fortalecimento de ambos.



- C) ganhou força a partir da criação do Partido Republicano Paulista, em 1873, apoiado no poder econômico dos cafeicultores paulistas e na ação dos estudantes e professores da Faculdade de Direito de São Paulo.
- D) temeu a ocorrência de tumultos e, conseqüentemente, prejuízos econômicos, por isso, as camadas médias da população urbana se mantiveram afastadas.
- E) sofreu com prisões, fechamento de jornais, sedes de clubes e de partidos favoráveis à Monarquia.

45. (G1 - IFSUL 2016)

A Guerra do Paraguai teve seu início no ano de 1864, a partir da ambição do ditador Francisco Solano Lopes, que tinha como objetivo aumentar o território paraguaio e obter uma saída para o Oceano Atlântico, através dos rios da Bacia do Prata.

Uma das conseqüências dessa guerra foi que:

- A) acarretou para o Brasil uma redução considerável em sua dívida externa, bem como uma crescente influência política e social do Exército na política vigente.
- B) ocorreu a união entre Brasil, Argentina, Uruguai e Bolívia, para combater as tropas de Solano Lopes e acabar com seu sonho de chegar ao Oceano Atlântico através da Bacia do Prata.
- C) estimou-se uma pequena perda de soldados paraguaios e as importações chegavam ao dobro das exportações no final da guerra.
- D) acarretou a destruição para a indústria paraguaia, que ficou arrasada após a guerra.

46. (G1 - CFTMG 2016)

Em 1871 foi sancionada a Lei do Ventre Livre, também conhecida como Lei Rio Branco, que determinava que:

“Art. 1º - Os filhos de mulher escrava que nascerem no Império desde a data desta lei serão considerados de condição livre.

§ 1º - Os ditos filhos menores ficarão em poder ou sob a autoridade dos senhores de suas mães, os quais terão a obrigação de criá-los e tratá-los até a idade de oito anos completos. Chegando o filho da escrava a esta idade, o senhor da mãe, terá opção, ou de receber do Estado a indenização de 600\$000 ou de utilizar-se dos serviços do menor até a idade de 21 anos completos. No primeiro caso, o Governo receberá o menor e lhe dará destino, em conformidade da presente lei.”

Disponível em: <http://www.suapesquisa.com/historiadobrasil/lei_ventre_livre.htm>. Acesso em: 15 set. 2015.

Considerando esse trecho, pode-se afirmar que a Lei do Ventre Livre:



- A) emancipou os filhos de escravas maiores de 21 anos, pondo fim ao tráfico atlântico.
- B) impossibilitou a utilização da mão de obra de filhos de escravas após completarem 8 anos de idade.
- C) isentou o governo brasileiro das responsabilidades sobre os filhos de escravos libertados nesse contexto.
- D) representou a libertação dos filhos de escravas nascidos no Brasil, mas, na prática, muitos continuavam a servir aos proprietários de suas mães.

47. (UFRGS 2016)

Considere as afirmações abaixo, sobre imigração para o Brasil e as suas políticas públicas de fomento.

- I. A lei orgânica de 1867 previa uma série de benefícios e facilidades à vinda dos imigrantes europeus, como, por exemplo, o pagamento de suas passagens às colônias e a atribuição de um lote de terra de até 60 hectares por família imigrante.
- II. Uma das metas do incentivo à imigração europeia era a política de “branqueamento” do país, exemplificada pelo decreto n.º 528 de 1890, que, entre outras medidas, proibia a entrada de imigrantes africanos no país, salvo em condições excepcionais.
- III. As regiões do país que mais atraía imigrantes foram o Sudeste e o Nordeste, principalmente pela ausência de latifúndios significativos e de mão de obra disponível à industrialização de ambas as regiões.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas I e II.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

48. (G1 - IFBA 2016)

Derramou-se fraterno o sangue no Congo.
Derramou-se luminoso, escorreu-se errante.
Derramou-se farto de bravas veias pulsantes.

Derramou-se em resistência o sangue de Canudos.
Derramou-se até onde foi possível derramar.
Derramou-se fiel sem mais se guardar

O sangue milagroso e particular em meu corpo,
de alguma estranha maneira sanguinária,



tornou-se o sangue coletivo dessas memórias.

(Fonte: CORREIA, Wesley. *Deus é negro: da partida, da chegada, da multiplicação: poesia*. Salvador: Pinaúna, 2016, p.69)

O poeta Wesley Correia sintetiza no poema “Memória a sangue” as dores dos irmãos escravizados e apresenta, em “sangue coletivo dessas memórias” (v. 9), as diferentes formas de resistência negra à condição que lhe fora imposta pelo branco dominador, entre os séculos XV ao XIX. Na História do Brasil, é possível identificar algumas formas de resistência negra, como a:

- A) Rebelião dos Marinheiros cariocas, no início do período republicano, em protesto, contra a falta de democracia e de participação popular nas decisões políticas do novo regime.
- B) luta do povo baiano, na chamada Conjuração Baiana, em defesa do livre comércio, da liberdade religiosa e do estabelecimento de relações mais liberais com a metrópole.
- C) ação dos chamados irmãos da senzala, grupos que, no contexto da luta abolicionista, invadiam as fazendas, libertando os escravos e aterrorizando as famílias dos senhores.
- D) Revolta dos Malês, em que negros islamizados propunham uma aliança com os brancos baianos para libertar o Brasil de Portugal e estabelecer um regime republicano.
- E) Guerra de Canudos, onde os seguidores de Antônio Conselheiro procuraram derrubar o recém-instalado regime republicano e restaurar a Monarquia e o poder imperial de D. Pedro II.

49. (FGV 2016)

O excerto a seguir faz parte do parecer de uma comissão da Câmara dos Deputados sobre a lei de 1871, que discutia a escravidão no Brasil.

“Sem educação nem instrução, embebe-se nos vícios mais próprios do homem não civilizado. Convivendo com gente de raça superior, inocula nela os seus maus hábitos. Sem jus ao produto do trabalho, busca no roubo os meios de satisfação dos apetites. Sem laços de família, procede como inimigo ou estranho à sociedade, que o repele. Vaga Vênus arroja aos maiores excessos aquele ardente sangue líbico; e o concubinato em larga escala é tolerado, quando não animado, facultando-se assim aos jovens de ambos os sexos, para espetáculo doméstico, o mais torpe dos exemplos. Finalmente, com as degradantes cenas da servidão, não pode a mais ilustrada das sociedades deixar de corromper-se.”

(*apud* Sidney Chalhoub, *Machado de Assis, historiador*. 2003)

No trecho, há um argumento:

- A) político, que reconhece a importância da emancipação dos escravos, ainda que de forma paulatina, para a construção de novos elementos de cidadania social, condição mínima para o país abandonar a violência cotidiana e sistemática contra a maioria da população.



B) social, que assinala a inconsistência da defesa do fim da escravidão no país, em razão da incapacidade dos homens escravizados de participar das estruturas hierárquicas e culturais, estabelecidas ao longo dos séculos, durante os quais prevaleceu o trabalho compulsório.

C) econômico, que distingue os cidadãos ativos dos passivos, estes considerados um estorvo para as atividades produtivas, fossem na agricultura ou na procura de metais preciosos, por causa da desmotivação para o trabalho, elemento central para explicar a estagnação econômica do país.

D) cultural, que se consubstancia na impossibilidade da convivência entre homens livres e homens libertos e tenderia a produzir efeitos sociais devastadores, como tensões raciais violentas e permanentes, a exemplo do que já ocorria no sul dos Estados Unidos.

E) moral, que aponta para os malefícios que a experiência da escravidão provoca nos próprios escravos e que esses malefícios terminam por contaminar toda a sociedade, mostrando, em síntese, que os brancos eram muito prejudicados pela ordem escravocrata.

50. (UERJ 2015)



A pintura histórica alcançou no século XIX importante lugar no projeto político do Segundo Reinado. Esse gênero artístico mantinha intenso diálogo com a produção do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Por meio da pintura histórica, forjou-se um passado épico e monumental, em que toda a população pudesse se sentir representada nos eventos gloriosos da história nacional. O trabalho de Araújo Porto-Alegre como crítico de arte e diretor da Academia Imperial de Belas Artes possibilitou a visibilidade da pintura histórica com seus pintores oficiais, Pedro Américo e Victor Meirelles.

CASTRO, Isis Pimentel de. Adaptado de periodicos.ufsc.br.

Considerando as imagens das telas e as informações do texto, as pinturas históricas para o governo do Segundo Reinado tinham a função essencial de:

- A) consolidar o poder militar.
- B) difundir o pensamento liberal.
- C) garantir a pluralidade política.
- D) fortalecer a identidade nacional.

51. (PUCRS 2015)

Considere as afirmações abaixo sobre o Período Imperial brasileiro (1822-1889).

I. O Primeiro Reinado caracterizou-se pelos constantes conflitos entre o Imperador e as elites do País, tendo em vista que D. Pedro I praticamente governou de forma autoritária, desconsiderando o Legislativo.

II. Durante o Período Regencial, os governantes deixaram de ser hereditários e passaram a ser selecionados por eleições, o que leva a historiografia a considerar essa fase como sendo a primeira experiência republicana no País, pois os regentes eram escolhidos pelo voto universal direto.

III. O Segundo Reinado foi um período de grande estabilidade política da história imperial, pois o imperador D. Pedro II ficou quase 50 anos no poder, governando com o apoio de um só partido, o Partido Conservador.

IV. Dentre os fatores que contribuíram para a crise do regime imperial, podemos elencar o conflito do Imperador com o Exército, a crise entre a monarquia e a Igreja e, por fim, a abolição da escravidão, que levou a elite cafeicultora fluminense a romper politicamente com a monarquia.

Estão corretas apenas as afirmativas

- A) I e III.
- B) I e IV.
- C) II e III.
- D) I, II e IV.
- E) II, III e IV.

52. (Cefet MG 2015)

“Episódio que em princípio deveria ter marcado a memória popular foi a Proclamação da República. Mas não foi o que aconteceu [...]. A participação popular foi menor do que na proclamação da independência.”



CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 17ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p. 80-81. (Adaptado)

Entre os principais grupos sociais, envolvidos na articulação do referido evento, destacam-se os:

- A) empresários e imigrantes.
- B) industriais e camponeses.
- C) operários e intelectuais.
- D) banqueiros e religiosos.
- E) fazendeiros e militares.

53. (UERJ 2015)

A um grito de “Fora o vintém!”, os manifestantes começaram a espancar condutores, esfaquear mulas, virar bondes e arrancar trilhos ao longo da rua Uruguaiana. Dois pelotões do Exército ocuparam o Largo de São Francisco, postando-se parte da tropa em frente à Escola Politécnica, atual prédio do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ. A multidão dispersou-se e, salvo pequenos distúrbios nos três dias seguintes, estava findo o motim do vintém. A cobrança da taxa passou a ser quase aleatória. As próprias companhias de bondes pediam ao governo que a revogasse. Desmoralizado, o ministério caiu a 28 de março. O novo ministério revogou o desastrado tributo.

Adaptado de CARVALHO, José Murilo de. A Guerra do Vintém. *Revista de História*, setembro/2007.

Ocorrida entre o final de 1879 e o início de 1880, a Revolta do Vintém representou a manifestação de segmentos populares descontentes com a decisão do governo de aumentar os preços das passagens dos bondes puxados a burro, que trafegavam na então capital do Império.

Um dos principais efeitos dessa revolta naquele momento foi:

- A) politização dos oficiais militares.
- B) privatização dos serviços públicos.
- C) modernização dos meios de transporte.
- D) enfraquecimento das instituições monárquicas.

54. (FGV 2015)

No livro de crônicas *Cidades Mortas*, o escritor Monteiro Lobato descreve o destino de ricas cidades cafeicultoras do Vale do Paraíba. Bananal, que chegou a ser a maior produtora de café da província de São Paulo, tornou-se uma “cidade morta”, que vive do esplendor do



passado: transformou-se em uma estância turístico-histórica, mantendo poucas sedes majestosas conservadas, como a da Fazenda Resgate. A maioria, entretanto, está em ruínas. O fim da escravidão foi o fim dos barões. E também o fim do Império.

(Sheila de Castro Faria, Ciclo do café *In* Luciano Figueiredo (org), *História do Brasil para ocupados*, 2013, p.164)

Sobre a conclusão apresentada no texto, é correto afirmar que:

A) a decadência econômica do vale do Paraíba tem fortes vínculos com as periódicas crises internacionais que reduziam a demanda pelo café, mas a causa central da derrocada do cultivo nessa região foi a ação do Império combatendo a imigração.

B) o Centro-Sul, especialmente a região do vale do Paraíba, manteve uma constante crítica à Monarquia, em razão da defesa que esta fazia do federalismo, opondo-se ao centralismo político-administrativo, prejudicial aos negócios do café.

C) a decadência da produção cafeeira no vale do Paraíba, relacionada aos problemas de solo, foi impulsionada pela abolição da escravatura, fato que levou os grandes proprietários de terra da região a retirarem o seu apoio à Monarquia.

D) as divergências entre os cafeicultores do vale do Paraíba e a liderança do Partido Conservador cristalizaram-se com o fim do tráfico de escravos, culminando no rompimento definitivo com a lei do Ventre Livre.

E) a posição antimonarquista dos cafeicultores do vale do Paraíba, fundadores do Partido Republicano, resultou na imposição de medidas, por parte da elite imperial, prejudiciais a essa elite, como a proibição da entrada de imigrantes.

55. (Mackenzie 2015)

“Como resultado desse mecanismo, houve, em um governo de cinquenta anos, a sucessão de 36 gabinetes, com a média de um ano e três meses de duração cada um. (...) Tratava-se de um sistema flexível que permitia o rodízio dos dois principais partidos no governo, sem maiores traumas. Para quem estivesse na oposição, havia sempre a esperança de ser chamado a governar. Assim, o recurso às armas se tornou desnecessário”.

Boris Fausto. *História do Brasil*. 13ª ed. São Paulo: EDUSP, 2008, pp.179-180

O texto refere-se:

A) à República Oligárquica, cujo revezamento político das oligarquias paulista e mineira, no plano federal, consolidou os interesses da elite agroexportadora.

B) ao sistema político vigente no Segundo Reinado, que fortaleceu a figura do monarca e consolidou a ordem aristocrática-latifundiária-escravista imperial.

C) ao sistema bipartidário do Regime Militar no Brasil, que criou mecanismos fraudulentos de eleições e suprimiu as liberdades individuais dos cidadãos.



D) às divisões políticas e partidárias da República Populista, com os embates entre os conservadores e os entreguistas, no tocante à condução da política econômica.

E) aos mecanismos de poder existentes na Era Vargas, que permitiu o fortalecimento do presidente ao alternar no poder os grupos políticos aliados a ele.

56. (UFSM 2015)

Na Itália, na 2ª metade do século XIX, a escassez de carne e o excesso de polenta na dieta alimentar ocasionaram grande número de casos de desnutrição e de pelagra, sinais de grave crise econômica que afetava muito o setor camponês. Essa situação articulou-se com a seguinte realidade brasileira, na mesma época:

A) a organização de uma estrutura econômica voltada à produção de alimentos e, conseqüentemente, de mercado consumidor interno.

B) a política de incentivo à vinda de mão de obra europeia, com o propósito de substituir o trabalho escravo nas fazendas de café.

C) a crise do Estado Nacional e o projeto de formação de uma população saudável e mestiça.

D) a necessidade de soldados para multiplicar o Exército nacional, defender as fronteiras e garantir o domínio na Região do Prata.

E) a expulsão dos colonos das terras do Sudeste e o favorecimento de nova mão de obra para gerir a pequena e média propriedade rural.

57. (UEPA 2015)

O interesse de fazendeiros e da coroa imperial pela imigração europeia para o Brasil, na segunda metade do século XIX, estimulou novo fluxo de mão de obra no país, no contexto de declínio e extinção da escravidão. A introdução dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro no período indicado:

A) ocorreu dentro dos parâmetros de exploração do trabalho antes imposto aos negros escravizados no campo e na cidade.

B) promoveu o nascente mercado de trabalho livre e assalariado, caracterizado pela exclusão das populações negras antes vinculadas à escravidão.

C) realizou-se especialmente nas províncias setentrionais do país, marcadamente desfalcadas de mão de obra após a abolição da escravidão.

D) acirrou as disputas por vagas no mercado de trabalho entre negros e brancos, o que dificultou a inserção de trabalhadores de origem europeia.

E) demonstrou a ineficácia da introdução de mão de obra europeia no país, dada a abundância de trabalhadores negros e mestiços.



58. (CEFET MG 2015)

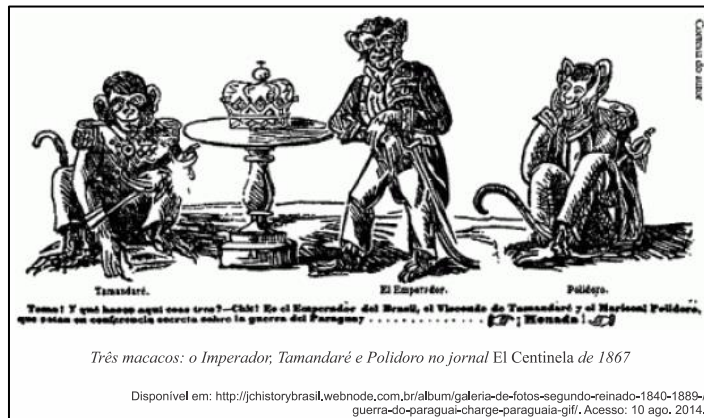
“O ano de 1850 foi um marco divisor de águas, devido à promulgação da lei Eusébio de Queiroz. Embora, após a extinção oficial do tráfico, tenham sido registrados alguns desembarques clandestinos de africanos, estes foram em pequeno número e, dez anos após a promulgação da referida lei, o Brasil havia definitivamente deixado de ser um país importador de escravos.”

DEL PRIORE, Mary; VENÂNCIO, Renato. *Uma breve história do Brasil*. São Paulo: Ed. Planeta do Brasil, 2010. p. 183. (Adaptado)

A lei de 1850 representou um marco importante no processo de abolição da escravidão no país. Essa medida teve como impacto o (a):

- A) declínio da produção cafeeira.
- B) crescimento do número de alforrias.
- C) distribuição de terras para os libertos.
- D) intensificação do tráfico interprovincial.
- E) adoção de uma política de reprodução de cativos.

59. (G1 - IFSC 2015)



A charge sobre o período da guerra do Paraguai demonstra o claro preconceito dos autores da charge contra os soldados brasileiros negros que lutaram na Guerra do Paraguai. Sobre o alistamento de soldados para essa guerra é CORRETO afirmar que:

- A) Como é demonstrado na charge, no Brasil um grande número de militares de alta patente, como coronéis e generais, eram negros.
- B) Ao alistarem-se para lutarem na Guerra do Paraguai, os escravos negros eram alforriados de seus senhores.
- C) Apesar da promessa de alforria para os que lutaram na Guerra do Paraguai, a lei não foi cumprida.

D) O sucesso do alistamento de escravos brasileiros na Guerra do Paraguai foi continuado em outras guerras como a Primeira Guerra Mundial.

E) Apesar de a charge retratar os brasileiros, o número de soldados negros do Brasil foi muito reduzido em comparação aos negros argentinos e uruguaios.

60. (UERN 2015)

Lei nº 3353, de 13 de maio de 1888, declara extinta a escravidão no Brasil.

A Princesa Imperial Regente em nome de Sua Majestade, o Imperador o Senhor D. Pedro II, faz saber a todos os súditos do Império que a Assembleia Geral decretou, e ela sanciona a Lei seguinte:

Artigo 1º: É declarada extinta desde a data desta Lei a escravidão no Brasil.

Artigo 2º: Revogam-se as disposições em contrário.

(Disponível em: http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/trabalho-escravo/lei_3353_1888.pdf.)

De acordo com o conteúdo da lei anteriormente exposta e a trajetória da abolição da escravidão no Brasil, analise as afirmativas.

I. Logo após a abolição, direitos e deveres constitucionais foram estendidos aos libertos e a seus algozes.

II. A Constituição de 1824 permitia que cada estado (província) estabelecesse legislação própria em relação à escravidão.

III. Mesmo depois da Lei Áurea, o tráfico de escravos continuou a representar a atividade mais lucrativa do Império.

IV. Com o advento da Lei Áurea, a legitimidade antes atribuída à escravidão, deixa de existir oficialmente no Brasil.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

A) I, apenas.

B) IV, apenas.

C) I, II, III e IV.

D) II e III, apenas.

61. (UFU 2015)



Para os historiadores das décadas de 1960 e 1970, o Brasil e a Argentina teriam sido manipulados por interesses da Grã-Bretanha, maior potência capitalista da época, para aniquilar o desenvolvimento autônomo paraguaio, abrindo um novo mercado consumidor para os produtos britânicos. A guerra era uma das opções possíveis, que acabou por se concretizar, uma vez que interessava a todos os envolvidos. Seus governantes, tendo por base informações parciais ou falsas do contexto platino e do inimigo em potencial, anteviram um conflito rápido, no qual seus objetivos seriam alcançados com o menor custo possível. Aqui não há “bandidos” ou “mocinhos”, mas interesses.

DORATIOTTO, Francisco. *Maldita guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 87-96. (Adaptado).

A Guerra do Paraguai foi o maior conflito militar no qual o Brasil se envolveu em sua história. Nas novas interpretações dos historiadores para a guerra,

- A) tem sido destacada a natureza democrática do governo de Solano López, bem como a crescente industrialização do Paraguai.
- B) tem sido enfatizada a importância do conflito para o fortalecimento do regime monárquico brasileiro.
- C) tem sido valorizada a dinâmica geopolítica interna do continente sul-americano, em oposição às teorias da responsabilidade externa pela guerra.
- D) têm sido destacados os interesses expansionistas brasileiros como a principal causa da guerra.

62. (UERN 2015)

A República da Espada teve início quando os militares lideraram o país politicamente entre os anos de 1889 a 1894. Assim que a Monarquia foi derrubada, o governo provisório do Marechal Deodoro da Fonseca guiou as decisões tomadas no Brasil naquele período. Um dos fatores que contribuiu para a ascensão dos militares ao poder no Brasil, logo no início da República, foi:

- A) o apoio incondicional das oligarquias rurais e dos grandes cafeicultores paulistas, que tinham, em sua maioria, representantes no exército brasileiro.
- B) a vitória do Brasil na Guerra do Paraguai, que de uma certa forma fortaleceu o exército, que passou a exigir maiores saldos e maior participação política.
- C) a subvenção inglesa na implantação da República Brasileira interessada na expansão da Doutrina *Monroe*, que defendia o fim dos regimes monárquicos na América.
- D) a tendência latino-americana de estabelecer governos ditatoriais e militares, atrelados às concepções imperialistas e bolivarianas e, naturalmente, desvinculados da influência norte-americana.



63. (Vunesp 2015)

Não há dúvida de que os republicanos de São Paulo e do Rio de Janeiro representavam preocupações totalmente distintas. Enquanto os republicanos da capital, ou melhor, os que assinaram o Manifesto de 1870, refletiam as preocupações de intelectuais e profissionais liberais urbanos, os paulistas refletiam preocupações de setores cafeicultores de sua província. [...] A principal preocupação dos paulistas não era o governo representativo ou os direitos individuais, mas simplesmente a federação, isto é, a autonomia estadual.

(José Murilo de Carvalho. *A construção da ordem*, 1980.)

As diferenças entre os republicanos de São Paulo e do Rio de Janeiro, nas décadas de 1870 e 1880, podem ser explicadas, entre outros fatores,

- A) pelo interesse dos paulistas em reduzir a interferência do governo central nos seus assuntos econômicos e em concentrar, na própria província, a maior parte dos recursos obtidos com exportação.
- B) pela disposição dos intelectuais da capital de assumir o controle pleno da administração política nacional e de eliminar a hegemonia econômica dos cafeicultores e comerciantes de São Paulo.
- C) pela ausência de projetos políticos nacionais comuns aos representantes de São Paulo e do Rio de Janeiro e pela defesa pragmática dos interesses econômicos das respectivas províncias.
- D) pelo esforço dos paulistas em eliminar as disparidades regionais e em aprofundar a unidade do país em torno de um projeto de desenvolvimento econômico nacional.
- E) pela presença dos principais teóricos ingleses e franceses do liberalismo no Rio de Janeiro e por sua influência junto à intelectualidade local e ao governo monárquico.

64. (CEFET MG 2015)

“A situação política no Uruguai é particularmente importante para entender o desencadear da Guerra do Paraguai. Em 1861, o presidente uruguaio Bernardo Berro, do Partido Blanco, se recusou a renovar com o Brasil o Tratado de Comércio e Navegação, de 1851. Com essa medida, reduziu a dependência do Uruguai em relação ao Império brasileiro. Ao mesmo tempo, ele instituiu um imposto sobre as exportações de gado em pé para o Rio Grande do Sul, atingindo os interesses de estancieiros gaúchos com propriedades no Uruguai. Por outro lado, o cenário político do rio da Prata ganhou um novo Estado Nacional em 1862, com o surgimento da República Argentina. A nação nasce sob a liderança da burguesia de Bueno Aires, tendo Bartolomeu Mitre como presidente.”

FIGUEIREDO, Luciano (org.). *História do Brasil para ocupados*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2013. p. 364. (Adaptado)



De acordo com o texto, a tensão entre as quatro nações envolvidas na Guerra do Paraguai, iniciada pouco depois do contexto descrito, teria sido motivada pela:

- A) ação imperialista da Inglaterra.
- B) disputa geopolítica no estuário do Prata.
- C) expansão do modelo federalista da Argentina.
- D) reprovação ao governo autoritário do Uruguai.
- E) convergência de interesses econômicos na América.

65. (G1 - CPS 2015)

Marietta Maria Baderna foi uma bailarina italiana que chegou ao Brasil em 1849. Seus fãs eram apelidados de “badernistas”. Leia um pouco mais sobre ela.

Sempre à frente de seu tempo, Baderna se interessou pelos ritmos afro-brasileiros, danças com movimentos bastante ousados para a época de Dom Pedro II. Interessante que sempre que os moralistas tentavam boicotá-la (diminuindo seu tempo no palco, ou a colocando em segundo plano), os badernistas protestavam, batendo os pés no chão e interrompendo o espetáculo. Ao término da apresentação, saíam do teatro batendo os pés e gritando o nome da musa: Baderna!

(<http://tinyurl.com/ko35was> Acesso em: 01.07.2014. Adaptado)

Desde então, parte dos movimentos populares, que se destacam pelos gritos e barulhos dos manifestantes, levam o nome dessa ousada bailarina.

É correto afirmar que, no período histórico em que Baderna chegou ao Brasil, o governo enfrentava:

- A) a Revolução Praieira.
- B) a Guerra de Canudos.
- C) a Revolta da Vacina.
- D) a Inconfidência Mineira.
- E) o Quilombo dos Palmares.

66. (UECE 2015)

Atente para as afirmações a seguir, acerca do Processo de Abolição dos Escravos no Brasil, e assinale com V as afirmações verdadeiras e com F, as falsas.

() Em 1850, o Brasil foi levado a extinguir o tráfico internacional, porém, surgiu o tráfico interno com a venda de escravos das áreas mais pobres para as mais desenvolvidas.



() Nesse processo, algumas leis foram aprovadas com o objetivo de acalmar os abolicionistas e ir lenta e gradualmente extinguindo a escravidão, quais sejam: Lei do Ventre Livre, Lei do Sexagenário.

() Nesse movimento não se tem notícias de insurreições ou ações dos próprios escravos em prol da própria liberdade, em virtude da forte repressão presenciada nos últimos momentos do período escravocrata.

() A abolição da escravatura se deu ainda no Reinado de D. Pedro II e representou um grande avanço para a inserção do ex-escravo como cidadão na sociedade brasileira.

A sequência correta, de cima para baixo, é:

- A) V - V - V - F.
- B) V - V - F - F.
- C) F - V - F - V.
- D) F - F - F - V.

67. (UEPA 2015)

Leia o texto para responder à questão.

A expansão cafeeira em direção ao Oeste de São Paulo, inaugurada justamente na fase de abolição do tráfico atlântico, além de estimular os debates e políticas imigrantistas, ativou outras formas de tráfico de escravos, dessa vez entre regiões do Brasil.[...] Essa nova modalidade de tráfico negociou basicamente crioulos e, como no tráfico atlântico, nela predominaram homens adultos, sendo poucas as mulheres e menos ainda as crianças e velhos.

(VAINFAS, Ronaldo (Org.). Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889). Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, p. 237-239.)

O desenraizamento do escravo crioulo provocado pelo tráfico interno teve peso considerável para o fim da escravidão, pois:

- A) a separação de famílias, ou o perigo dela, gerava revoltas, fugas, formação de quilombos e atentados individuais contra senhores e feitores, sem contar os suicídios.
- B) o progressivo aparecimento de pequenos proprietários de escravos contribuiu para a crescente deslegitimação da propriedade escrava e o aumento das forças opositoras ao escravismo.
- C) os escravos de nação resistiram ao processo de ladinização, que afetava o modo de vida de africanos, desestimulando o trabalho coletivo, base das estratégias de resistência.
- D) o número de escravos nas áreas urbanizadas aumentou em relação ao das rurais, onde os fazendeiros rejeitaram o tráfico interprovincial e investiram na abolição.



E) as Províncias onde o número de escravos era maior antes de 1850, aderiram à campanha abolicionista deflagrada pelo Império para combater o tráfico interno e estimular a imigração.

68. (UNISC 2015)

A desigualdade social que permeia a sociedade brasileira está umbilicalmente vinculada à escravidão que foi a base do sistema escravista. O tráfico negreiro no Brasil perdurou do século XVI ao XIX. Além de receber o maior contingente de africanos escravizados (cerca de 40% do total), o país foi a última nação americana a abolir a escravidão. Oficialmente, a extinção do tráfico negreiro ocorreu através da:

- A) Lei do Ventre Livre.
- B) Lei dos Sexagenários.
- C) Lei Eusébio de Queirós.
- D) Lei Nabuco de Araújo.
- E) Lei Bill Aberdeen.





1. Alternativa D
2. Alternativa C
3. Alternativa B
4. Alternativa D
5. Alternativa C
6. Alternativa E
7. Alternativa C
8. Alternativa A
9. Alternativa C
10. Alternativa A
11. Alternativa B
12. Alternativa D
13. Alternativa C
14. Alternativa C
15. Alternativa B
16. Alternativa E
17. Alternativa C
18. Alternativa B
19. Alternativa D
20. Alternativa B
21. Alternativa A
22. Alternativa C
23. Alternativa D
24. Alternativa E
25. Alternativa C
26. Alternativa C
27. Alternativa D
28. Alternativa B
29. Alternativa E
30. Alternativa D
31. Alternativa A
32. Alternativa E
33. Alternativa B
34. Alternativa C
35. Alternativa C
36. Alternativa C
37. Alternativa B
38. Alternativa B
39. Alternativa E
40. Alternativa A
41. Alternativa B
42. Alternativa B
43. Alternativa E
44. Alternativa C
45. Alternativa D
46. Alternativa D
47. Alternativa C
48. Alternativa C
49. Alternativa E
50. Alternativa D
51. Alternativa B
52. Alternativa E
53. Alternativa D
54. Alternativa C
55. Alternativa B
56. Alternativa B
57. Alternativa B
58. Alternativa D
59. Alternativa B
60. Alternativa B
61. Alternativa C
62. Alternativa B
63. Alternativa A
64. Alternativa B
65. Alternativa A
66. Alternativa B
67. Alternativa A
68. Alternativa C



7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muito bem, querido concurseiro. Se você chegou até aqui é um bom sinal: o de que tentou praticar todos os exercícios. Não se esqueça da importância de ler a teoria completa e sempre consultá-la. Não se esqueça dos seus objetivos e dedique-se com toda a força para alcançá-los. Sonhe alto, pois “quem sente o impulso de voar, nunca mais se contentará em rastejar”. Encontro você na nossa próxima aula.

Bons estudos, um grande abraço e foco no sucesso.

Até logo...

Prof. Sérgio Henrique Lima Reis.



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.